

ISSN 2675-4398

TRANSIÇÕES

Revista científica de ciências
humanas e educação

[semestral]

TRANSIÇÕES



ISSN 2675-4398

Ribeirão Preto

v. 2

n. 1

2021



Centro Universitário Barão de Mauá
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Extensão e Iniciação Científica

Rua Ramos de Azevedo, 423 – Ribeirão Preto, SP
CEP 14090-180 / Unidade Central
Telefone: +55 (16) 3604-6641

Contato: rev.he@baraodemaua.br
Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

Transições. v. 2, n. 1. Centro Universitário Barão de Mauá: Ribeirão Preto, 2021. 252 p.

Semestral

ISSN 2675-4398

1. Multidisciplinar I. Centro Universitário Barão de Mauá II. Título

CDU 82-92

Bibliotecária responsável: landra M. H. Fernandes – CRB⁸ 9878

TRANSIÇÕES

ISSN 2675-4398 | 2021

Editor-chefe

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

Equipe editorial

Prof. Dr. André Luiz Alselmi
Prof.ª Dr.ª Gabriella Zauith Leite Lopes
Prof. Dr. Lucas de Souza Lehfeld
Prof.ª Dr.ª Marlene Trivellato Ferreira

Conselho editorial

Prof. Dr. Adalberto Luis Vicente	Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil
Prof. Dr. Alexandre Fontaine	Universidade de Viena, Áustria
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes	Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Andrea Tomazelli	Centro Universitário Barão de Mauá, CBM, Brasil
Prof. Dr. Danilo Seithi Kato	Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dantielli Assumpção Garcia	Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dulce Pamplona Guimarães	Centro Universitário Barão de Mauá, CBM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edna Maria Marturano	Universidade de São Paulo, USP, Brasil
Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak	Instituto Federal do Paraná, IFPR, Brasil
Prof. Dr. Jeremiah Morelock	Boston College, EUA
Prof. Dr. José Carlos Evangelista de Araújo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil
Prof. Dr. Michelangelo Giampaoli	Universidade de Illinois, UIC, EUA
Prof. Dr. Mikołaj Ratajczak	Academia Polonesa de Ciências, Polônia
Prof.ª Dr.ª Nainora Barbosa de Freitas	Centro Universitário Barão de Mauá, CBM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Natalia-Rozalia Avlona	Universidade Nacional Técnica de Atenas, Grécia
Prof.ª Dr.ª Paula Melani Rocha	Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil
Prof. Dr. Paulo de Barros Veiga	Universidade de São Paulo, USP, Brasil
Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca	Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Design e projeto gráfico

Beatriz Silva Serafim
Elaine Chimenti

Apoio de biblioteca

Iandra Fernandes

SUMÁRIO

Editorial	7
-----------------	---

ARTIGOS / ARTICLES

Avanços e lacunas no processo de elaboração das políticas de saúde da mulher, do Brasil, no momento da perda do período perinatal	9
---	---

**Maria José Bistafa Pereira / Débora Aparecida Miranda Benetti
Carla Aparecida Arena Ventura / Silvia Sidnéia da Silva**

Garantia dos princípios constitucionais na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	42
---	----

Natane Costa Mello / Alcides Belfort da Silva

Os impactos do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e suas estratégias de enfrentamento na aprendizagem dos estudantes do ensino superior.....	70
--	----

João Bisogne Lemos / Mario Marcos Lopes / Liliane Cury Sobreira

Judicialização da saúde: o fornecimento de medicamentos de alto custo e o Poder Judiciário	96
--	----

Leonardo Marcomini / Alcides Belfort da Silva

Adaptação transcultural e transformação digital da Escala Aces: experiências pré-testadas.....	116
--	-----

**Roberta Olivério-Naegeli / Julia Elena Córdoba-Vieira
Ricardo de Marinho de Mello de Picoli / Mayra Antonelli-Ponti**

Os homens de ciências da Coroa e as soluções para a agricultura do lado de cá do Atlântico.....	142
---	-----

Milena da Silveira Pereira

Relatos e muitas histórias: a origem do publicitário em Ribeirão Preto.....	159
---	-----

Carmen Silvia Porto Brunialti Justo / Talena Abgail Rufino

No terreno normativo da modernidade	189
---	-----

Felipe Ziotti Narita

RESENHAS / REVIEWS

Neoliberalismo e o ocaso da democracia..... 231

Tiago Santos Salgado

A Venezuela no século XXI: práticas imperialistas, democracia
e neoliberalismo em perspectiva 245

Bruno César Cursini

EDITORIAL

Abrindo o segundo ano de atividades da revista *Transições*, o presente número conta com sete artigos originais e duas resenhas, reunindo pesquisas provenientes de diversas instituições. Reforçando as preocupações interdisciplinares do periódico, os textos abrangem temas diversos e permitem múltiplas perspectivas sobre os objetos em tela.

Maria José Bistafa Pereira, Débora Miranda Benetti, Carla Arena Ventura e Silvia Sidneia da Silva analisa diretrizes de atenção às mulheres à luz de políticas sobre a perda perinatal. As autoras oferecem importantes considerações sobre marcos normativos e programas de promoção da saúde pública, relacionando os direitos humanos e a necessidade de monitoramento das políticas para aprimoramento da assistência. A contribuição de Natane Costa Mello e Alcides Belfort da Silva analisa os princípios constitucionais e o ordenamento jurídico expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente, pilar fundamental para as políticas de proteção da infância e juventude no Brasil. Ainda no campo jurídico, o artigo de Leonardo Pimenta Marcomini e Alcides Belfort da Silva discute a judicialização da saúde, tendo em vista reivindicações de acesso a serviços e a medicamentos.

A pesquisa de João Edilberto Bisogne Lemos, Mario Marcos Lopes e Liliane Cury Sobreira destaca os impactos do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na aprendizagem de estudantes do ensino superior, ressaltando estratégias psicopedagógicas e didáticas para lidar com a questão. O artigo de Roberta Olivério-Naegeli, Julia Elena Córdoba-Vieira, Ricardo Marinho de Mello de Picoli e Mayra Antonelli-Ponti avalia as competências socioemocionais, no ensino fundamental, a partir da adaptação de um instrumento para lidar com a percepção emocional de crianças. Milena da Silveira Pereira apresenta uma pesquisa histórica baseada em memórias científicas e em

manuais agrícolas do século XVIII, produzidos sobre o Brasil, discutindo as condições de racionalização do território colonial para otimização da produção e dos recursos. O artigo de Carmen Silvia Porto Brunialti Justo e Talena Abgail Rufino destaca o desenvolvimento da profissão publicitária em Ribeirão Preto, destacando suas origens, nos anos 1920, e os processos de profissionalização a partir dos anos 1980. A contribuição de Felipe Ziotti Narita oferece um painel conceitual para a abordagem da modernidade, dialogando com a teoria social a fim de pensar as contradições e o apelo normativo de conceitos que balizam o moderno.

O presente número é fechado com duas resenhas dedicadas a obras publicadas recentemente. O texto de Tiago Santos Salgado analisa a obra *A sociedade ingovernável*, de Grégoire Chamayou, destacando uma genealogia do liberalismo. A resenha de Bruno César Cursini discute os impasses da democracia na América Latina a partir da experiência chavista na Venezuela.

Com votos de que a diversidade temática do presente número possa oferecer subsídios para reflexões e produções no campo das ciências humanas e sociais, espero que o leitor aproveite o material publicado.

Ribeirão Preto, julho de 2021.

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita

Editor-chefe da revista *Transições*
Centro Universitário Barão de Mauá

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Avanços e lacunas no processo de elaboração das políticas de saúde da mulher, do Brasil, no momento da perda do período perinatal

Autores

Maria José Bistafa Pereira
Débora Aparecida Miranda Benetti
Carla Aparecida Arena Ventura
Sílvia Sidnéia da Silva

Ano de publicação

2021

Referência

PEREIRA, Maria José Bistafa; BENETTI, Débora Miranda; VENTURA, Carla Arena; SILVA, Sílvia Sidnéia. Avanços e lacunas no processo de elaboração das políticas de saúde da mulher, do Brasil, no momento da perda do período perinatal. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 27/04/2021

Aprovação: 01/07/2021

AVANÇOS E LACUNAS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE DA MULHER, DO BRASIL, NO MOMENTO DA PERDA NO PERÍODO PERINATAL

IMPROVEMENTS AND GAPS IN THE ELABORATION PROCESS OF WOMEN'S HEALTH PUBLIC POLICIES, IN BRAZIL, AT A TIME OF PERINATAL LOSS

Maria José Bistafa Pereira*
Débora Aparecida Miranda Benetti**
Carla Aparecida Arena Ventura***
Sílvia Sidnéia da Silva****

Resumo: Este estudo estabeleceu como objetivos: descrever as diretrizes específicas de atenção às mulheres, enfatizando aqueles referentes à perda perinatal, nos seguintes documentos editados pelo Ministério da Saúde: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento e na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Trata-se de uma pesquisa descritiva e de abordagem analítica. O modelo analítico utilizado na análise é composto por quatro categorias: contexto, processo, atores e conteúdo. O foco foi centrado na categoria contexto. O resultado evidenciou ausência de diretrizes específicas relacionadas à perda perinatal, nos três documentos analisados. Também revelou que a elaboração, implantação e implementação desses documentos apresentou tensões, decorrida por projetos ideológicos distintos, implicando na necessidade

* Doutorado em Enfermagem pela USP. Docente da UNAERP. Atuou no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto e na Secretaria da Saúde de Ribeirão Preto. Contato: mjbpereira@unaerp.br

** Mestranda em Saúde e Educação pela UNAERP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: debora_aparecida@uol.com.br

*** Doutorado em Administração pela USP. Docente da USP e colaboradora do programa Leaders for Health Equity da George Washington University. Contato: caaventu@eerp.usp.br

**** Doutorado em Enfermagem pela USP. Docente e pesquisadora da UNAERP. Contato: sssilva@unaerp.br

de mobilizar e articular diferentes recursos em um processo contínuo. Revelou serem necessárias avaliações constantes visando a aprimorar e conquistar demandas ainda não incluídas. Os direitos humanos defendem a luta dos grupos em suas necessidades específicas visando a conquistar legalmente direitos para obter tratamento mais digno tanto nos direitos gerais como nos específicos. Portanto, as especificidades do luto pela perda perinatal merecem ter diretrizes incluídas nas políticas públicas, na perspectiva de um atendimento humanizado como compromisso do Estado frente a essa situação.

Palavras-chave: Morte perinatal. Políticas de saúde. Luto. Parto humanizado.

Abstract: This study set as its aim to describe the specific guidelines of women's care, emphasizing those related to perinatal loss in the following documents from the Ministry of Health: Comprehensive Care Program for Woman's Health, Prenatal and Birth Humanization Program and National Policy for Comprehensive Care for Woman's Health. It is a descriptive research with analytical approach. The analytical model used for the analysis is formed by four categories: context, process, actors and content. The focus was centered in the context category. The result showed the absence of specific guidelines related to neonatal loss, in all three documents analyzed. Also, it revealed that the elaboration, implantation and implementation of these documents presented tensions, due to distinct ideological projects, implicating on the need to mobilize and articulate different resources in a continuous process. It revealed to be necessary constant evaluation aiming to improve and conquer demands that are not included yet. Human Rights stand by the struggle of groups in their specific needs aiming to legally conquer rights to obtain a more dignifying treatment both in general and specific rights. Therefore, the specificities of grief towards perinatal loss deserve to have its guidelines included in public policies, in the perspective of having humanizing care as a commitment from the State in the face of this situation.

Keywords: Perinatal death. Public policies. Bereavement. Humanized birth.

INTRODUÇÃO

São inegáveis os avanços conquistados nas políticas sociais brasileiras com ênfase na saúde, nas últimas décadas do século passado e na primeira década do ano 2000.

Em Brasil (2004), há um resgate histórico das diversas políticas relacionadas à saúde da mulher. O documento tem como sustentação norteadora o enfoque de gênero, a integralidade da atenção à saúde, bem como a promoção da saúde, além de dar ênfase à consolidação das conquistas, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, destacando a melhoria da atenção obstétrica, do planejamento familiar, a atenção ao abortamento inseguro, e no combate à violência doméstica e sexual, assim incluindo demandas que historicamente se encontravam excluídas das políticas públicas.

Em um movimento de enfrentamento constante, situação inerente ao processo democrático, a implementação dos princípios e das diretrizes do SUS é demarcada por avanços e dificuldades, e nesse movimento, em 2004, foi editada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM (BRASIL, 2004). Nela foi expresso o compromisso com a implementação de ações em saúde da mulher que reduzissem agravos por causas evitáveis e preveníveis com ênfase na atenção obstétrica, planejamento familiar, atenção ao abortamento inseguro e ao combate à violência doméstica e sexual, além de destacar os direitos assegurados à mulher. O PNAISM se comprometeu com a integralidade da atenção, com a saúde enquanto direito e com a participação dos sujeitos na avaliação e implementação de propostas dos serviços de saúde. Nesse sentido, Freitas *et al.* (2009) brilhantemente afirmam que:

[...] reforça a humanização da atenção em saúde, concebendo que humanização e qualidade da atenção são aspectos indissociáveis. Nesse sentido, é imprescindível

considerar que humanizar é muito mais do que tratar bem, com delicadeza ou de forma amigável, devendo ser consideradas questões de acessibilidade ao serviço nos três níveis da assistência, provisão de insumos e tecnologias necessárias, formalização de sistemas de referência e contrarreferência, disponibilidade de informações e orientação da clientela e a sua participação na avaliação dos serviços (FREITAS *et al.*, 2009, p. 8).

Outra decisão importante relacionada à política de saúde voltada para a mulher diz respeito à Portaria MS/GM nº 569, de 1º de junho de 2000, que institui o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) (BRASIL, 2000), cujo objetivo primordial ficou estabelecido como “assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania” (SERUYA, CECALTL, LAGO, 2004, p. 1282). Com essa decisão, o Ministério da Saúde afirmava que o PHPN seria um marcador de águas, uma vez que estabelecia os direitos reprodutivos e a humanização como elementos estruturantes da atenção à mulher durante o pré-natal e o parto (SERUYA; CECALTL; LAGO, 2004).

Direitos de cidadania têm uma relação direta e estreita com a humanização e, no caso, humanização ao parto, uma vez que aqui entende-se que, para assegurar o parto humanizado, se faz necessário assegurar o acesso da gestante ao pré-natal e desde então já ter o compromisso de realizar o cuidado com essa mulher, incluindo o seu preparo para o momento do nascimento. Ainda, é previsto para caracterizar uma assistência ao parto humanizado o acolhimento da mulher e do seu companheiro nos serviços de saúde, inclusive se responsabilizando por informá-los sobre as rotinas do serviço, procedimentos técnicos, seus direitos enquanto pai e mãe relacionados à assistência ao parto e outras que se fizerem necessárias ou forem demandadas por eles. A dimensão técnica do cuidado, bem como o

apoio emocional e físico também são integrantes da prática humanizada (BRASIL, 2002).

Por essas apresentações, pode-se afirmar o reconhecimento das conquistas, no entanto, há muito a se aprimorar e conquistar no campo da saúde da mulher.

Nesse sentido, diante da experiência vivida por muitas mulheres e seus familiares, conforme relatam Salgado e Polido (2018); Adriana Negreiros (2016); Nogueira (2017), como também pelas ONGs intituladas Amada Helena e Luto à Luta, instituídas em prol das famílias que vivem o luto da perda neonatal, é também possível assinalar que ainda se tem muito a investir, tanto na ambiência das instituições hospitalares/maternidades como em relação à prática dos profissionais de saúde.

Por esses relatos de experiências e outras afirmações citadas por mulheres e familiares, considera-se ser necessário que a regulação pelo Estado seja implantada ou no mínimo implementada.

O caminho do luto tem começo, meio, mas o fim talvez não seja possível. Acredita-se que a dor sempre vai existir, mas, quando há acolhimento adequado, essa pessoa tem mais possibilidades de se fortalecer, e passar pelas dificuldades dessa vivência para enfrentar a vida e reconstruir novos sonhos e desejos. Caminho esse pertinente à humanização e ao estado de direito do sujeito.

Diante dos fatos, formulou-se o seguinte questionamento - O que as políticas públicas de saúde, do Brasil, principalmente aquelas com foco na saúde da mulher, contemplam ou não sobre as necessidades específicas acerca da situação da perda perinatal?

Temos como pressuposto ser necessário incorporar e ou fortalecer as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para a saúde da mulher, elaborando diretrizes específicas que sejam implantadas e ou implementadas nos serviços de saúde, particularmente nas maternidades, e com a adoção e ou cultivo de ambientes e práticas que

possibilitem um atendimento mais humanizado, fundamentados nos direitos e dignidade humana para que se elimine a barreira da indiferença, tanto na estrutura física como nas práticas profissionais, marcadas muitas vezes pela mecanicidade, incluindo a comunicação e, dessa forma, também ajude a mãe e familiares a recuperarem-se dessa dor imensa.

Para Viana (1996), políticas públicas são respostas elaboradas para enfrentar problemas identificados em uma realidade concreta, sendo esse um processo dinâmico e constituído por um conjunto de ações emaranhadas por diversos e diferentes atores, que portam intenções semelhantes, distintas e assim permeadas por tensões, jogos de poder, por recursos financeiros, por estruturas políticas e sociais. Ainda, afirma que estas não se limitam ao campo político e administrativo quando da sua execução, mas proporcionam uma narrativa revelando a complexidade embutida nesse conceito trazendo uma visão teórico-prática (VIANA,1996).

Em ampla revisão da literatura realizada com a finalidade de identificar artigos com a temática do presente trabalho, foram realizadas pesquisas nas bases de dados LILACS, PUBMED, EMBASE, CINAHL, PSYCINFO, WEB OF SCIENCE e SCOPUS, usando como palavras-chave os termos “Política de Saúde” e “Política Pública” e seus sinônimos combinados com os termos “Morte Perinatal” e “Perda neonatal” e seus sinônimos. Os resultados dessas buscas foram tratados na plataforma Rayyan, tendo apresentado número total de 1.722 resultados únicos, que, após um filtro de termos, tópicos, intervalo de data de publicação e análise por conveniência, resultaram em 58 artigos que foram analisados integralmente, de modo a identificar aqueles que possuísem maior aderência ao objetivo do trabalho.

Pautada nessa situação do sofrimento da perda perinatal, e considerando que temos, no Brasil, documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Saúde que abordam com especificidade a atenção à

saúde da mulher, estabelecemos para essa investigação os seguintes objetivos:

- Descrever as diretrizes específicas de atenção às mulheres, enfatizando aquelas enlutadas, voltadas para o cuidado frente à perda perinatal, nos seguintes documentos: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de 1984; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de 2004; e Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), de junho de 2000.
- Analisar os três documentos selecionados do Ministério da Saúde brasileiro acerca da saúde da mulher, no período de 1970 a 2010, com ênfase nos respectivos processos de elaboração.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e de abordagem analítica, inserida no campo dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1992).

Os documentos alvos de análise foram: Programa de Atenção Integral à Saúde da mulher, editado em 1984; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de 2004; e a Portaria / GM nº 569, de 01/06/2000, do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento.

Esses documentos foram selecionados, no período estudado, por tratarem de programas e ou políticas editadas pelo Ministério da Saúde, e com temas pertinentes à Saúde da Mulher. Além desses critérios, vale destacar que o PAISM foi considerado um marco na atenção à saúde da mulher por estabelecer um rompimento com a fragmentação da atenção e ênfase apenas em suas funções reprodutivas. O PHPN foi um documento com foco muito pertinente ao objeto de estudo e o PNAISM

foi a política que ampliou o enfoque nas diversas dimensões pertinentes à mulher.

As políticas públicas podem ser analisadas por diferentes modelos teóricos, com métodos apresentados por estudiosos nesse tema, dentre os quais destacamos: Viana (1997), Mattos e Baptista (2011), Araújo e Rodrigues (2017) e Almeida e Gomes (2019). Viana (1996), ao alertar acerca da multiplicidade de fatores, atores e outros elementos, torna impossível fazer uma análise que tenha abrangência total dos mesmos.

Dentre os diversos modos de analisar uma política, optamos pelo método proposto por Araújo e Maciel (2001), sendo que a proposta foi baseada no modelo de Walt e Gilson (1994), que utiliza um modelo analítico composto por quatro categorias de análise: contexto, processo, atores e conteúdo, as quais são interligadas, mutuamente influenciadas e dependentes entre si.

A partir dessas quatro categorias, Araújo e Maciel (2001) identificaram em cada uma o *que* analisar e *como* analisar. Neste estudo, apresentaremos a análise da categoria processo. Os autores indicam como relevante a se analisar, nessa categoria, o momento de decisão da formulação e da implantação da política, e estar alerta para os aspectos: tomada de decisão, se circunscrita a grupos elitizados ou se compartilhado com diferentes atores; identificar a extensão da política e a soma de recursos; forma de implementação identificando se o poder de decisão é descentralizado, ou se este é centralizado no gestor de maior instância e os demais gestores são meros executores; tipo de política, ou seja, se é redistributiva, se é nacionalizadora, se promove acesso sem reduzir benefícios de uns em detrimento de outros, se as regras são estabelecidas pelo poder público sobre interesses privados ou se somente interesses públicos. Também alertam para a dinamicidade que circunscreve as políticas públicas, o seu caráter processual, e as etapas estabelecidas que têm mais uma característica didática, uma vez que nem sempre é possível fazer essa separação.

RESULTADOS

O processo da elaboração e publicação do PAISM

Canesqui (1987) e Osis (1994) consideram que as políticas de atenção à saúde da mulher anteriores à publicação do PAISM (1984) tiveram como foco central a intervenção sobre os corpos das mães com a finalidade de certificar que os corpos e a saúde dos filhos respondessem adequadamente às necessidades da reprodução social.

O contexto político desse período final da década de 1970, e década de 1980, se constituía por situações de crises econômicas, políticas e por movimentos pela luta da redemocratização do país, o que favoreceu o rompimento, ou no mínimo o investimento em práticas de saúde que tomassem a saúde para além do corpo biológico, e assim defendessem e mesmo resistissem para que as ações e programas voltados para a saúde da mulher não tivessem o foco somente no aparelho reprodutor feminino.

É nesse sentido que emerge o tema saúde integral, fundamentando-se, portanto, no rompimento com a lógica dos programas e ações anteriores que tinham o centro das atenções à mulher nas questões vinculadas à reprodução (OSIS, 1998).

Nessa perspectiva, Osis (1998) relata que a proposta do PAISM foi elaborada por uma equipe composta por três médicos e duas sociólogas, destacando que as mulheres dessa equipe tinham potencial para promover a aproximação com o movimento organizado de mulheres, com o qual elas tinham vínculos, e a formação de ambas (socióloga e médica sanitarista) também contribuiria para vencer possíveis resistências ao programa, significando ampliar as diretrizes para além da visão biológica. Todos os integrantes propunham um modelo de atenção à saúde no qual o corpo da mulher não fosse considerado um conjunto de órgãos anatômicos, mas sim que as mulheres precisavam ser

atendidas na perspectiva da integralidade. Dessa forma, assinala que “a composição desse grupo já parecia indicar o percurso político do programa a ser elaborado” (OSIS, 1984, p. 26).

Foi com a justificativa de que o foco na atenção no ciclo gravídico puerperal não era mais suficiente para promover o atendimento adequado às mulheres que o Ministro da Saúde da época, Waldir Arcoverde, apresentou a proposta do PAISM no Senado brasileiro, no mesmo dia em que prestava seu depoimento a uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o crescimento populacional, no dia 21 de junho de 1983 (OSIS, 1998).

O lançamento do PAISM foi considerado um marco relevante diante do contexto político desse momento histórico do Brasil. A intensa mobilização e articulação dos movimentos sociais, entre eles o movimento feminista e também da própria sociedade civil, engajados na luta pela redemocratização, acrescido do conteúdo exposto no PAISM enfrentando temas polêmicos, durante seu processo de elaboração, foi visivelmente capaz de mobilizar e articular muitos atores e setores da sociedade em um processo intenso de discussão e assim revelou sua importância como um fato social na história da saúde da mulher, mas também no processo de participação da elaboração da proposta em um momento em que a luta pelo princípio de cidadania e redemocratização estavam em ebulição (OSIS, 1998).

O documento final apresentava uma descrição, não tão detalhada, mas oferecia pistas de estratégias e procedimentos para a implantação e a operacionalização nos serviços de saúde. Também preconizava que as ações do PAISM deveriam ser todas desenvolvidas no serviço. Assim, não seria aceito com a implantação do PAISM serviços que se comprometessem com uma ação isolada, destacando com mais rigor ainda que nunca seria aceito a implantação de ações relacionadas à concepção e contracepção se os demais objetivos programáticos do programa não estivessem sendo desenvolvidos (OSIS, 1998).

No processo de elaboração, foi ainda previsto um preparo dos trabalhadores de saúde, tanto da área de gestão como da área assistencial, e, para tal, propuseram a criação e a articulação de e com centros regionais de treinamento, incluindo ações de monitoramento e avaliação do programa em cada serviço de saúde em que fosse implantado. Também, uma adequação de normas técnicas, a elaboração e a distribuição de material instrucional foram previstas na edição do programa.

Nesse movimento processual, também os segmentos de oposição se manifestaram, e estes foram constituídos, principalmente, por grupos da academia, grupos da categoria médica, principalmente os que integravam ou tinham alguma vinculação com a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar (BEMFAM), grupos de partidos políticos. A maioria se opunha pelo conteúdo do que era integralidade e universalidade, pois reconheciam certa contradição entre integral e os objetivos elencados no PAISM, considerando que os mesmos eram predominantemente com ênfase em atividades sexuais e reprodutivas, com foco no que se criticava anteriormente, ou seja, que a mulher era a única responsável pela reprodução. Ainda, criticava-se quanto à real intensão do programa, por acreditarem que esta era de fazer o controle da natalidade (OSIS, 1998).

Outros grupos tinham críticas por considerarem que o programa tinha um cunho controlista, pois a narrativa trazia a atenção integral às necessidades da mulher, mas seus objetivos eram enfáticos e focados em atividades sexuais, gravidez, parto, puerpério e contracepção. Essa defesa ainda se apoiava apontando que a integralidade ficava a desejar, tendo em vista que o homem não foi objeto de preocupação, só sendo lembrado para situações de realizar vasectomia, e assim manifestavam que: “[...] na verdade, o que se pretendia era atender as mulheres que tivessem atividade sexual e risco de engravidar, justamente para controlar sua fecundidade (Folha de São Paulo, 1983a, 1983b;

Cebes-Bahia, 1984; Borges, 1986; Folha da Tarde, 1986) ” (OSIS, 1998, p. 28). O conceito de integralidade era considerado mal elaborado ou pelo menos obscuro.

Esse processo de debates fortaleceu o Programa enquanto uma prioridade no Ministério, justamente por ter sido amplamente apoiado e respaldado pelos movimentos de mulheres e por vir ao encontro de um projeto de sociedade que clamava por respeito e garantia dos direitos de cidadania.

Com essa breve exposição, pode-se identificar que o processo da elaboração do PAISM e das estratégias de sua implantação foi marcado por discussões, críticas, articulações, tensões, e disputas corporativistas, e nesse processo é imprescindível estar munido para fazer o enfrentamento com recursos de reconhecer a resistência à mudança, reconhecer a necessidade de se ter habilidades comunicacionais e relacionais, de reconhecer as ideologias e os interesses em disputa na área social. Também é notório em todo processo que perpassa por mudança, principalmente quando esta tem uma fundamentação diferente e mesmo divergente dos pilares que sustentavam os programas anteriores ao PAISM, esse quadro de conflitos, de negociações, de jogo de poderes, enfim, a complexidade da mudança se revela sucessivamente.

O processo da constituição e da edição da PNAISM

O engajamento da área da saúde na luta pela redemocratização, especialmente do movimento da Reforma Sanitária, culminou na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em março de 1986. Nesse evento, os mais de 5000 participantes da sociedade civil organizada, representantes dos diversos segmentos da sociedade, discutiram os temas centrais - Saúde: direito de todos e dever do Estado; Reorganização do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento do Setor Saúde. A partir das propostas oriundas das pré-conferências municipais e

das conferências estaduais, elegeram os princípios doutrinários fundamentais do SUS: a universalidade, a integralidade e a equidade, e seu texto básico foi referência para a integração do capítulo 196º da Constituição Brasileira (BRASIL, 1990); assim, foi inscrito pela primeira vez um capítulo referente à saúde e foi assegurada a saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

Nessa perspectiva de conquista de direitos e luta pela cidadania, ocorreram, após a 8ª CNS, eventos de temáticas específicas, entre eles a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher (BRASIL, 1987), sendo esta em Brasília, em outubro de 1986. Evento esse que fortaleceu o compromisso de conhecer as demandas oriundas das diversas realidades desse Brasil continental e ainda objetivou potencializar os usuários em agentes ativos do processo de conquista de seus direitos.

Apesar dessa conquista representada pelo PAISM, sua sustentação e mesmo ampliação implicava e implica em processo constante de enfrentamento do desmonte das políticas públicas, evidenciado a partir da década de 1990, conforme cita Luz (2001), quando os princípios da política neoliberal ganham força e têm a característica central de ter o Estado mínimo na regulação das políticas sociais, ou seja, o mercado passa a ser o grande regulador, portanto antagônico aos princípios do SUS.

Mesmo diante da diversidade e adversidade dos contextos regionais, dos contrastes econômicos e culturais, para se implantar um sistema de saúde concebido de forma ampla como um direito de cidadania, não se pode negar os avanços obtidos e particularmente destacar a luta pela saúde e pelos direitos da mulher.

Foi nesse contexto e nesse processo de resistência e de determinação pela conquista de um projeto ético-político, que tem o direito e a cidadania como princípios fundamentais do ser humano e voltado para a constituição de uma sociedade equânime, que o

processo de instituir políticas públicas para a saúde da mulher teve continuidade.

Em 2004, foi editada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que levou em consideração para sua elaboração os resultados dos diversos movimentos, principalmente dos movimentos feministas, tanto de âmbito nacional como internacional. Ela adota como conceito de saúde as condições de vida, não somente as condições biológicas, além de incluir a dimensão dos direitos humanos e cidadania. Como também, considerou a situação epidemiológica desse grupo populacional e dados gerais da população brasileira.

Para a implantação do SUS, na década de 1990, foram introduzidos os princípios organizativos, com a municipalização da saúde (a transferência da gestão de serviços de saúde para os municípios), também com a implantação de Normas Operacionais para a reorganização da atenção básica, o que favoreceu para avaliar os estágios de implementação da política de saúde da mulher. Esse processo de municipalização também monitora a implantação das ações, o que contribuiu para o diagnóstico e identificação de que a maioria das dificuldades pertenciam às esferas políticas, técnicas e administrativas.

Com base nos estudos da situação epidemiológica, foram estabelecidos os temas que a PNAISM iria abranger, sendo eles: Mortalidade Materna, Atenção Obstétrica, Abortamento em Condições de Risco, Assistência em Anticoncepção, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Violência Doméstica e Sexual, A Saúde de Mulheres Adolescentes, Saúde da Mulher no Climatério/Menopausa, Saúde Mental e Gênero, Doenças Crônico-Degenerativas e Câncer Ginecológico, Saúde das Mulheres Lésbicas, Saúde das Mulheres Negras, Saúde das Mulheres Indígenas, Saúde das Mulheres Residentes e Trabalhadoras na Área Rural, Saúde da Mulher em Situação de Prisão. Frente a essa complexidade de temas, a Área Técnica de Saúde da

Mulher, em 2003, considerou e assim estabeleceu a articulação com outras áreas técnicas para a proposição de novas ações, quais sejam: atenção às mulheres rurais, com deficiência, negras, indígenas, presidiárias e lésbicas e a participação nas discussões e atividades sobre saúde da mulher e meio ambiente (BRASIL, 2004, p. 18).

Essas temáticas envolviam questões de desigualdades sociais, de gênero, de raça, de vulnerabilidade socioeconômica e subjetiva, e, nesse sentido, como fio condutor da PNAISM foi estabelecido a humanização e a qualidade da atenção em saúde, tendo o compromisso de resolver os problemas identificados e assim promover a satisfação das mulheres, fortalecer esse grupo populacional diante das demandas identificadas e apreender que os seus direitos são integrantes da promoção do cuidado e autocuidado.

Esse arrojado projeto do SUS e mesmo a PNAISM não seriam implantados de forma tranquila, e assim o processo enfrentou muitos obstáculos, que já eram resquícios das mudanças propostas pelo PAISM.

Correa e Piola (2002) realizaram um estudo em que afirmam que entre 1998 e 2002 o empenho da implantação do SUS e do PAISM foi centrado em resolver problemas priorizando a saúde reprodutiva e as ações relativas à redução da mortalidade materna, e assim a perspectiva da atenção integral ficou a desejar em relação às outras áreas projetadas para se atingir para além do período gravídico puerperal. No entanto, reconheceram os autores que não foi uma atuação vertical e isolada como antes, pois até mesmo conseguiram apreender a necessidade de incluir outra área de atenção à saúde da mulher que foi a violência sexual.

O reconhecimento da humanização, tida como uma das condições essenciais na atenção à saúde da mulher, é fruto da tensão gerada nas relações no atendimento às mulheres caracterizadas por discriminação, frustrações, violação dos direitos e produção de mal-estar psíquico e físico. Portanto, a PNAISM, reconhecendo essa situação,

assume que a humanização tem compromisso com o reconhecimento e respeito aos direitos humanos na perspectiva da atenção integral e produção do bem-estar.

Nesse processo, foram pautadas as necessidades/lacunas identificadas por diversas fontes. Resumindo as diretrizes da PNAISM, mantiveram-se as demandas antigas, incluíram-se as emergentes, além de explicitar a operacionalização da execução da atenção integral. Vale destacar que a atenção integral ficou entendida como a promoção, a proteção, a assistência e recuperação da saúde, sendo essas de competência de todos os níveis que compõem o SUS, ou seja, dos serviços de atenção básica até os serviços de alta complexidade.

Pode-se afirmar que a área técnica da saúde da mulher, do Ministério da Saúde, estava muito bem atenta às necessidades de mudanças e, portanto, recuperou lacunas identificadas nas diversas fontes que possibilitaram reconhecer o que carecia de explicitar e assegurar na elaboração dessas diretrizes.

O processo de elaboração dessa política pública, apesar do cenário não ser o mais favorável, visto que os princípios neoliberais eram fortemente presentes, foi permeado por discussões, reconhecimento de necessidades, de lacunas, pelo embasamento nas produções e ações de mobilização e articulação de vários setores e atores sociais do setor de saúde e de outros setores da área das ciências sociais e humanas. Assim, em 2004, foi editada a PNAISM.

A implantação se deu, e evidentemente as dificuldades foram inúmeras. Nesse sentido, Santana *et al.* (2019) realizaram um estudo de revisão bibliográfica no qual identificaram a abordagem para as questões de gênero entre os desafios para a implementação da atenção integral à saúde da mulher. A integralidade da atenção é inexistente ou está limitada pela ideologia política e organizacional local. Ainda, os autores identificaram um estudo realizado na cidade de São Paulo, no ano de 2015, no qual se conclui que a maioria das ações atendem as

demandas materno–infantis, decisão esta que coloca mulheres acima de 50 anos em vulnerabilidade programática, uma vez que para mulheres dessa faixa etária não se tem programação organizada, e assim se contrapõe às diretrizes da PNAISM.

Destacam entre os avanços o aumento do acesso ao pré-natal, e a possibilidade concreta de reconhecer a voz das mulheres em manifestar suas demandas e assim ter a participação ativa em uma política pública com especificidade a esse grupo populacional. Os autores, após realizarem esse estudo, afirmam reconhecer os avanços em relação ao acesso, e também nos indicadores de saúde. Por outro lado, alertam que

[...] há ainda um longo e difícil caminho no qual a superação das iniquidades e das desigualdades se apresentam como desafio para todos os que defendem a vida como um direito de cidadania e bem público. No Brasil, novos desafios na área da saúde surgem todos os dias, enquanto alguns dos antigos desafios persistem inalterados 5,14,17,18. (SANTANA *et al.*, 2019, p. 140).

A persistência e monitoramento para a conquista de avanços nas políticas públicas são requisitos essenciais e constantes nesse processo de elaboração, implantação e implementação. É percorrer continuamente a utopia, no sentido de que ao estar próximo ou mesmo já conseguido o ideal, já se tem mais demandas e necessidades identificadas, portanto é um projeto permanentemente inacabado e, portanto, um processo continuamente em construção.

O Programa de Humanização ao Parto e Nascimento (PHPN)

Antes de abordarmos o PHPN, faremos um breve relato da origem do termo Humanizar o Parto. Essa recuperação foi pautada na abastada publicação 'Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento', da autora Carmen Simone Grilo Diniz (2005),

que de forma brilhante retrata a trajetória e processo de conformação e constituição da Humanização ao Parto, incorporando os movimentos internacionais e nacionais.

A história descreve que, antes da atenção médica, o parto era tido como um significado Divino em consequência do pecado original, sendo reprovada e considerada ilegal qualquer iniciativa que pudesse aliviar as dores e mesmo os riscos do parto (DINIZ, 1997 apud DINIZ, 2005).

Em um movimento contrário a esse pensamento, a categoria médica passa a investir em ações de caráter humanitário e a defender a realização do parto de forma que não fosse tido com esses princípios penalizantes (MAGALHÃES, 1916 apud DINIZ, 2005), sendo esse posicionamento fundamentado na ideia de que a mulher não era mais ré dos desígnios Divinos, e sim vítima da anatomia e fisiologia do seu próprio corpo. Por meio da pelvimetria, com auxílio da física e da matemática, foram desenvolvidos os instrumentos fórceps, craniótomos, basiótribos, embriótomos, sinfisiótomos, instrumentos estes “[...] hoje consideradas meras curiosidades arqueológicas e de que nos vexamos ao lembrá-las” (CUNHA, 1989 apud DINIZ, 2005, p. 628).

No século XX, para se apagar e desaparecer com a ideia de uma experiência dolorosa e aterrorizante, foi proposto por médicos a realização do parto por sedação total, injetando morfina no início do trabalho de parto e administrando escopolamina (amnésico), o que possibilitava que mesmo sentindo dor a mulher não conseguia mais se lembrar conscientemente do parto (DINIZ, 2005).

No entanto, como a escopolamina podia provocar agitação pelo seu efeito alucinógeno, as mulheres eram imobilizadas (amarradas no leito) e ao se debaterem formavam-se muitos hematomas; para que essas cenas não fossem vistas, o leito era coberto por uma barraca (WERTZ, 1993 apud DINIZ, 2005, p. 628). No Brasil, essas intervenções também foram realizadas.

Os altos índices de mortalidade materna e neonatal foram fundamentos essenciais para o abandono da prática de atenção ao parto com uso de sedação total e de intervenções por instrumentos. Nesse processo de ter o parto como foco de atenção e com o avanço do conhecimento na anestesia, os analgésicos passaram a ser administrados em todas as etapas do parto (pré-parto, parto, pós-parto, assemelhando-se a uma linha de montagem) (MARTIN, 1987 apud DINIZ, 2005).

Nesse processo, em meados do século XX, a hospitalização do parto já estava instituída nos países industrializados e assim os partos passaram a ser realizados em hospitais, com as mulheres sendo assistidas por uma pessoa desconhecida, submetidas a uma série de normas e rotinas definidas e separadas de familiares e dos pertences pessoais (roupas, dentaduras, óculos). Particularmente, no Brasil, os procedimentos de rotina eram: episiotomia, uso de fórceps e a atenção demarcada por relações humanas caracterizadas por frieza, indiferença, sendo a mulher considerada um objeto inanimado (DINIZ, 2005).

Na perspectiva de se opor a esse tipo de atenção ao parto, emergem movimentos ainda na década de 1950; dentre esses destaca-se o movimento do parto sem dor, parto sem medo, parto sem violência, parto natural. Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista consegue instituir os centros feministas e os Coletivos de Saúde das Mulheres, e nesse processo apresentam a proposta da assistência ao parto a partir dos conceitos de direitos reprodutivos e sexuais (DINIZ, 2005).

Vários grupos dessa natureza se mobilizaram e sistematizaram estudos acerca da eficácia e segurança na atenção à gravidez, parto e pós-parto. Esses grupos receberam apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses estudos foram o embrião para a elaboração da Medicina Baseada em Evidências, que entre suas atuações e rumos possibilitou evidenciar o poder econômico e corporativo nas decisões e

diretrizes estabelecidas das políticas e também tomaram como prioridade a defesa dos direitos dos pacientes (DINIZ, 2005).

Diniz (2005) traz que essa articulação com a OMS, em 1985, por meio dos escritórios regionais da Europa e Américas, possibilitou a realização da Conferência Internacional: Tecnologias apropriadas ao Parto. Esse evento foi considerado um marco, uma vez que foi intenso o apelo de saúde pública e de defesa dos direitos das mulheres, e, a partir dessa Conferência, foi editada a Carta de Fortaleza, que sensibilizou, motivou e inspirou muitas mudanças.

Como fruto dessas articulações e eventos foram realizadas uma série de revisões que culminou com várias publicações. Dentre elas, foi destacada e editada, em 1985, pela OMS a publicação intitulada 'Recomendações da OMS', que veio a se constituir em uma referência para os grupos que aderiam à humanização ao parto. Alguns temas incluídos nessa publicação foram incorporados nesse movimento no Brasil como, por exemplo, o direito a acompanhante no SUS e a eliminação da prática da episiotomia (DINIZ, 2005).

Interessante destacar que nesse processo, em 1996, foi elaborada uma série de publicações voltadas para diferentes públicos – profissionais da saúde e usuárias, com linguagem devidamente adequada, considerado um símbolo do combate à violência aos direitos humanos (DINIZ, 2005).

Derivada da publicação *Recomendações da OMS*, no ano 2000, pelo Ministério da Saúde do Brasil, foi feita a edição do material "*Assistência ao Parto Normal – Um Guia Prático*", sendo o mesmo distribuído a profissionais médicos ginecologistas, enfermeiras obstétricas e enfermeiras obstetritzas.

Diniz (2005) apresenta, no Brasil, uma série de maternidades de diferentes estados brasileiros com iniciativas de experiências de atuação em humanização ao parto e ainda outras pautadas na atuação em população indígena, com parteiras tradicionais, também práticas de

atenção ao parto com a adesão e execução das práticas integrativas e complementares, como a Yoga. E, somando a esses grupos, em 1993, surge a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna), fundada a partir da Carta de Campinas, tendo sido conformada por centenas de participantes institucionais e profissionais de saúde vinculados a serviços de saúde pública, a ONGs, profissionais liberais de diferentes categorias, e também profissionais com vínculo em execução de pesquisas, além de usuárias dos serviços de saúde. O ideário do SUS e as ideias da Saúde Coletiva também integraram esses grupos e movimentos em defesa da Humanização do Parto e do Nascimento.

A partir dessa recuperação do processo histórico, de onde emergiu a necessidade e as estratégias e iniciativas da Humanização do Parto e Nascimento, será apresentado como essa demanda foi institucionalizada pelo Ministério da Saúde.

Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), ano 2000

Frente às necessidades de atenção específicas à gestante, ao recém-nascido e à mulher no período do parto e pós-parto, o Ministério da Saúde responde com a instituição do Programa de Humanização do Parto e Nascimento (PHPN) (Portaria 569, publicada no Diário Oficial da União em oito de junho de 2000, na seção 1, página 4). Com essa decisão, o Ministério visava a certificar o acesso, a melhoria da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, a assistência ao parto, puerpério e atenção neonatal.

Esse Programa apresenta o direito à humanização da assistência obstétrica e neonatal como condição essencial de sua operacionalização, e sendo eles seus dois eixos fundamentais. Para tanto, explicitou o conceito como também, nesse processo de elaboração, destacou ser um instrumento norteador da organização e estruturação das redes de serviços de referência para a atenção às gestantes, sendo

adotada a lógica da regionalização e hierarquização e definindo as responsabilidades dos três níveis de gestão (federal – Ministério da Saúde; estadual – Secretarias do Estado de Saúde; e nível municipal -Secretarias Municipais de Saúde). Assim, ficou definido:

Ao gestor federal cabe articular com estados, municípios e Distrito Federal a implantação do Programa, estabelecendo mecanismos de controle, de avaliação e de acompanhamento deste processo. Compete, ainda, prestar assessoria técnica na elaboração dos Programas Estaduais de Humanização no Pré-natal e Nascimento, na estruturação das Centrais de Regulação Obstétrica e Neonatal e na implantação dos Sistemas Móveis de Atendimento. É de responsabilidade do setor estadual elaborar os Planos Regionais, articulados com as secretarias municipais de saúde, no sentido de organizar seus sistemas estaduais/regionais de assistência obstétrica e neonatal que contemplem todos os níveis de atenção; estruturar e garantir o funcionamento das Centrais Estaduais de Regulação Obstétrica e Neonatal e assessorar os municípios tanto na estruturação das suas Centrais Municipais de Regulação Obstétrica e Neonatal como na implantação de sistemas móveis de atendimento pré e inter-hospitalares. Além disso, o estado responsabiliza-se pela alocação complementar de recursos financeiros próprios para o desenvolvimento do Programa; pelo acompanhamento dos indicadores de morbi-mortalidade materna e neonatal e, também, pela assessoria técnica em todo o processo de implementação, controle e avaliação do Programa. Ao gestor estadual cabe, ainda, a análise e a homologação dos Termos de Adesão encaminhados pelos municípios. (BRASIL, 2002, p. 69).

O processo de inclusão dos municípios nesse programa exigia a participação do município na elaboração do Plano Regional, e ter o Termo de Adesão ao PHPN encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde, que após análise e homologação era encaminhado ao Ministério da Saúde para publicação da Portaria de Adesão do Município. Em continuidade, o município recebia o sistema de informatização – SIS Pré-Natal- que possibilitava gerar relatórios para o monitoramento e

avaliação da assistência prestada, segundo ações preconizadas pelo Programa (BRASIL, 2002).

Ainda, esse Programa no seu processo de implantação incluiu o Prêmio Galba de Araújo, médico especialista em Ginecologia e Obstétrica, formado pela Universidade Federal da Bahia e com especialização na Universidade de Michigan (EUA), e que, na década de 1970, foi um dos profissionais dissidentes do parto instrumental e se aliou ao movimento do Parto e Nascimento Humanizado, tendo se inspirado na experiência de partos das indígenas e parteiras práticas.

Foi pelo reconhecimento desse profissional que apreciou o parto humanizado, valorizando a cultura popular de forma articulada ao conhecimento técnico e científico, que o Ministério da Saúde, em 1999, instituiu o prêmio que levou seu nome para apoiar e valorizar as instituições de saúde que adotassem as práticas humanizadas às mulheres e aos recém-nascidos do Brasil, durante todo o ciclo gravídico puerperal. Foram estabelecidos como critérios para pontuação nesse prêmio a qualidade do atendimento, identificado pelo acolhimento e as ações obstétricas, a organização do estabelecimento de saúde, a avaliação das usuárias, tendo como indicador a satisfação das mesmas e também a valorização das iniciativas/estratégias criativas e inovadoras pertinentes à humanização. Esse Prêmio revelou o compromisso principalmente no tocante a iniciativas criativas dentro do contexto, investindo em práticas acolhedoras, seguras e com caráter de humanização, e, portanto, não por suas estruturas físicas e tecnológicas. No ano 2000 foram 5 maternidades que assim conquistaram esse prêmio. Na entrega do prêmio, os estabelecimentos de saúde vencedores recebiam, além da placa e do certificado, um incentivo em valor financeiro, portanto era uma estratégia indutora de mudança de prática assistencial.

O próprio Ministério realizou um processo de avaliação piloto de adesão e implementação do PHPN em Aracaju (SE), Maceió (AL) e

Ribeirão Preto (SP), sendo que esses municípios haviam passado por diferentes estágios de andamento no seu desenvolvimento e os resultados permitiram eleger subsídios para as devidas adequações, e também incentivou a criatividade de estratégias que contribuíssem para os municípios superarem as dificuldades enfrentadas.

O Brasil tem sua história registrada nessa luta e na edição desse Programa de Humanização do Parto e do Nascimento, em 2000, que se sustenta nos princípios do SUS e trabalha na implantação do PHPN de forma descentralizada, possibilitando ao pacto dos municípios que compunham territórios regionais discutir e elaborar o fluxo do atendimento com vistas a assegurar o acesso das mulheres à assistência ao parto e nascimento. Introduziu uma ferramenta de gerenciamento de programa que permitia aos gestores locais, regionais e estaduais monitorarem e avaliarem na perspectiva quantitativa as ações do PHPN. Não foi previsto nenhum campo nessa ou em outra ferramenta em que a voz da mulher ou de familiares fossem veiculadas e incluídas no processo avaliativo.

Assim, o PHPN teve seu processo de implantação originário de séculos passados e resultante de um processo de determinação, de não se calar diante da indignação e, portanto, de muito investimento pessoal, institucional e de articulação entre os atores que acreditaram e acreditam em mudanças, de âmbito nacional e internacional, na perspectiva do direito à saúde.

Com relação à inclusão de diretrizes específicas sobre as condutas e providências em relação à mãe e aos familiares, no quadro abaixo encontram-se descritos itens relacionados ao conteúdo dos três documentos analisados e, dentre eles, foi averiguado sobre as diretrizes específicas diante da perda perinatal.

Quadro 1 - Síntese dos elementos constitutivos dos documentos relacionados à saúde da mulher: PAISM (1984), PHPN (2000) e PNAISM (2004)

	PAISM	PHPN	PNAISM
Data	1984	2000	2004
Público alvo	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres, da adolescência até a terceira idade. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestantes e recém-nascidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres em todos os ciclos da vida.
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da mortalidade entre as mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de ampliar os esforços para reduzir as altas taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal. 	<ul style="list-style-type: none"> Humanizar e melhorar a qualidade da atenção em saúde da mulher
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento integral à mulher (clínico-ginecológico e educativo, voltados ao aprimoramento do controle pré-natal, parto e puerpério. Controle das doenças transmitidas sexualmente, do câncer cérvico-uterino e mamário. Assistência para concepção e contracepção. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar o sistema de assistência à saúde da gestante, integrando e regulando o atendimento à gestação e ao parto nos níveis ambulatorial básico e especializado. Acompanhamento pré-natal com atendimento pré e inter-hospitalar e hospitalar. Controle de leitos obstétricos como forma de garantir a integralidade assistencial. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das condições de vida e saúde das mulheres com a garantia de direitos legalmente reconhecidos e ampliação aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo o território brasileiro. Redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e sem discriminação de qualquer espécie. Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no SUS.

Estratégias de implantação

- Criação de centros de referência regionais para a educação continuada de pessoal da rede básica nas atividades de atenção à mulher e à criança.
- Apoiar os centros que desenvolvem pesquisas operacionais e estudos epidemiológicos atinentes à saúde da mulher e que possam oferecer subsídios técnico-científicos para a implementação do programa.
- Execução através da integração das redes federal, estadual e municipal por meio de planos ajustados às suas prioridades e possibilidades, promovendo, em especial, a articulação interinstitucional.
- Aprimoramento constante do programa proposto.

- Implantação de Centrais de Regulação Obstétrica e Neonatal nos níveis estadual, regional e municipal.
- Estabelecer princípios e diretrizes para a estruturação do programa.
- Melhorar as formas de custeio e pagamento nos hospitais cadastrados no Sistema de Informações Hospitalares do SIH/SUS.
- Estabelecer competências e atribuições para os integrantes do sistema, Federal, Estadual e Municipal.

- Ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica, inclusive para portadoras da infecção pelo HIV e outras DST.
- Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar no âmbito da atenção integral à saúde.
- Promover a atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada, incluindo assistência ao abortamento com condições inseguras, para mulheres e adolescentes.
- Promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.
- Prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV na população feminina.
- Reduzir a mortalidade feminina por câncer.
- Implantar um modelo de atenção à saúde mental da mulher sob o enfoque de gênero.
- Implantar e implementar a atenção à saúde da mulher no climatério.
- Promover a atenção à saúde da mulher na terceira idade e da mulher negra, das trabalhadoras do campo e da cidade e das indígenas.
- Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de prisão, incluindo a promoção das ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e infecção pelo HIV.

Diretrizes específicas diante da perda			<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a participação e controle social na definição e implementação das políticas de atenção integral à saúde das mulheres.
	Não há citação desta natureza.	Não há citação desta natureza.	Não há citação desta natureza.

Fonte: produção da própria autora

O estudo de Barros, Aquino e Souza (2019) abordou, por região, os casos de óbitos fetais notificados no período de 1996 a 2015, registrados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e classificados na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). O referido estudo traz a caracterização das mulheres por idade, escolaridade, duração da gestação e tipo de parto. Para elaborar as séries históricas, os autores calcularam a taxa de mortalidade fetal entre 1996 e 2015, e, nesse processo de investigação, concluíram que a “taxa de mortalidade fetal do país passou de 8,19 em 1996 para 9,50 por 1.000 nascimentos em 2015” e, ainda afirmam que “os óbitos fetais predominaram entre a 28ª e a 36ª semana de gestação, com tendência crescente no Brasil e todas as regiões, exceto no Sul (estacionário)” (BARROS; AQUINO; SOUZA, 2019, p. 1).

Salgado e Polido (2018), estudiosas da temática de morte perinatal, relatam a situação familiar e dos profissionais de saúde diante da perda gestacional e neonatal; abordam, ainda, como lidar com a perda intrauterina, com a perda após o nascimento, tratam dos aspectos legais desse acontecimento, além do relato de situações vividas nessas circunstâncias em uma unidade de terapia intensiva neonatal. As autoras, na referida publicação, têm muito a contribuir para as

especificidades entre as diretrizes de uma política pública da atenção à saúde da mulher que vive a experiência da perda neonatal.

Mesmo reconhecendo os avanços, não podemos deixar de destacar que esses documentos não apresentam nenhuma citação sobre os conteúdos específicos voltados à mulher e à família que passa por essa experiência. Necessidades são geradas nessa situação e, portanto, entendemos ser necessário ouvir as pessoas (mulheres e familiares) e evidenciar os apelos manifestados, e propor a criação ou a implementação de uma política pública, pensando em um atendimento mais humanizado como compromisso do Estado frente a essa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou reconhecer os avanços conquistados nos programas e políticas de saúde com relação à atenção à saúde da mulher, a partir dos anos 1980 até 2010.

No entanto, é reconhecido que o processo de elaboração, implantação e implementação é contínuo e requer análises, avaliações permanentes, pois é com esse processo e tendo o objetivo de aprimorar o que foi construído que se tem a possibilidade de melhorar os resultados, no caso em relação às políticas de saúde da mulher e mais especificamente com as diretrizes dessas políticas voltadas para as mulheres e familiares que passam pela vivência da perda perinatal.

Reconhecemos que o compromisso com a humanização nos documentos tem potência para a implantação e implementação de práticas de gestão e de atenção para as pessoas que passam pela situação, no entanto, por não estar explícito esse direito, não fica assegurado, e possibilita um descuido ou mesmo práticas inadequadas para o sofrimento frente a essa perda.

Outra consideração se trata da necessidade da explicitação das demandas geradas nesse luto, manifestadas por grupos sociais

envolvidos com a saúde em geral, principalmente os envolvidos com a saúde da mulher. Também seria fundamental que as instituições formadoras, as instituições de pesquisa, os representantes dos espaços do controle social, os legisladores, trabalhadores e gestores da saúde, das entidades de classe e todos que se comprometem em lutar pela instituição cada vez mais fortalecida com uma sociedade que tem entre seus princípios doutrinários a dignidade humana e os direitos humanos, incluíssem nas respectivas agendas essa temática.

A mobilização pode começar nos microespaços e ir se consolidando em todas as oportunidades para que a política de saúde já existente seja aprimorada e/ou seja conquistada uma legislação que atenda às necessidades da mãe e da família enlutada pela perda de uma criança, seja ainda na gestação, durante o parto ou dias após o nascimento.

Vale lembrar que os Direitos Humanos reconhecem e abrem a possibilidade para que grupos com necessidades específicas também reivindiquem suas especificidades para conquistar um tratamento mais digno e ter seus direitos gerais e específicos legalmente reconhecidos e assim preservados. E vale ainda lembrar que reconhecer a dignidade humana é não considerar o outro como um subalterno, e nem tampouco tratá-lo como um objeto, mas sim reconhecê-lo como um ser portador de direitos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR. R. A. T. **A construção internacional do conceito de atenção primária à saúde (APS) e sua influência na emergência e consolidação do sistema único de saúde**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Perspectivas teóricas para a análise de políticas públicas: como lidam com a complexidade? **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, p. 16-27, jan./mar. 2019.

ARAÚJO, J. L. J.; MACIEL, R. F. Developing an operational framework for policy analysis. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 1, n. 3, p. 203-221, 2001.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 83, 2017.

BARROS, P. S.; AQUINO, É. C.; SOUZA, M. R. Mortalidade Fetal e os Desafios para a Atenção à Saúde da Mulher no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 53, n. 12, p. 1-10, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática**. Brasília, DF: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Plano de Ação 2004/2007**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 569, de 01 de junho de 2000**. Dispõe sobre o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica Saúde da Mulher. Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. **Rev. bras. Saúde matern. infant.**, Recife, v. 2, n. 1, p. 69-71, jan./abr. 2002.

BRASIL. **Relatório final da Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, 8**. Brasília, DF: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

CANESQUI, A. M. **Assistência Médica e a Saúde e Reprodução Humana**. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 1987.

CORREA, S. O.; PIOLA, S. F. **Balanço 1998-2002: aspectos estratégicos, programáticos e financeiros**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 627-637, jul./set. 2005.

FREITAS, G. L.; VASCONCELOS, C. T. M.; MOURA, E. R. J.; PINHEIRO, A. K. B. Discutindo a Política de Atenção à Saúde da Mulher no Contexto da Promoção da Saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 424-428, 2009.

LUZ, M. T. Políticas de descentralização e cidadania: novas práticas de saúde no Brasil. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2001. p. 17-37.

MAGALHÃES, F. **Lições de clínica obstétrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1916.

MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. (Série INTERLOCUÇÕES. Práticas, experiências e pesquisas em saúde).

NEGREIROS, A. Do luto à luta: Mães que perderam bebês depois do parto reivindicam tratamento digno em hospitais. **Portal Geledés**, 22 ago. 2016.

NOGUEIRA, A. Quando a dor de perder um bebê não é respeitada: “Vai incinerar com o lixo”. **Universa**, 22 set. 2017.

OSIS, M. J. M. D. **Atenção integral à saúde da mulher, o conceito e o programa**: história de uma intervenção. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

OSIS, M. J. M. D. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 25-32, 1998.

SALGADO, H. O.; POLIDO, C. A. **Como lidar com o luto perinatal**: acolhimento em situações de perda gestacional e perinatal. São Paulo: Lexema; Ema Livros, 2018.

SANTANA, T. D. B. *et al.* Avanços e desafios da concretização da política nacional da saúde da mulher: uma revisão de literatura. **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 61, p. 135-141, jul./set., 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 2, n. 30, p. 5-43, 1996.

VIANA, A. L. Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para estudos sobre políticas sociais. *In*: CANESQUI, A. M. (Org) **Ciências Sociais e Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. p. 205-215.

WALT, G.; GILSON, L. Reforming the health sector in developing countries: the central role of policy analysis. **Health Policy and Planning**, v. 4, n. 9, p. 353-370, 1994.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Garantia dos princípios constitucionais na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente

Autores

Natane Costa Mello
Alcides Belfort da Silva

Ano de publicação

2021

Referência

MELLO, Natane Costa; SILVA, Alcides Belfort. Garantia dos princípios constitucionais na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 29/03/2021

Aprovação: 10/06/2021

GARANTIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GUARANTEE OF CONSTITUTIONAL PRINCIPLES IN THE APPLICATION OF THE STATUTE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS

Natane Costa Mello*
Alcides Belfort da Silva **

Resumo: O presente trabalho visa analisar os princípios constitucionais do nosso ordenamento jurídico, em garantir a proteção das crianças e dos adolescentes, na adequação aos princípios basilares do direito e no âmbito processual, considerando a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, verificando a existência de conflitos aparentes entre as normas, e na hipótese de infringência de princípios constitucionais em detrimento à proteção aos direitos da criança e do adolescente, indicar a norma verdadeiramente aplicada à situação.

Palavras-chave: Princípios constitucionais. Direito. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abstract: This paper aims to analyze the constitutional principles of our legal system, in ensuring the protection of children and adolescents, in the adequacy to the basic principles of law and in the procedural sphere, considering the integral protection provided for in the Statute of the Child and Adolescent, verifying the existence of apparent conflicts between the norms, and in the hypothesis of infringing constitutional principles to the detriment of the protection of the rights of children and adolescents, indicate the standard truly applied to the situation.

Keywords: Constitutional rules. Law. Estatuto da Criança e do Adolescente.

* Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Advogada OAB/SP. Contato: natanemello@gmail.com

** Doutorando em Tecnologia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UNAERP. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela UNAERP. Professor de graduação no Centro Universitário Barão de Mauá. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Código de financiamento 001. Contato: alcides.belfort@baraodemaua.br

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar a efetividade da proteção às crianças e às adolescentes, de modo a reduzir os danos causados, garantindo o respeito e a adequação à legislação.

A salvaguarda dos direitos da criança e do adolescente em respeito aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, de forma a verificar se há o efetivo cumprimento dos direitos e garantias preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela recomendação nº 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como da não supressão de princípios basilares da Constituição Federal (1988) durante a tomada dos depoimentos.

Com o advento da lei 13.431/2017, e as inovações trazidas no procedimento para adoção dos menores, devem ser preservados os princípios constitucionais, e a cidadania, visando garantir os direitos dos menores, na condição de pessoa em desenvolvimento, de forma prioritária e integral.

Com relação, à proteção integral à criança e ao adolescente, e redução da “revitimização”, tendo em vista, a preservação ao devido processo legal, durante todo o procedimento do depoimento pessoal.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Primeiramente, importante compreender a definição de princípio, para então poder entender sua origem, objetivo e utilização no âmbito processual. Celso Antônio Bandeira de Mello (1991) define princípio como sendo:

“Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a

racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico”

A palavra princípio, em análise etimológica, é originária do latim, *lat principium*, e significa ‘começo, exórdio, início’.

No direito, em síntese, os princípios têm diversas definições, sendo três delas as principais, sendo a primeira a definição de princípio como normal geral de grande valor no ordenamento jurídico, que seriam um modelo ou exemplo a ser seguido pelas demais normas, respeitando os valores ali expressos.

Em segunda definição, princípios são norteadores para estabelecer normas específicas, que devem tomar como base o princípio.

Por fim, a última definição para princípio seria de uma generalização, a partir das normais preexistentes sobre diversas matérias.

Os princípios constitucionais são a base de todo o ordenamento jurídico, trazidos pela Carta Magna de 1988, e se tratam nada menos da origem de todas as normas editadas, e do próprio direito em si, tendo em vista não ter como falar de sistema jurídico sem remeter-se aos princípios trazidos pela Constituição.

A instituição dos princípios foi baseada na necessidade de assegurar à sociedade o respeito aos seus direitos e garantias fundamentais, dada a evolução da sociedade e a intervenção do Estado nas relações interpessoais e com o próprio Estado, garantindo maior segurança aos cidadãos.

Desse modo, os princípios direcionarão o melhor caminho a ser tomado de forma a evitar injustiças entre os titulares de direitos.

O artigo 5º, da Constituição Federal enumera, de forma genérica, diversos princípios a serem resguardados, sendo os mais relevantes para esta discussão os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, e dignidade da pessoa humana.

DEFINIÇÃO E FINALIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

A Constituição Federal de 1988, além de trazer diversos princípios gerais, também traz à baila princípios relacionados diretamente ao processo, direcionadas a garantir uma justiça eficiente e justa aos interessados.

Antes de haver tal previsão legal, recorrentes eram as injustiças e disparidades na aplicação do direito, tendo em visto o poder detido por pequena parcela da população, que por seus privilégios, de forma arbitrária, acabavam por suprimir os direitos dos demais entes da sociedade, que não possuíam meios de defender seus direitos.

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo passou a ter importância para solução dos conflitos entre as partes, como principal meio de aplicação do direito material.

A partir de então, a observância de princípios como da ampla defesa e contraditório, devido processo legal, igualdade, juiz natural, entre outros, passaram a ser filtros para validade das decisões proferidas nos processos, o que vem sendo praticado desde então em nosso ordenamento jurídico.

Neste sentido, o Novo Código de Processo Civil (2015), aliado aos princípios constitucionais, preconiza sobre os direitos fundamentais:

Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência

Tal previsão é vista como um grande avanço no processo constitucional, sendo a observância dos princípios constitucionais no processo um fenômeno recente.

Atualmente, os princípios constitucionais devem ser observados na elaboração das leis, durante o processo legislativo, bem como na aplicação das leis no processo pelos auxiliares da justiça, no poder judiciário, sempre em conformidade com o que preconiza a Constituição Federal.

Importante ressaltar, os princípios constitucionais do processo são de suma importância diante de possíveis conflitos entre as normas infraconstitucionais e constitucionais, estabelecendo, no caso concreto, qual princípio será aplicado ao caso, conseqüentemente, prevalecendo sobre os demais.

PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Iniciando os princípios constitucionais em espécie, o princípio do devido processo legal representa um dos princípios processuais mais importantes de todo o ordenamento jurídico, sendo o mais abrangente.

Essa expressão deriva do direito inglês, denominado “*Due Process of Law*”, previsto no “*Statute of Westminster of the Liberties of London*”, que seria o direito a um processo justo.

A introdução expressa do princípio do devido processo legal se deu somente na Constituição Federal de 1988, quando já consolidado o Estado Democrático de Direito, demonstrando que até então não havia grande preocupação com um processo justo e seguro para os cidadãos.

O princípio do devido processo legal está previsto no inciso LIV, do artigo 5º da Constituição Federal, preconizando que “*Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*” (BRASIL, 2012).

Por sua abrangência, grande parte dos doutrinadores considera que o princípio do devido processo legal comporta diversos outros princípios, como o do juiz natural, o do duplo grau de jurisdição,

da publicidade dos atos processuais, da motivação das decisões judiciais, entre outros.

O princípio visa garantir o cumprimento de todas as normas previstas em nosso ordenamento jurídico, pelo Estado, durante o trâmite processual, passando por todas as instâncias e seguindo o rito processual adequado, sempre de forma adequada à Constituição Federal.

O princípio do devido processo legal se aplica a todas as matérias de direito, independentemente se perante o poder judiciário, legislativo ou executivo, conforme segue:

O princípio do devido processo legal vale para qualquer processo judicial (seja criminal ou civil), e mesmo para os processos administrativos, inclusive os disciplinares e os militares, bem como nos processos administrativos previstos no ECA (TAVARES, 2006).

Importante ressaltar, diversos doutrinadores se insurgem contra procedimentos que não asseguram o devido processo legal, como no inquérito processual, baseado no Código de Processo Penal, alegando que a Constituição Federal é afrontada diretamente, o que levaria a nulidade de todos estes procedimentos inquisitórios.

O princípio do devido processo legal visa proteger o direito à vida, à liberdade e à propriedade, seja material ou imaterial, considerados direitos fundamentais pela Constituição Federal.

Atualmente, em razão da existência de garantias específicas previstas na Constituição Federal, alguns doutrinadores, baseando-se em decisão jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal, afirmam que o princípio caiu em desuso, valendo-se as partes de princípios mais direcionados e específicos ao caso concreto, como o princípio do contraditório e da ampla defesa.

PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

O princípio do contraditório e da ampla defesa deriva do princípio do devido processo legal, porém com aplicabilidade mais específica, sendo mais utilizado atualmente na defesa dos direitos dos litigantes.

O princípio do contraditório e da ampla defesa está previsto no inciso LV, do artigo 5º da Constituição Federal, preconizando que “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a eles inerentes” (BRASIL, 2012).

Apesar de comumente mencionados de forma conjunta, tendo em vista sua tênue diferenciação, o princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa possuem suas particularidades.

O princípio do contraditório diz respeito ao direito das partes de tomarem conhecimento do quanto alegado pelos demais e ao direito de se contrapor ao que foi dito, por meio de sua versão dos fatos, bem como por meio probatório.

A expressão *audiatur et altera pars*, relacionada ao princípio do contraditório, dispõe sobre a necessidade de informação de ambas as partes quanto aos atos praticados no processo, com possibilidade de manifestação e oposição.

Aqui deve-se mencionar a importância de outros princípios constitucionais, aliados ao princípio do contraditório, como o da imparcialidade do juiz, que deve promover a igualdade entre as partes, tendo o mesmo direito de serem informadas e ouvidas, neste sentido:

A garantia fundamental da Justiça e regra essencial do processo é o princípio do contraditório, segundo este princípio, todas as partes devem ser postas em posição de expor ao juiz as suas razões antes que ele profira a decisão. As partes devem poder desenvolver suas defesas de maneira plena e sem limitações arbitrárias, qualquer

disposição legal que contraste com essa regra deve ser considerada inconstitucional e por isso inválida (LIEBMAN apud MARCATO, 1980).

Já o princípio da ampla defesa diz respeito à possibilidade da parte de alegar toda a matéria pertinente ao seu direito, sejam fatos constitutivos, por meio do direito de ação, ou de fatos modificativos, impeditivos ou extintivos, por meio do direito de defesa, bem como de prová-los por todos os meios de prova possíveis.

Importante ressaltar a importância do cumprimento deste princípio, tendo em vista que por meio das alegações e provas trazidas ao processo, a parte pode influenciar diretamente o convencimento do juiz.

Em conformidade com o princípio da ampla defesa, a Súmula Vinculante nº 14, do Supremo Tribunal Federal preconiza:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa (BRASIL, 2009).

Assim, tendo objetivos parecidos, a unificação do princípio do contraditório e da ampla defesa traz a garantia de informação de todos os atos praticados pela parte contrária e pelos auxiliares da justiça, podendo opor-se, além de provar todo o alegado pelos meios de provas admitidos no processo, garantindo igualdade entre as partes.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana é trazido pelo inciso III, do artigo 1º da Constituição Federal, que dispõe sobre o Estado Democrático de Direito e seus fundamentos, conforme:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2012)

O princípio da dignidade da pessoa humana é um dos mais importantes trazidos pela Constituição Federal, remetendo-se diretamente ao tratamento dos indivíduos de uma sociedade.

A dignidade da pessoa humana somente ganhou visibilidade após a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU), que menciona diretamente o termo dignidade:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 1948)

O conceito de dignidade de pessoa humana é amplo, tendo em vista não se tratar somente de um princípio, mas de uma definição abstrata do tratamento de cada indivíduo da sociedade, de forma a assegurar-lhes segurança e respeito como pessoa humana.

Importante ressaltar que cada área do direito pode ter uma interpretação e utilização diferente das demais áreas no que tange ao princípio da dignidade da pessoa humana, de acordo com o objetivo da legislação.

O Novo Código de Processo Civil trouxe, de uma forma geral, uma constitucionalização das normas existentes no diploma legal, tendo,

em seu artigo 8º, trazido, implicitamente, a previsão da dignidade da pessoa humana como alicerce das normas de processo civil.

Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Para o direito, o princípio da dignidade da pessoa humana é a fonte dos valores de todos os demais princípios, não sendo somente uma norma positivada a ser seguida, mas uma garantia inerente da sociedade, tendo o direito a função de assegurar seu respeito e cumprimento.

PRINCÍPIOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, com base em seu artigo 227, adotou-se a ampla proteção e prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, como marco principal na mudança do caráter atribuído aos menores e de seu tratamento.

Já em 1990, com a Convenção Sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente, são trazidos os primeiros traços de tratamento diferenciado a crianças e adolescentes, que não são mais tratados da mesma forma que adultos, tendo direitos e prioridades exclusivas.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores passaram a ter tratamento específico, tendo em vista sua condição de pessoa em desenvolvimento, com políticas próprias voltadas a sua proteção, assim como os idosos, os portadores de deficiência, as gestantes.

O ECA dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes, por meio de princípios e regras de direito, além de elencar os crimes

praticados contra os menores e sua sanção, as medidas de proteção, o auxílio à família e sua guarda e tutela.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

A Lei 8.069/90 é norteada por princípios, originários da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, que definem a aplicação e interpretação da lei no que tange às crianças e adolescentes.

Aliado à Constituição Federal de 1988, o ECA visa garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente, por meio de legislação específica, com princípios como a proteção integral, princípio da prioridade absoluta, princípio da prevalência dos direitos dos menores, entre diversos outros.

Os princípios trazidos pelo ECA são de extrema importância para assegurar o amparo às crianças e aos adolescentes.

DEFINIÇÃO E FINALIDADE DOS PRINCÍPIOS

As normas trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes são normas de ordem pública, que norteiam o ordenamento jurídico no que se trata de crianças e adolescentes, devendo ser cumpridas, obrigatoriamente, por toda a sociedade.

O Estado deve garantir o cumprimento das normas de proteção às crianças e aos adolescentes, em razão de sua natureza *jus cogens*, e do interesse do Estado em assegurar a proteção aos direitos fundamentais.

Os princípios trazidos pelo ECA baseiam-se, principalmente, no princípio da dignidade da pessoa humana, remetendo à importância do

tratamento digno e respeitável aos menores, que são mais vulneráveis e se encontram em desenvolvimento.

A importância destes princípios se encontra no fato de que, até pouco tempo, os menores eram tratados como propriedade por seus responsáveis, não como sujeitos de direitos, que necessitavam ter estes direitos resguardados.

Após, foi reconhecida a importância de resguardar os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, ocorrendo relevantes mudanças no tratamento dos menores, principalmente com a introdução do poder familiar, mudando a autoridade dos pais ou responsáveis por estes menores.

Em suma, estes princípios nada mais são do que a expressão dos valores trazidos pela sociedade, baseados nas normas já existentes e na segurança necessária para assegurar a proteção às crianças e adolescentes.

O Estatuto é regido por uma série de princípios genéricos, que representam postulados fundamentais da nova política estatutária do direito da criança e do adolescente.

Em regra, o direito é dotado de princípios gerais genéricos, que orientam a aplicação prática dos seus conceitos.

Assim, o Estatuto contém princípios gerais, em que se assentam conceitos que servirão de orientação ao intérprete no seu conjunto (NOGUEIRA, 1996).

Dentre estes princípios, destacam-se os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da prevalência dos direitos dos menores e do melhor interesse do menor, que possuem maiores reflexos no ordenamento jurídico.

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA

O princípio da prioridade absoluta está previsto no artigo 227, da Constituição Federal, que preconiza:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2012).

O princípio da prioridade absoluta também está previsto no artigo 4º e 100, parágrafo único, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares (BRASIL, 1990).

O princípio traz a preferência das crianças e adolescentes nas políticas e programas realizados pelo Estado referentes à saúde,

educação, alimentação, lazer, cultura, profissionalização, bem como para repressão de violência, discriminação, exploração.

Importante ressaltar que a aplicação deste princípio se dá em todos os âmbitos, seja administrativo, judicial, social ou familiar, sempre prevalecendo o interesse dos menores sobre os demais.

Por meio do princípio da prioridade absoluta, é possível assegurar a concretização dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, que possuem a atribuição de futuro da sociedade.

A prioridade das crianças e adolescentes abrange o direito de receber socorro e ser atendido nos serviços públicos prioritariamente, além da prioridade nas políticas públicas e na destinação dos recursos para sua proteção.

PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

O princípio da proteção integral foi trazido pela Convenção sobre os Direitos da Criança, que trouxe a responsabilidade dos pais, responsáveis e pelo Estado do cuidado dos menores, conforme redação:

Art. 3º, 2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores ou outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas (BRASIL, 1990).

No Estatuto da Criança e do Adolescente, o princípio da proteção integral está previsto no artigo 1º, que preconiza que “*Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente*” (BRASIL, 1990).

Além deste artigo, a proteção integral à criança e ao adolescente ainda está previsto no artigo 3º, do Estatuto:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

O princípio da proteção integral se deriva, diretamente, do princípio da dignidade da pessoa humana, porém direcionado para às crianças e adolescentes, de forma mais específica para atender às necessidades dos menores.

Este princípio preconiza, em síntese, a proteção pela família, pelo Estado e pelos demais responsáveis, dos menores que estão sob sua guarda ou tutela, de forma ampla, assegurando o tanto quanto necessário para seu desenvolvimento e bem-estar.

Neste princípio estão inseridos outros princípios, como o da prioridade absoluta e a destinação privilegiada dos recursos e espaços públicos para atividades culturais, esportivas e de lazer destinada aos menores, inserido no artigo 59, que diz que "*Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.*"

A proteção integral compreende valores como segurança, saúde, cultura, esporte, lazer, religião e habitação, considerados básicos para o desenvolvimento da criança e do adolescente em sociedade.

Isto significa que, além dos direitos garantidos aos adultos, maiores de 18 anos, as crianças e adolescentes terão mais segurança jurídica, garantida pelo Estado, para seu pleno amadurecimento.

PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR

O princípio do melhor interesse do menor tem origem no direito anglo-saxônico, baseado no conceito de *parens patriae*, em que o Estado age como pai de crianças e adolescentes, quando há abuso ou negligência.

Na época em que surgiu, o princípio era aplicado, de forma uniforme, para crianças e adolescente e para os loucos, sendo alterado após o século 17, separando a proteção dos menores da proteção dos enfermos mentais.

O princípio do melhor interesse do menor foi consolidado com Declaração dos Direitos da Criança de 1959, aplicando-se a todas às crianças e adolescentes, independentemente da sua situação.

Após, com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o princípio ganhou maior relevância, aliado ao princípio da proteção integral, em busca de garantir os direitos fundamentais dos menores.

O princípio tem o objetivo de garantir que o interesse do menor seja sempre analisado, de forma individual, em cada caso que em seja aplicado, com suas peculiaridades, bem como de forma geral, considerando toda a sociedade.

Assim, quando analisado algum preceito ou norma, sempre deverá ser levado em consideração a melhor aplicação para as crianças e adolescentes, baseado nas suas necessidades, bem como para sua elaboração, neste sentido:

Assim, na análise do caso concreto, acima de todas as circunstâncias fáticas e jurídicas, deve pairar o princípio do melhor interesse, como garantidor do respeito aos direitos fundamentais titularizados por crianças e jovens. Ou seja, atenderá o princípio do melhor interesse toda e qualquer decisão que primar pelo resguardo amplo dos direitos fundamentais, sem subjetivismos do intérprete. Melhor interesse não é o que o Julgador entende que é melhor

para a criança, mas sim o que objetivamente atende à sua dignidade como criança, aos seus direitos fundamentais em maior grau possível. À guisa de exemplo, vamos pensar em uma criança que está em risco, vivendo pelas ruas de uma grande cidade, dormindo ao relento, consumindo drogas, sujeita a todo tipo de violência. Acolhê-la e retirá-la das ruas, mesmo contra sua vontade imediata, é atender ao princípio do melhor interesse. Com o acolhimento, busca-se assegurar o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao respeito como pessoa, à sua dignidade, a despeito de não se atender, naquele momento, ao seu direito de liberdade de ir, vir e permanecer, onde assim o desejar. Trata-se de mera ponderação de interesses e aplicação do princípio da razoabilidade. Apesar de não conseguir assegurar à criança todos os seus direitos fundamentais, buscou-se a decisão que os assegura em maior número, da forma mais ampla possível (MACIEL, 2014).

Portanto, os aplicadores do direito devem sempre prezar pelo atendimento do interesse da criança e do adolescente, não só pela instrumentalização processual, tendo em vista o reflexo no desenvolvimento dos menores.

O DEPOIMENTO ESPECIAL E A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO

A nova legislação, por meio do depoimento especial, visa assegurar a proteção integral e o melhor interesse do menor, de modo a evitar a revitimização pelas crianças e adolescentes.

Entretanto, por ser um método aplicado principalmente no processo penal, em que a penalização se dá por meio de restrição de direitos ou privação de liberdade, deve-se sempre prezar pelo respeito ao contraditório e a ampla defesa, de modo a evitar injustiças.

Anteriormente à previsão do depoimento especial, o Código de Processo Penal já trazia, em seu artigo 217, a possibilidade de se colher o depoimento da vítima por meio de videoconferência ou sem a presença do Réu, caso haja algum prejuízo sério para a vítima, conforme se pode conferir:

Art. 217. Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor (BRASIL, 1941).

Assim, apesar do depoimento especial se tratar de medida inédita no direito, se assemelha a procedimento já regulamentado, em que a oitiva se dava em local apartado das demais partes em casos excepcionais, para se preservar a vítima, sem qualquer irregularidade.

Doutrinadores se posicionam a favor da colheita do depoimento especial, afirmando ser oportunizado às partes a ciência dos atos e a possibilidade de reação, opondo-se ao que entenderem inválido.

Pontua-se que o que seria capaz de tornar o ato nulo seria somente eventual prejuízo a perfeita audição, visão ou comunicação com a vítima durante o procedimento, o que prejudicaria a capacidade de exercer o contraditório pela defesa.

Além da inovação trazida pela nova legislação estar de acordo com os princípios constitucionais, ainda é um grande instrumento na busca pela verdade real dos fatos durante a inquirição, sem gerar maiores abalos emocionais e psicológicos aos menores vítimas e testemunhas de violência.

Assim, o entendimento majoritário é de que o depoimento especial trouxe benefícios ao processo, de modo a evitar nova exposição à violência pela criança e pelo adolescente vítima ou testemunha durante sua inquirição, observando princípios como o da dignidade da pessoa humana, prioridade absoluta e proteção integral.

CIDADANIA: PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS

Os direitos metaindividuais abrangem toda coletividade de forma indeterminada e indeterminável, e a utilização de ações coletivas para resolução de conflitos em massa traz segurança jurídica, e uniformização nas decisões acerca do tema que abrange toda coletividade.

Nessa esteira, os competentes legitimados particulares para tutela dos interesses coletivos, são as associações civis, as quais tenham por finalidade em seu estatuto social, a proteção de interesses sociais, que atinjam interesse de uma coletividade, para solução de conflitos em massa.

O direito metaindividual é definido Mancuso nos seguintes termos, vejamos:

Não pertencem a uma pessoa física ou jurídica determinada, mas a uma comunidade amorfa, fluida e flexível, com identidade social, porém sem personalidade jurídica (MANCUSO, 1994).

No mesmo caminho andam o conceito de cidadania, o qual preconiza a efetivação dos direitos civis, políticos e social e econômicos, como uma forma de bem-estar na sociedade:

A expressão cidadania tem origem na Roma antiga e servia para designar condição social, política e jurídica de uma pessoa, implicando a possibilidade de plena participação na vida social, inclusive no governo. (...) Na França da segunda metade do século XVIII, no quadro da Revolução Francesa, quando eram combatidas as injustiças sociais ligadas à discriminação, uma das propostas era a eliminação dos privilégios da Nobreza. Passou-se, então, a usar as expressões cidadão e cidadã para indicar que já não haveria nobres e que todas as pessoas, em condições de igualdade, poderiam participar plenamente da vida social e influir sobre o governo. Assim, a cidadania era a síntese da liberdade e da igualdade de

todos e implicava o direito de gozar de todos os benefícios proporcionados pela vida social e de se fazer ouvir em relação a todos os assuntos de natureza comum (DALLARI, 2001).

A origem do termo cidadania tem seu marco na antiga Grécia onde o direito de participação influenciava nos poderes políticos à época (JAGGER, 1986). Com a vinda da idade Média, a cidadania perdeu um pouco de suas forças (BRAUDEL, 1965).

No Brasil o termo cidadania ganhou notoriedade com o advento da Abolição da Escravatura, observemos:

O ponto de partida para a instauração da cidadania, civil e política, no Brasil é a Revolução política burguesa, que, entre 1888 (Abolição da escravidão) e 1891 (proclamação da Constituição republicana), subverteu o sistema jurídico, instaurando a forma-sujeito de direito em sua versão elementar (o que significa o reconhecimento estatal de todos os agentes da produção, independentemente de sua posição na estrutura econômica — proprietário dos meios de produção, trabalhador — como sujeitos individuais de direitos). Seria inviável a concretização da cidadania, civil ou política, na sociedade escravista imperial, dada a total incompatibilidade da forma-sujeito de direito com qualquer modo de produção escravista, antigo ou moderno. Os escravos eram considerados como "coisas" pelo direito escravista: e, portanto estavam excluídos, por definição, da categoria dos sujeitos individuais de direitos. Consequentemente, a forma universalista e igualitária dos direitos individuais jamais poderia se impor numa sociedade escravista. Tinham razão, portanto os abolicionistas e os republicanos radicais, quando sustentavam que, no Brasil imperial, não havia direitos; apenas privilégios (vale dizer, prerrogativas enunciadas em termos particularistas, pois formalmente reservadas aos integrantes da ordem dos homens livres) (SAES, 2001).

Inferimos que cidadania é a possibilidade de iniciativa participativa na política do Estado Democrático de Direito, que segundo Kildare Gonçalves Carvalho resume em:

Liberdade-participação, que é assegurada a determinada categoria de nacionais, os chamados cidadãos. Portanto, há de se distinguir entre nacional e cidadão: nacional é aquele que se acha vinculado ao Estado por um liame jurídico-público, que o sujeita à ordem jurídica estatal; já o cidadão é o nacional capaz de exercer direitos políticos. Anote-se, contudo, que alguns autores, tomam uma expressão pela outra, sem distingui-las. Em nosso Direito no âmbito dos direitos políticos, nacionalidade e cidadania não se equivalem: cidadão é o nacional investido na condição de participante no processo político (CARVALHO, 2006).

Para Zapata (2001), cidadania é conceituada como:

Esta concepción cobra fuerza a partir de los planteamientos Aristotélicos que establecen la importancia de un marco político para la configuración del ciudadano, en donde el tipo de gobierno y régimen demarca una manera particular de actuación. Para Aristóteles, el tipo de gobierno se refiere a la forma de actuación de la ciudadanía que podía estar orientada hacia el interés individual o interés común, bajo el gobierno de unos pocos o de un colectivo; acorde con ello, distingue dos tipos de regímenes: los rectos, que privilegian la búsqueda del bien general frente al particular (monarquía, aristocracia, república) y los desviados, que aventajan el beneficio particular frente al común (tiranía, oligarquía, democracia).¹

No que tange a proteção dos direitos dos cidadãos, o neoconstitucionalismo nada mais é que a constitucionalização dos direitos, sendo necessária a concretização do exercício da cidadania (SANCHIS, 2004).

Resumidamente a cidadania é o exercício de direitos e deveres

¹ Este conceito leva a força de abordagens os aristotélicos que estabelecem a importância de um quadro político para a configuração do cidadão, onde o tipo de governo e regime define um modo particular de agir. Para Aristóteles, o tipo de governo refere-se à forma de ação de cidadania que pode ser direcionada para o interesse individual ou o interesse comum, sob o governo dos poucos, ou de um coletivo; De acordo com este motivo, distingue dois tipos de regimes: os justos, que a prossecução do interesse geral contra o particular (monarquia, aristocracia, República) e desviados, que está à frente do benefício particular contra o comum (tiranía, oligarquia, privilégio democracia). (Texto traduzido pelo autor)

nas relações interpessoais e nas relações com o Estado, sendo que, para o crescimento social deve ser preservada a manutenção dos direitos sociais numa determinada sociedade.

Segundo Tejerina (2005), o conceituar cidadania, nada mais é que o efetivo exercício de movimentos sociais, conforme a seguir:

Un primer ejemplo. La implementación del conjunto de derechos civiles, políticos y sociales, entre las mujeres ha encontrado siempre fuertes resistencias (...) Un segundo ejemplo. La limitación en la extensión de los derechos de ciudadanía a colectivo étnicamente diversos o con pautas etno culturalmente diferenciadas de las preexistentes en las sociedades (...) Unter cer ejemplo. Al menos desde la década de 1960 y em algunos casos mucho antes se vienen manifestando de manera constante tendencias a la disgregación dentro de estados nación ya constituídos por parte de grupos con una personalidad propia.²

No Brasil, as elites não se interessam pelas classes menos favorecidas, ficando estes indivíduos à margem da sociedade.

Desta forma, se faz necessário uma integração entre políticas públicas e organizações sociais para defesa dos direitos coletivos dos cidadãos.

O multiculturalismo é outro fenômeno que devemos trazer à tona, de fundamental importância para dignidade da pessoa humana, senão vejamos:

Multiculturalismo, justiça multicultural, direitos coletivos, cidadanias plurais são hoje alguns dos termos que procuram jogar com as tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento da

² Um excelente exemplo. A implementação de todos os direitos civis, políticos e sociais, entre as mulheres sempre encontrou forte resistência (...) Um segundo exemplo. O em limitação da extensão dos direitos de cidadania para coletivo etnicamente diversos ou com orientações etno culturalmente diferenciadas das sociedades pré-existentes do MS (...) Um terceiro exemplo. Pelo menos desde a década de 1960 e em alguns casos muito mais cedo é vir manifestar de forma consistente para a desintegração de Estados-nação dentro de tendências já constituída por grupos com uma personalidade. (Texto traduzido pelo autor)

diferença e de redistribuição que permita a realização da igualdade. Essas tensões estão no centro das lutas de movimentos e iniciativas emancipatórias que, contra as reduções eurocêntricas dos termos fundamentais (cultura, justiça, direitos, cidadania), procuram propor noções mais inclusivas e, simultaneamente, respeitadoras da diferença de concepções alternativas da dignidade da pessoa humana (SANTOS, 2003).

Para Reis (1996), o exercício da cidadania traduz assunção de responsabilidades frente ao interesse público, dentro os quais, podem estar em desacordo com seus interesses particulares, desta forma, o interesse público se sobrepõe ao interesse particular, ou seja, o interesse da coletividade será analisado de forma ampla quando em detrimento a interesse particular.

Nesse sentido, dentro da nossa temática de estudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma condição indispensável para cidadania, e a garantida da dignidade da pessoa humana, resultando na concretização dos direitos sociais, que dependem de uma conscientização coletiva e cultural da sociedade, para criação de políticas públicas em busca da preservação dos direitos das crianças e dos adolescentes, como um direito de todos indistintamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto neste trabalho, percebe-se a busca pela minimização dos danos causados às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência física, psicológica, sexual e a violência institucional, iniciando-se com a prática do depoimento sem dano, aplicado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e posteriormente se concretizando com a entrada em vigor da Lei 13.431/2017.

O método, utilizado para oitiva das vítimas e testemunhas, mediante depoimento em sala apartada, composta por aparatos de áudio visual, realizado por meio de profissional interdisciplinar, visa

garantir a proteção integral às crianças e adolescentes, bem como o respeito a dignidade da pessoa humana, sem desrespeitar as garantias constitucionais do processo.

No Brasil, sua introdução se deu pela dificuldade na colheita do depoimento dos menores, muitas vezes não se alcançando a verdade real dos fatos pelo método utilizado anteriormente, gerando constrangimento e revitimização destes menores, sendo a nova legislação primordial para a mudança deste cenário.

A nova legislação traz a mudança na produção de provas nos processos de alienação parental e nos crimes perpetrados com violência em que há crianças e adolescentes envolvidos, alterando o ambiente em que é colhido o depoimento, não mais frio e formal, em sala de audiências, mas em sala devidamente preparada para atender ao menor.

A mudança também ocorre no profissional que irá intermediar a colheita do depoimento, que não mais será um operador do direito, mas um profissional capacitado para direcionar as perguntas aos menores, de acordo com sua faixa etária e compreensão, evitando a revitimização.

Existem posicionamentos contrários e favoráveis ao método do depoimento especial, sendo que seus apoiadores preconizam a necessidade de priorizar as crianças e adolescentes, pela sua condição de pessoa em desenvolvimento, sendo severas as consequências da revitimização sofrida durante a colheita de depoimentos, reafirmando os princípios do ECA, como a proteção integral e o melhor interesse do menor.

Quanto às posições contrárias, como tomado pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Conselho Federal de Assistência Social, bem como por uma parcela da doutrina, questiona-se a legalidade e a observância de princípios constitucionais, entendendo haver violação ao

devido processo legal e o cerceamento de defesa, bem como a eficácia prática do depoimento.

Apesar do posicionamento contrário, o depoimento especial já é aplicado em diversas comarcas de diversos estados, com adequação das salas para colheita do depoimento, tendo os magistrados a faculdade de optar por essa forma de depoimento, iniciando o processo de minimização da revitimização.

O depoimento especial tem-se mostrado eficaz na redução do dano causado durante o tramite do processo, sendo menos traumático e humilhante para as vítimas e testemunhas, não possuindo a mesma eficácia quanto ao dano causado pela violência direta experimentada pelos menores.

Por fim, a aplicação do método do depoimento especial busca garantir o cumprimento dos princípios constitucionais do processo, como o devido processo legal e a ampla defesa e o contraditório, prezando pela produção de provas por ambas as partes, bem como pelo direito de reação e defesa durante a tomada do depoimento, extirpando eventuais nulidades suscitadas pela defesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei n. 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em 21 out. 2019.

_____. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 20 out. 2019.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 22 out. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

_____. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 14.** Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Históire de La Civilization mediterranee**.v.2. Paris: P.U.F. 1965.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional.** 12 ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Estado de Direito e Cidadania. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (org.). **Direito constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides.** São Paulo: Malheiros, 2001.

JAGGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MARCATO, Antônio Carlos. **Preclusões: Limitação ao contraditório?.** São Paulo: Revista de Processo. 1980.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos.** 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Interesses difusos: conceito e legitimação para agir.** 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Elementos de Direito Administrativo.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1991. p. 230.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado.** 3 ed. São Paulo: Saraiva. 1996.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 17 out. 2019.

REIS, Fábio W. The state, the Market and democratize citizenship, In: JELIN, Elisabeth e HERSHBERG, Eric. **Constructing Democracy,** Boulder, Westview Press, 1996.

SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estud. Av.,** São Paulo, v. 15, n. 42, p. 379-410, 2001.

SANCHÍS, Luis Prieto. El constitucionalismo de los derechos. **Revista Española de Derecho Constitucional**, n. 71, ano 24. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2004.

SANTOS, B. S. e Nunes, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B. S. (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva. 2006.

TEJERINA, Benjamin. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, out. 2005.

ZAPATA Barrero, R. **Ciudadanía, democracia y pluralismo cultural: hacia un nuevo contrato social**. Barcelona: Anthropos. 2001.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Os impactos do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e suas estratégias de enfrentamento na aprendizagem dos estudantes do ensino superior

Autores

João Edilberto Bisogne Lemos

Mario Marcos Lopes

Liliane Cury Sobreira

Ano de publicação

2021

Referência

LEMOS, João Edilberto Bisogne; LOPES, Mario Marcos; SOBREIRA, Liliane Cury. Os impactos do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e suas estratégias de enfrentamento na aprendizagem dos estudantes do ensino superior. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 27/05/2021

Aprovação: 02/07/2021

OS IMPACTOS DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) E SUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

THE IMPACTS OF ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY DISORDER (ADHD) AND ITS COPING STRATEGIES ON HIGHER EDUCATION STUDENTS' LEARNING

João Edilberto Bisogne Lemos*
Mario Marcos Lopes**
Liliane Cury Sobreira***

Resumo: O presente estudo descreve os impactos do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no desenvolvimento da aprendizagem dos adultos no ensino superior e as estratégias de enfrentamento do transtorno. Para tanto, realizou-se uma pesquisa científica de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados em diferentes fontes de pesquisa tais como artigos científicos provenientes de revista indexadas e no acervo virtual de instituição de ensino superior e órgãos governamentais. Esse estudo se justifica por trazer contribuições importantes sobre o tema para profissionais da educação superior no intuito de proporcionar condições reais e aprendizagem aos alunos acometidos do TDAH. Foi possível constatar que medidas institucionais e familiares estão sendo tomadas tendo em vista oferecer condições de ensino e disponibilizar aos

* Especialista em Docência na Educação Superior pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário Franciscano.

** Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara. Especialista em Orientação Educacional e Psicopedagogia Escolar pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Professor coordenador da rede estadual de ensino de São Paulo na Diretoria Regional de Ribeirão Preto. Contato: lopesmmarcos@gmail.com

*** Mestre em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: liliane.cury@baraodemaua.br

estudantes do ensino superior com o TDAH meios que garantam uma melhor qualidade no ensino para os professores garantindo assim a aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Aprendizagem. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Ensino superior.

Abstract: The present study aims to describe the impacts of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) on the development of adult learning in higher education and strategies for coping with the disorder. For this, a scientific research of bibliographic nature and qualitative approach was carried out, whose data were collected in different sources of research such as scientific articles from indexed magazines and in the virtual collection of higher education institution and government agencies. This study is justified for bringing important contributions on the topic for higher education professionals in order to provide real conditions and learning to students affected by ADHD. It was possible to verify that institutional and family measures are being taken with a view to offering teaching conditions and providing higher education students with ADHD with means to guarantee a better quality of teaching for teachers, thus guaranteeing student learning.

Keywords: Learning. Attention Deficit Hyperactivity Disorder. Higher education.

INTRODUÇÃO

O estudo do desenvolvimento e da aprendizagem dos indivíduos tem papel importante na busca de uma análise teórica do comportamento, pensamento e psiquismo do ser humano, com vistas a facilitar o seu entendimento e a concepção desse processo (PALANGANA, 2015).

Neste contexto, está inserido o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), já que, segundo Benczik (2010), ele é transtorno que pode se manifestar nos primeiros anos do desenvolvimento da criança, impactando sua vida familiar, escolar e social. Além disso, o referido autor destaca que a aprendizagem na adolescência, o Transtorno, manifesta-se como um comportamento de desinteresse ou

apatia. Já, segundo Neto (2010), o TDAH pode ser considerado impactante na idade adulta, pois, para o autor, os seus sintomas prejudicam a vida laboral, social e afetiva dos indivíduos.

Aliás, quando o TDAH é diagnosticado na fase adulta, Neto (2010) descreve que ele é frequentemente um transtorno “camuflado”, porque seus sintomas podem facilmente ser confundidos com os de outros transtornos, tais como: alterações de humor, ansiedade e abuso de substâncias. Consequentemente, inúmeros indivíduos seguem sem diagnóstico e com perdas expressivas em diversos setores de suas vidas.

Diante desse contexto, o tema proposto pelo presente estudo, o impacto do TDAH no desenvolvimento da aprendizagem do adulto estudante do ensino superior e as estratégias de enfrentamento desta patologia justifica-se pela necessidade de discutir sobre os impactos do TDAH nos estudantes adultos universitários, bem como, compreender seus impactos no desenvolvimento da aprendizagem na fase adulta universitária e esclarecer as estratégias de enfrentamento. Assim, ficam as seguintes problemáticas em questão: quais os impactos do TDAH no desenvolvimento da aprendizagem do adulto estudante do ensino superior e suas estratégias de enfrentamento? Quais as estratégias de enfrentamento foram traçadas pelas instituições de ensino superior e as famílias para proporcionar condições mais eficientes de ensino e aprendizagem tanto para alunos como para professores?

No intuito de responder esta questão, o objetivo geral desta pesquisa é descrever os impactos do TDAH no desenvolvimento da aprendizagem dos adultos estudantes do ensino superior e levantar as estratégias institucionais para o enfrentamento do transtorno. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar sua prevalência, os principais sinais e sintomas no adulto e consequências percebidas na vida adulta; descrever os impactos do TDAH sobre o desenvolvimento do aprendizado dos adultos estudantes do ensino

superior; levantar as estratégias para facilitar a aprendizagem dos adultos estudantes do ensino superior que apresentam sintomas de TDAH.

O estudo em questão é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa; desta forma, a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa será uma investigação bibliográfica com coleta de dados em diferentes veículos de pesquisa, buscando assim, a descrição e análise do problema, bem como, o entendimento de suas particularidades.

Para Barros (2007, p. 85) uma investigação bibliográfica se realiza no intuito de fornecer resolução de um problema ou adquirir conhecimento assimilando e explorando os conceitos já publicados.

Desta forma, a coleta de dados realizou-se por meio de buscas em Revistas Científicas, Artigos e Bibliotecas Virtuais da SciELO, E-Book's da Biblioteca Virtual do Centro Universitário Barão de Mauá e de outras instituições públicas (ANVISA, INEP), bem como, em livros físicos. Afim de obter o entendimento das particularidades das condutas dos indivíduos de forma bibliográfica e qualitativa.

Acredita-se então, que este estudo possa colaborar para a compreensão dos impactos do TDAH na aprendizagem dos adultos estudantes do ensino superior, bem como trazer informações sobre as estratégias de enfrentamento desta patologia e a promoção de uma aprendizagem mais eficiente.

TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH

Identificado como uma doença que se manifesta na infância, o TDAH é um transtorno relacionado ao neurodesenvolvimento do indivíduo; ou seja, a habilidade do ser humano em interagir com o meio em que o rodeia (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Nesse contexto, Salles (2014) destaca que não existem exames laboratoriais

especiais para definir a presença do TDAH, isso o seu diagnóstico é unicamente clínico.

Geralmente, ele é percebido quando a criança começa a frequentar a escola, ainda que, já o tenha manifestado antes disso. Seu diagnóstico não é tão simples, pois alguns podem pensar que as crianças são apenas agitadas, não ficam quietas e não tem atenção as coisas (FACION, 2013). Já Barkley (2002, p.40) entende o TDAH como:

Um transtorno do desenvolvimento da capacidade de regular o comportamento com um olho voltado ao futuro. Acredito que o transtorno tenha sua base numa área do cérebro com subatividade que, enquanto amadurece, fornece meios crescentes de inibição comportamental, de auto-organização, autorregulação e previdência. [...] a deformidade comportamental causada por essa subatividade é pernicioso, insidioso e desastroso em seu impacto na capacidade de uma pessoa lidar com seus afazeres diários críticos, através dos quais os seres humanos se preparam para o futuro, próximo ou distante.

Para American Psychiatric Association (2014), o TDAH é definido por níveis nocivos de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade/impulsividade em níveis excessivos para idade ou nível de desenvolvimento. Ideia defendida também por Nardi, Quevedo e Silva (2015, p. 35), quando afirmam que “a tríade sintomatológica clássica do transtorno caracteriza-se por hiperatividade, impulsividade e desatenção”.

Nesse contexto, a *American Psychiatric Association* (2014), afirma que a desatenção e desorganização abrangem sintomas como: a capacidade do indivíduo permanecer atento em uma tarefa, feição de não ouvir, e perdas sucessivas de materiais e objetos em graus incoerentes com idade ou seu nível de desenvolvimento. Já a hiperatividade e impulsividade apresentam-se em atividades excessivas,

bem como a intromissão de atividades de outros, inquietação e incapacidade de permanecer sentado ou mesmo de aguardar.

Somando a estes conceitos, Lopes, Nascimento e Bandeira (2005) afirmam que frequentemente o indivíduo identificado com o TDAH pode apresentar sintomas como: procrastinação, alternância de tarefas, o que pode induzir a labilidade motivacional; dificuldades de focalização, organização e hierarquização; menor velocidade de entendimento; manejo deficiente da frustração e da modulação do afeto; bem como, deficiência de memória de trabalho e memória prospectiva

Porém, Mattos (2015, p. 36) alerta que “o TDAH pode ser um problema para toda a vida, crônico na maioria dos casos (mais de 60%), causando dificuldades tanto para um garoto que vai à escola quanto para um adulto que é casado, tem filhos e trabalha”.

Essa afirmação tem sido validada, através dos tempos, visto que, Barkley (2012) já alegava que o TDAH não afetava apenas as crianças, apresentando-se em variados graus conforme a idade. Bem como, Barkley (2012), afirma que as pessoas com esse diagnóstico continuavam apresentando os seus sintomas ao longo da vida. E oito anos antes, diziam Kaplan, Sadock e Grebb (2002), que em cerca de 15 a 20% dos casos, os sintomas apresentados na infância persistem na vida adulta.

Prevalência do TDAH

Por meio de estudos minuciosos elaborados por Barkley (2012), percebeu-se que até dois terços das crianças que tem TDAH ainda o terão quando crescerem. Já pesquisas apresentadas por Facion (2013), demonstraram que o TDAH ocorre com muito mais frequência no sexo masculino que no feminino na razão de 4:1 e 9:1.

Dados mais recentes, obtidos pela *American Psychiatric Association*, após levantamentos populacionais, demonstram uma

prevalência do TDAH, que sugere que ele ocorra na maioria das culturas em cerca de 5% das crianças e 2,5% dos adultos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Para Ferreira (2014), a prevalência do TDAH é semelhante em diferentes regiões, o que indica que o transtorno não está relacionado a fatores culturais, ao modo com que os pais educam seus filhos ou é a consequência de conflitos psicológicos.

Nardi, Quevedo e Silva (2015) corroboram com esses estudos quando afirmam que o TDAH apresenta alto coeficiente de hereditariedade de cerca de 76%. O seja, para os autores, o TDAH é um exemplo fulgente de heterogeneidade clínica, o que torna, quase que impossível, a associação direta do seu diagnóstico com prováveis fatores causais.

TDAH no adulto

Uma das suas primeiras constatações, verificadas por Barkley (2012), ao analisar o TDAH em adultos, é, a identificação de sintomas apresentados na infância presentes ainda nas fases da adolescência e adulta, mesmo que, em muitos casos, de forma consideravelmente menor.

Segundo Mattos (2015), inúmeros sintomas presentes na fase adulta são consequência de uma vida toda com TDAH, outros são os próprios sintomas de criança e adolescentes com uma nova roupagem, e outros ainda, podem estar relacionados a problemas emocionais, que sobrevêm com maior frequência em portadores de TDAH.

Sob esta lógica, a seguir, foram compiladas no Quadro 1, algumas correlações entre o TDAH da criança e o seu reflexo da idade adulta identificadas por Conners (2009) e Facion (2013).

Quadro 1 – Correlação dos sintomas apresentados pela criança com TDAH e seu reflexo na idade adulta

SINTOMA	CRIANÇA	ADULTO
DESATENÇÃO	Dificuldade de permanecer em uma brincadeira.	Evitar atividades que exijam manutenção da atenção, como assistir a filmes e ler.
INQUIETAÇÃO / HIPERATIVIDADE	Agitação.	Inquietação interna e desconforto. Sentimentos de inquietação e a necessidade se manter ocupado.
IMPULSIVIDADE	Correr na rua sem olhar para os lados ou não parar na cadeira para assistir televisão.	Compras e decisões realizadas sem pensar nas consequências.

Fonte: Adaptado de Conners (2009) e Facion (2013).

Sendo assim, é possível compreender melhor os sintomas do transtorno no adulto quando se sabe e analisa os sinais que são apresentados desde a infância (MATTOS, 2015). Concepção também defendida por Facion (2013), que acredita que os principais sintomas deste transtorno podem persistir na adolescência até na vida adulta.

Porém, esse último autor acredita ainda ser possível, em certos casos, notar uma remissão na adolescência. O que poderia acarretar uma vida adolescente ou adulta mais bem-sucedida, relacionamentos interpessoais mais gratificantes e poucas consequências expressivas.

Principais sintomas apresentados nos adultos e consequências percebidas

Nos últimos anos, muitos pesquisadores dedicaram-se a esclarecer como os sintomas do TDAH se manifestam na vida adulta, bem como, compreender quais são as suas principais consequências (BARKLEY, 2012). Dentre os mais citados, segundo Kaplan, Sadock e Grebb (2002), destaca-se o sintoma da hiperatividade, que, mesmo controlado, pode levar as pessoas impactadas a apresentarem impulsividade, estando mais propensos a acidentes.

Já para Neto (2010), dentre as características apresentadas pelos portadores de TDAH destacam-se: a insuficiência na atenção, o que acaba por delongar uma simples leitura; a distração rápida; a capacidade reduzida de ouvir; e, uma pouca compreensão no que se refere a leituras, tarefas burocráticas ou palestras.

Segundo *American Psychiatric Association* (2014), esses adultos portadores do transtorno, queixam-se, na maioria das vezes, de desorganização, reduzida capacidade de concentração, esquecimentos, problemas para finalizar tarefas, impressão crônica de excesso de atividades e inabilidade de planejar o futuro. Como consequência disso, esses indivíduos, frequentemente, não conseguem acompanhar muitas atividades ao mesmo tempo; fazem listas, mas não lembram de usá-las; necessitam de um prazo rígido para aprontar tarefas; acabam mudando de emprego ou planos de forma inesperada; bem como calculam mal o tempo que tem disponível.

Quando todas essas dificuldades, persistem na vida adulta, *American Psychiatric Association* (2014) ressalta a ocorrência de prejuízos no âmbito acadêmico e social, visto que sintomas primários do TDAH tendem a causar danos na comunicação social e limitações funcionais na comunicação efetiva, participação social ou até mesmo no sucesso acadêmico.

Nesse contexto, de acordo com Mattos (2015), ao compararmos adultos da mesma faixa etária e condição social que apresentam o TDAH com os que não, é possível verificar no primeiro grupo há uma maior incidência de diminuição dos anos de escolaridade completados, desemprego, divórcios, maior constância de acidentes de trânsito, maior incidência de abuso de álcool e drogas, aumento da depressão e ansiedade, bem como uma maior incidência de obesidade, entre outros.

O IMPACTO DO TDAH NA APRENDIZAGEM DOS ADULTOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Mollo-Bouvier (2005), o advento da escolaridade obrigatória surge ao mesmo tempo em que se desenvolve a psicologia orientada para a atenção à observação científica do desenvolvimento dos indivíduos, no momento em que fixa diferenças autorizadas no que diz respeito a uma naturalidade tanto social quanto intelectual das pessoas.

Para Ferreira (2014), a palavra educar significa a ação de criar, de cultivar, ou adquirir dotes físicos, morais e intelectuais e esse processo, envolve uma ação complexa com dois atores importantes, os facilitadores e os próprios sujeitos.

Neste interim, a sociedade costuma limitar o conceito dado a palavra “aprendizagem”, ligando-a somente a fatos e resultados pertencentes a escola, ou como um produto final do ensino; entretanto, segundo Pain (1992), é preciso entender que o aprendizado significa um processo maior, que:

Compreende todos os comportamentos dedicados a transmissão de cultura, inclusive os objetivados como instituições que, especificamente (escola) ou secundariamente (família), promovem a educação. [...] É na escola que o sujeito exercita, assume e incorpora uma cultura particular (PAIN, 1992, p. 17-18).

Desse modo, a aprendizagem engloba outros pontos a serem refletidos, tais como: os costumes que formamos, as questões de nossa vida, a aquisição de valores culturais, entre outros (JOSÉ, 2009). Ou seja, como afirma Nogueira (2012), a aprendizagem escolar é apenas um dos polos do processo educativo.

Isto é, o termo aprendizagem tem um significado muito mais global, que tende a remeter a fatores funcionais, bem como, é fruto da estimulação do ambiente no indivíduo durante sua vida. Além disso, o

agente emocional é um importante aspecto a ser analisado na educação, pois, aliado a razões de cunho intelectual, psicomotor, físico e social leva a impactos significativos no processo de aprendizagem (JOSÈ, 2009).

No que tange a dificuldades presentes na aprendizagem, Pain (1992) enfatiza que, devemos considerar, principalmente aquelas, que podem provocar uma anormalidade deste processo, independentemente do nível cognitivo do sujeito. Isso porque, segundo o mesmo autor:

Desta forma, embora seja frequente uma criança de baixo nível intelectual apresentar dificuldades para aprender, apenas consideraremos problemas de aprendizagem aqueles que não dependam daquele déficit. Isto quer dizer que, os problemas de aprendizagem são aqueles que se superpõem ao baixo nível intelectual, não permitindo ao sujeito aproveitar as suas possibilidades. (PAIN, 1992, pág. 13).

Nesse contexto, Correia (2005), declara que as dificuldades de aprendizagem mais específicas, são aquelas que referem-se à forma como um sujeito processa a informação – “a recebe, a integra, a retém e a exprime”, levando em conta as suas competências e o conjunto das suas realizações e experiências que obteve durante a vida.

Outrossim, segundo o mesmo autor, os problemas de aprendizagem específicos podem, assim, revelar-se nas áreas da leitura, da fala, da escrita; podendo também envolver déficits que provocam dificuldades de memória, motoras, preceptivas, de linguagem, de raciocínio e/ou meta cognitivos.

O TDAH nos adultos estudantes do ensino superior

Pesquisas relativas ao TDAH em adultos e de maneira especial em estudantes universitários, são recentes (WEYANDT; DUPAUL, 2008), pois,

apenas a partir da década de 1990, começaram os estudos sobre o transtorno nessa população específica, e este interesse têm crescido progressivamente nos últimos anos (GREEN; RABINER, 2012). Segundo Weyandt e Dupaul (2008), perto de 2% a 8% dos estudantes universitários relatam apresentarem sintomas do TDAH clinicamente relevantes.

Isso se dá, também, devido quantidade de estudantes de ensino médio que já tem o transtorno e ingressam no ensino superior (WEYANDT e DUPAUL, 2008). Além disso, a experiência da transição para uma vida universitária é marcada por maior tempo livre, bem como, grandes demandas acadêmicas comparadas ao que o ensino médio proporcionava.

Assim, as competências relacionadas com organização, podem constituir um desafio para os alunos com TDAH, principalmente os calouros, que enfrentam esta nova situação, sem a estrutura e o apoio dos pais e dos professores do ensino médio tornando o semestre inicial da graduação, uma das suas maiores preocupações (RABINER et al., 2007).

Além disso, se para entrar na universidade, o aluno tiver que deixar de morar com os familiares, a necessidade de se encaixar na nova vida social pode ser maior ainda (SHAW-ZIRT et al., 2005), sobretudo porque, indivíduos com diagnóstico de TDAH tendem a considerar os pais como basilar fonte de apoio para suas necessidades acadêmicas e emocionais (WILMSHURST; PEELE; WILMSHURST, 2009).

Segundo Reis e Camargo (2008) as dificuldades acadêmicas vivenciadas pelos indivíduos com o TDAH, podem interferir na autoimagem dos mesmos, tornando-os mais introvertidos e provocando o seu afastamento do convívio social. Nesse contexto, Barkley (2002), também ressalta não ser difícil a rotulagem dos portadores de TDAH como imprudentes, negligentes ou imaturos, agravando de forma significativa a percepção dos indivíduos sobre si mesmos, julgando-se culpados por suas falhas.

Benedetti e Urt (2008) confirmam esta situação, ao sugerir que a falta de conhecimentos adequados sobre o TDAH é um fator que propicia a criação de estereótipos, isso porque, o aluno rotulado passa a figurar como exemplo de condutas e desempenhos inadequados.

No que tange as principais dificuldades encontradas por estudantes universitários com sintomas do TDAH no ingresso na universidade, Oliveira e Dias (2015) apresentam a frequência da ocorrência desses sintomas percebida em seus estudos por meio da Quadro 2:

Quadro 2 – Dificuldades de estudantes com sintomas do TDAH no ingresso na universidade.

Categoria	Exemplos	Frequência (%)
Diferenças entre ensino médio e superior	"Buscar o próprio conhecimento (autonomia)" "Exigência dos professores"	21,4
Cognitivas	"A conversa frequente dos colegas atrapalha minha concentração" "Distração em algumas disciplinas" "Dificuldade de acompanhar o raciocínio"	17,9
Interpessoais	"Alguns colegas não ajudam e colaboram nos trabalhos" "Egoísmo entre colegas"	17,9
Funcionamento do curso	"Em alguns pontos não temos informações que nos apoiem" "Burocracia pra melhor aproveitamento dos recursos"	17,9
Pessoais	"Fiquei perdida" "Trabalhos orais" "Ter que ir atrás e não saber como"	14,3
Conduta dos professores	"Dificuldade de alguns professores em ensinar e pedir silêncio nas aulas" "Diferentes modos como são ministradas as aulas"	14,3
Não percebe dificuldades	"Não encontrei dificuldades"	14,3
Gestão do tempo	"Falta de tempo para dar conta de diversas atividades" "Dificuldades nos horários"	10,7
Econômicas	"Mais gastos" "Falta de apoio da universidade para participar de eventos"	10,7
Transporte	"Ônibus lotado e mobilidade reduzida"	3,6

Fonte: Oliveira e Dias (2015).

As dificuldades mais frequentes correspondem teoricamente pelos sintomas do TDAH, assim como pela adequação do sujeito a um novo contexto: necessidade de mais autonomia, concentração e raciocínio, melhor relacionamento com os colegas e desinformação por parte dos cursos. Outras dificuldades observadas estão relacionadas ao bem-estar psicológico (aspectos pessoais) e aos hábitos de estudo e gestão do tempo (aspectos relacionados ao estudo) (OLIVEIRA; DIAS, 2015).

Para Benczik (2010), o estudante com TDAH demonstra-se desatento tanto nas aulas quanto nas atividades escolares; em decorrência disso, muitas vezes acaba por não conseguir cumprir os prazos determinados para entrega de trabalhos, esquecendo os dias de provas e aparentando não dar importância aos estudos.

Dessa forma, Gropper e Tannock (2009), alertam que o TDAH e o comprometimento da memória de trabalho podem instituir fatores de risco para a conclusão dos cursos universitários com êxito. Ou seja, essas conjunturas podem contribuir para que estudantes universitários com TDAH demorem mais tempo para completar a graduação em comparação com os colegas que não apresentam o transtorno.

Como prova desta constatação, Salles (2014) apresenta como exemplo a pesquisa da Universidade de São Paulo, que aplicou questionário de auto avaliação em 408 alunos de graduação da FO. Sendo que, aqueles alunos que atingiram determinada pontuação limite para indicativo da síndrome, foram convocados e avaliados, por meio de entrevista com a psiquiatra e testes práticos de coordenação. Como resultado do estudo, Salles (2014) afirma que parcela superior a 10% das pessoas avaliadas foram diagnosticadas com TDAH, bem como, apresentavam prejuízos acadêmicos, visto que, demonstravam

significativo número de disciplinas pendentes e conseqüentemente de reprovação.

Benedetti e Urt (2008), alertam sobre as conveniências advindas de um encaminhamento clínico do indivíduo com TDAH, o que simplifica as ações da escola e da família, de forma a provocar até mesmo a sua isenção quanto as suas responsabilidades. Nesse contexto, Oliveira e Dias (2015) destaca que estratégias como regular as emoções por meio de medicação, tendem a gerar resultados negativos no que tange ao bem-estar psicológico do sujeito, o que reflete muito no estabelecimento de amizade com colegas e professores;

Por isso, Benedetti e Urt (2008) denunciam que vem acontecendo repetidas vezes a condução de alunos com TDAH para tratamento exclusivamente clínico, com uma avaliação onde as características e questões socioculturais são desprezadas, indicando uma visão unifatorial que deposita apenas no indivíduo as probabilidades de culpa e proporciona a expiação dos demais envolvidos na questão.

No que tange a administração de medicamentos em indivíduos que apresentam o TDAH, é possível correlacionar as conclusões obtidas por Eidt e Tuleski (2010) em estudos realizados em alunos crianças à alunos adultos. Isso porque, segundos os autores:

O uso cada vez mais disseminado de medicamentos em crianças consideradas portadoras de TDAH, nesses últimos anos, sugere a prevalência dessa visão idealista, naturalizante e biologizante acerca da constituição do psiquismo humano. Esse tipo de tratamento é dirigido às manifestações individuais de supostas disfunções do cérebro, separadas da realidade objetiva e do contexto em que se desenvolvem. (EIDT; TULESKI, 2010, p. 4)

Sendo assim, Landskron e Sperb (2008) completam o raciocínio sobre o tema, ao afirmar que, segundo suas pesquisas realizadas com professores que não ficaram à espera da medicação, para integrar seus

alunos com TDAH, constataram que ao usarem a experiência e o conhecimento obtido para acolher e fortalecer a autoestima dos sujeitos, acabaram por conquistar o afeto e a confiança dos alunos.

Cabe ressaltar que inúmeros indivíduos com TDAH que ingressam no ensino superior, podem vir a conseguir ser bem-sucedidos e levar uma vida produtiva e autônoma, apesar de todas as dificuldades escolares e de atenção que possam apresentar (PALMINI, 2008).

Por fim, conforme Mattos (2015), há ainda indivíduos que, podem ter a inteligência muito acima da média e mesmo assim ter diagnóstico de TDAH. Logo, pode ser bem-sucedido em uma área específica, isso porque, sua inteligência tende a minimizar o impacto do transtorno.

AS ESTRATÉGIAS PARA FACILITAR A APRENDIZAGEM DOS PORTADORES DE TDAH DO ENSINO SUPERIOR

Dentre os autores que estão voltados para busca de estratégias no enfrentamento do TDAH, os estudos de Landskon e Sperb (2008), evidenciam uma crescente propensão para a “patologização” dos problemas relacionados a transtornos e ao ato de apreender, já que para os autores, uma vez que o estudante tem dificuldades de desenvolver um repertório de conhecimento apropriado à demanda estatística, imediatamente se vê categorizado como deficiente ou portador de uma personalidade problemática.

Neste sentido, as pesquisas de Benedetti e Urt (2008), descrevem que somente uma leitura honesta e uma análise minuciosa das dimensões socioculturais e psicológicas do indivíduo podem evidenciar as suas reais condições. Assim, Reis & Camargo (2008), salientam que o incentivo ao convívio social entre os estudantes é uma medida essencial para que seja vedado o isolamento social.

Além disso, Oliveira e Dias (2015) destaca que, durante a adaptação acadêmica os alunos do ensino superior traçam estratégias

visando o alcance da resolatividade dos problemas e na busca de um apoio social. Bem como, estratégias voltadas para a correlação positiva entre os hábitos de estudo e a gestão do tempo, otimizando a estratégia de resolução dos problemas.

Os alunos de forma geral – com e sem transtorno – alegam usufruir das mais variadas estratégias para evitar distrações nos momentos de estudo; dentre elas estão: estudar sozinho, buscar um lugar silencioso (biblioteca), fazer uso de um dispositivo de proteção auricular, ouvir alguma canção, desligar eletrônicos que podem chamar atenção (televisão/computadores/celular) e realizar breves pausas entre os períodos de estudo (ADVOKAT; LANE; LUO, 2010).

Signor (2016), descreve que o TDAH tem um aspecto multicausal e que este fenômeno global vem se expandindo. Porém, é importante observar que muitos estudantes fazem uso de medicação estimulante, pois acreditam que o medicamento auxilia na concentração, isto é, prestar atenção, evitar distrações e organizar os estudos (ADVOKAT; LANE; LUO, 2010)

Na prática, segundo o boletim farmacoepidemiológico da ANVISA (2012) o uso de substância medicamentosa age de forma adjuvante na restauração do equilíbrio comportamental do estudante, associada a outras ações, como as educacionais, sociais e psicológicas. Corroborando com tal afirmativa (ADVOKAT; LANE; LUO, 2010) afirma, que a medicação não acaba com a deficiência de desempenho dos acadêmicos universitário com transtornos, isso porque suas avaliações no ensino médio e superior, inclinam-se a ser notadamente mais baixas.

Deste modo, é Landskron e Sperb (2008), afirmam que a capacidade de manipulação das condições de ensino pelo educador de acordo com as exigências, necessidades e as características dos estudantes, é decisivo para o alcance de resultados satisfatórios.

Assim, Signor (2016), entende que cabe às instituições acolher à diversidade de alunos que nela ingressam e para ISSO SUGEREM QUE AS Instituições de Ensino Superior (IES) PROMOVAM cursos de capacitação para professores, a fim de que todos tenham uma formação adequada para promover um ensino de excelência.

Conforme a visão do mesmo autor, o professor com conhecimento e apto a atender à heterogeneidade presente em todas as escolas não precisaria ser habilitado para diagnosticar possíveis sinais de transtornos, ou seja, identificar doenças, mas sim, à promoção da aprendizagem efetiva, considerando as diretrizes que movem a escola diversa, multicultural e de qualidade. Para Geraldi (2014), esses cursos de capacitação seriam organizados para que os professores recebessem informações pertinentes aos inúmeros transtornos que atingem os estudantes.

Nesse interim, Ritter (2009) sugere, que às instituições de ensino forneçam ao aluno, uma sala de aula bem estruturada e que, de preferência, seja para poucos estudantes. Além disso, recomenda estratégias de ensino que aliam a atividade física no processo de aprendizagem, sendo tarefas não muito longas e explicadas passo a passo.

O mesmo autor também aconselha que o aluno com TDAH receba um atendimento individualizado na instituição de ensino como: localizá-lo em sala de aula a sentar-se na primeira fila, próximo ao professor e longe da janela, de forma a minimizar a probabilidade de distração. Bem como, sugere a utilização de rotinas diárias fixas e um ambiente previsível que ajudem os estudantes a manter o controle sob suas respostas emocionais.

Já Salles (2014) aponta alternativas como o estabelecimento de serviços de tutoria aos alunos, bem como a criação de um núcleo de profissionais das áreas de psiquiatria, psicologia e pedagogia, que

buscaria orientar melhor os alunos, acompanhando as suas dificuldades acadêmicas, evitando que sua formação seja deficiente, tudo isso, para aumentar a qualidade de vida dos estudantes com TDAH.

Sendo assim, segundo Reis e Camargo (2008), o processo de ensino-aprendizagem deve iniciar com o desenvolvimento de estratégias que sirvam de ferramentas ao professor, que conduza o processo, visando de alguma forma, dar condições ao despertar de um comportamento-alvo nos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal descrever os impactos do TDAH no desenvolvimento da aprendizagem dos adultos estudantes do ensino superior e levantar estratégias de enfrentamento, com o intuito de divulgar e proporcionar um melhor entendimento do tema.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: identificar sua prevalência, os principais sinais e sintomas no adulto e consequências percebidas na vida adulta; descrever os impactos do TDAH sobre o desenvolvimento do aprendizado dos adultos estudantes do ensino superior; levantar as estratégias para facilitar a aprendizagem dos adultos estudantes do ensino superior que apresentam sintomas de TDAH..

Estes objetivos foram traçados buscando elucidar os seguintes problemas de pesquisa: quais os impactos do TDAH no desenvolvimento da aprendizagem do adulto estudante do ensino superior e suas estratégias de enfrentamento? Quais as estratégias de enfrentamento foram traçadas pelas instituições de ensino superior e as famílias para proporcionar condições mais eficientes de ensino e aprendizagem tanto para alunos como para professores?

A elaboração deste trabalho trouxe muitas considerações, tanto para o meio acadêmico, por meio de sugestões para trabalhos futuros,

quanto para os profissionais da área da educação interessados em amplificar seu conhecimento sobre o TDAH ao qual seus estudantes do ensino superior podem estar acometidos.

Tendo em vista, as informações obtidas com essa pesquisa, foi possível relacionar alguns impactos do TDAH na aprendizagem dos adultos alunos do ensino superior, dentre as quais:

- a necessidade de adaptar na nova vida social, acaba por distrair o seu foco;
- as dificuldades acadêmicas podem interferir na sua autoimagem, tornando-os ainda mais introvertidos e provocando o seu afastamento do convívio social;
- comprometimento das competências do aluno relacionadas à organização;
- falta de concentração e raciocínio frente as grandes demandas acadêmicas;
- desatenção nas aulas, esquecendo os dias de provas;
- aparenta não dar importância aos estudos, o que pode confundir a atuação dos professores;
- não conseguem cumprir os prazos determinados para entrega de trabalhos;
- comprometimento da memória de trabalho;
- demora para completar a graduação;
- apresentam grande número de reprovação e dependência em disciplinas.

Além disso, dentre as possíveis estratégias favoráveis à otimização da aprendizagem dos adultos estudantes do ensino superior que apresentam o TDAH, tendo em vista as considerações juntadas por esse estudo, foi possível relacionar as seguintes:

- busca pela resolatividade dos problemas e de um apoio social;
- utilização de hábitos de estudo;
- emprego de técnicas de gestão do tempo;
- dar preferência por estudar sozinho, em um lugar silencioso, ou mesmo utilizar um dispositivo de proteção auricular;
- procurar localizar o estudantes na primeira fila da sala, próximo ao professor e longe da janela;
- desligar eletrônicos que podem chamar atenção (televisão, rádio, computadores ou celulares);
- realizar breves pausas entre os períodos de estudo;
- criar/intensificar serviços de tutoria dentro da instituição;
- criação de um núcleo de profissionais da pedagogia, psiquiatria e psicologia que pudessem orientar melhor os alunos;
- tratamento individualizado dos alunos, especialmente por meio de encaminhamento aos núcleos específicos (por exemplo, Núcleo de Apoio e Inclusão, Núcleo de Atendimento ao Estudante e ao Egresso, entre outros);
- proporcionar uma sala de aula bem estruturada;
- buscar estabelecer rotinas diárias consistentes e um ambiente previsível.

Sendo assim, ao final da pesquisa, conclui-se que todos os objetivos propostos no mesmo foram atingidos, e contribuirão para o crescimento pessoal e profissional do autor. Além disso, auxiliará a compreensão da família, escola e profissionais da educação a trabalharem juntos para dar condições de ensino e disponibilizar aos estudantes (adultos) do ensino superior com o TDAH meios que garantam uma melhor qualidade no ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ADVOKAT, C.; LANE, S. M.; LUO, C. College Students With and Without ADHD. **Journal of Attention Disorders**, v. 15, n. 8, p.656-666, 2 ago. 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (Org.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANVISA. **Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC**. Brasília, ano 2, n.2, jul./dez. de 2012.

BARKLEY, R. A. **Transtorno do déficit de atenção/hiperatividade – TDAH: guia completo para pais, professores e profissionais da saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARKLEY, R. A. **Vencendo o Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BARROS, A. J. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BENCZIK, E. B. P. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica: um guia de orientações para profissionais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BENEDETTI, I.; URT, S. C. Escola, ética e cultura contemporânea: reflexões sobre a constituição do sujeito que “não aprende”. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n.27, p.141-155, jul-dez, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CONNERS, C. K. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CORREIA, L. M. **Educação especial e necessidades educativas especiais: ao encontro de uma plataforma comum**. Lisboa: Ministério da Educação. 2005.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EIDT, N. M.; TULESKI, S. C. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e psicologia histórico-cultural. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n.139, p.121-146, abr. 2010.

FACION, J. R. **Transtorno de desenvolvimento e do comportamento**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2014.

FERREIRA, M. G. R. **Neuropsicologia e aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GERALDI, J. W. Metilfenidato: o que isso tem a ver com o profissional de Letras? **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, ano 8, v. 15, jan.-jun. 2014.

GREEN, A. L.; RABINER, D. L. What Do We Really Know about ADHD in College Students? **Neurotherapeutics**, v. 9, n. 3, p.559-568, 8 jun. 2012.

GROPPER, R. J.; TANNOCK, R. A Pilot Study of Working Memory and Academic Achievement in College Students With ADHD. **Journal of Attention Disorders**, v. 12, n. 6, p. 574-581, 20 abr. 2009.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2017**. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). 2010.

JOSÉ, E. A. **Problemas de Aprendizagem**. 12ed. São Paulo: Ática, 2009.

KAPLAN, H.; SADOCK, B.; GREBB, J. **Compendio de Psiquiatria: ciência do compendio e psiquiatria clínica**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LANDSKRON, L M. F.; SPERB, T. M. Narrativas de professoras sobre o TDAH: um estudo de caso coletivo. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v.12, n.1, p.153-167, jan-jun, 2008.

LEARNING, C. **Didática do ensino superior** – a instituição escolar e as diferentes formas de ensino. São Paulo, SP, 2016.

LOPES, R. M. F.; NASCIMENTO, R. F. L.; BANDEIRA, D. R. Avaliação do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade em adultos (TDAH): uma revisão de literatura. **Avaliação Psicológica**, v. 4, n. 1, p.65-74, jun. 2005.

MASCARANHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTOS, P. **No mundo da Lua**: perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos. 16. ed. São Paulo: Abda, 2015.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo. Atlas, 2009.

MOLLO-BOUVIER, S. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 91, p. 391-403, 2005.

MUNHOZ, A. S. **Objetivos de aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

NARDI, A. E.; QUEVEDO, J.; SILVA, A. G. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**: teoria e clínica. Porto Alegre: Artmed, 2015.

NETO, M. R. L. **TDAH ao longo da vida**. Porto Alegre: Artemed, 2010.

NOGUEIRA, M. O. G. **Dificuldades de aprendizagem**: um olhar psicopedagógico. Curitiba: InterSaberes, 2012.

OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Repercussões do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) na Experiência Universitária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 35, n. 2, p.613-629, jun. 2015.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1992.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

PALMINI, A. Professionally successful adults with attention-deficit/hyperactivity disorder (ADHD): Compensation strategies and subjective effects of pharmacological treatment. **Dement. Neuropsychol**, v. 2, n. 1, p. 63-70, 2008.

PILETTI, N. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2014.

RABINER, D. L. et al. Adjustment to College in Students With ADHD. **Journal of Attention Disorders**, v. 11, n. 6, p. 689-699, 10 maio 2007.

REIS, M. G. F.; CAMARGO, D. M. P. Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH. **Psicol. Esc. Educ.**, v. 12, n. 1, p.89-100, 2008.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTER, H. S. Psicopedagogia atuando na reeducação dos pais de crianças com TDAH. **Clínica psicopedagogia**. São Paulo, jan. 2009.

RODRIGUES, C. L. **Guia de sobrevivência para o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

SALLES, J. Estudo avalia relação entre desempenho acadêmico universitário e TDAH. **Agência Universitária de Notícias - AUN USP**, São Paulo, v. 47, n. 75, p.1-1, out. 2014.

SHAW-ZIRT, B. et al. Adjustment, Social Skills, and Self-Esteem in College Students With Symptoms of ADHD. **Journal of Attention Disorders**, v. 8, n. 3, p.109-120, fev. 2005.

SIGNOR, R. **TDAH e Medicalização: implicações neurolinguísticas e educacionais do Déficit de Atenção/Hiperatividade**. São Paulo: Plexus, 2016.

WEYANDT, L. L.; DUPAUL, G. J. ADHD in college students: Developmental findings. **Developmental Disabilities Research Reviews**, v. 14, n. 4, p.311-319, 2008.

WILMSHURST, L.; PEELE, M.; WILMSHURST, L. Resilience and Well-being in College Students With and Without a Diagnosis of ADHD. **Journal of Attention Disorders**, v. 15, n. 1, p.11-17, 18 set. 2009.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Judicialização da saúde: o fornecimento de medicamentos de alto custo e o Poder Judiciário

Autor

Leonardo Pimenta Marcomini
Alcides Belfort da Silva

Ano de publicação

2021

Referência

MARCOMINI, Leonardo Pimenta; SILVA, Alcides Belfort. Judicialização da saúde: o fornecimento de medicamentos de alto custo e o Poder Judiciário. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 29/03/2021
Aprovação: 25/06/2021

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO E O PODER JUDICIÁRIO

JUDICIALIZATION OF HEALTH: THE SUPPLY OF HIGH-COST MEDICINES AND THE JUDICIARY

Leonardo Pimenta Marcomini*
Alcides Belfort da Silva**

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade desenvolver uma estudo sobre a judicialização da saúde, que nada mais é que a intervenção do Poder Judiciário, seja por reivindicações ou maneiras de atuação, como uma *última ratio*, para que o cidadão obtenha esse acesso à saúde, que muitas vezes é compelido por questões orçamentárias.

Palavras-chave: Judicialização. Medicamentos. Saúde.

Abstract: The present work aims to develop a study on the judicialization of health, which is nothing more than the intervention of the Judiciary, either by claims or ways of acting, as a "last ratio", so that the citizen obtains this access to health, which is often compelled by budgetary issues.

Keywords: Judicialization. Medicines. Health.

* Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: leonardo.marcomini@brasilsalomao.com.br

** Doutorando em Tecnologia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UNAERP. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela UNAERP. Professor de graduação no Centro Universitário Barão de Mauá. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Código de financiamento 001. Contato: alcides.belfort@baraodemaua.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o condão de explanar sobre a extensão do direito à saúde, com todas as suas características; e, principalmente, compreender se a intervenção do Judiciário é correta e efetiva, ou se apenas contribui para uma conseqüente quebra do Sistema Único de Saúde.

Ainda nessa perspectiva, mencionaremos a judicialização da saúde, que nada mais é que a intervenção do Poder Judiciário, seja por reivindicações ou maneiras de atuação, como uma “última ratio”, para que o cidadão obtenha esse acesso à saúde, que muitas vezes é compelido por questões orçamentárias.

Sabe-se que existe um enorme déficit no Sistema Único de Saúde – SUS; o qual não consegue garantir a todos este direito fundamental.

A judicialização da saúde cresce cada vez mais com a tentativa do usuário em obter medicamentos (não só, mas também exames e cirurgias) que não são cobertos pelo SUS; de extremo valor. Existem medicamentos em que uma dose permeia cerca de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Se o Judiciário e intervém e obriga o Poder Público a oferecê-lo a quem precisa, quantos outros medicamentos de valores irrisórios teriam que ser retirados para que não houvesse um déficit e a conseqüente “quebra” do Sistema Único de Saúde”?

DA RESPONSABILIDADE DOS ENTES DA FEDERAÇÃO

O Direito à Saúde é de responsabilidade comum dos entes, ou seja, responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de maneira solidária. A Lei Orgânica de Saúde faz a definição do que é atribuído a cada um dos:

À direção nacional do SUS, atribuiu a competência de 'prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional' (art. 16, XIII), devendo 'promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal' (art. 16, XV). À direção estadual do SUS, a Lei nº 8080/90, em seu art. 17, atribuiu as competências de promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde, de lhes prestar apoio técnico e financeiro, e de executar supletivamente ações e serviços de saúde. Por fim, à direção municipal do SUS, incumbiu de planejar, organizar, controlar, gerir e executar os serviços públicos de saúde. (art. 18, I e III) (BARROSO, 2008).

Cabe à federação incentivar os demais entes, normatizar e coordenar o Sistema Nacional. Os Estados têm o condão de instituir condições para que cada município possa exercer a gestão em seus limites territoriais, e a este último, municípios, cabe a gestão do Sistema Único de Saúde da sua referida cidade.

Os três entes federativos possuem o dever de alocar recursos orçamentários destinados à saúde, em contas extremamente específicas, denominadas de Fundos de Saúde, onde suas principais fontes são: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Recursos Ordinários e a Contribuição Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, sendo que as transferências devem ocorrer fundo a fundo, ou seja, recursos federais são transferidos do Fundo Nacional aos Fundos Estaduais e Municipais da Saúde (ACURCIO, 2003).

Sabe-se que atribuir eficiência ao SUS é uma tarefa árdua, há a necessidade de reajustes de caráter normativos e gerenciais, vez que encontramos diversos problemas em sua estrutura.

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

O fornecimento de medicamentos aos usuários do Sistema Único de Saúde encontra previsão legal na lei 8.080/1990 em seu artigo 6º, o qual dispõe:

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): I - a execução de ações:

- a) de vigilância sanitária;
- b) de vigilância epidemiológica;
- c) de saúde do trabalhador; e
- d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (BRASIL, 1990).

É indispensável para a preservação ou restabelecimento da saúde, sendo um dos elementos fundamentais do SUS (ANDRÉ, 2011).

Os medicamentos que são disponibilizados pelo SUS devem integrar o conjunto de tratamento que necessita o beneficiário. Foram editadas uma série de elementos normativos, que dispõe quais medicamentos serão disponibilizados, de que maneira será a aquisição, produção dispensação, dentre outros.

De maneira geral, os medicamentos devem ser dispensados de forma gratuita a aqueles atendidos pela rede pública.

Aos usuários da rede privada foi instituído através de um convênio firmado entre os entes o Programa da Farmácia Popular, instituído pelo Decreto nº 5.090/2004, da maneira a assegurar que os medicamentos vão ser fornecidos aos cidadãos a um preço baixo.

O órgão controlador destes medicamentos é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), criada pela lei 9.782/1999, uma autarquia de regime especial que atua em todo território brasileiro (SANTOS, 2018).

Em seu artigo 8º, § 1º, I, há a determinação expressa de que “os medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais

insumos, processo e tecnologias” devem ser submetidos ao controle e fiscalização da ANVISA, concluindo-se que todos os medicamentos que são disponibilizados pelo Brasil devem ser registrados no referido órgão.

Cumpra salientar que o Ministério da Saúde, através das assistências farmacêuticas existentes tem desenvolvidos grandes ações capazes de garantir o acesso aos medicamentos necessitados pela população, que pode se dar por meio de três variantes.

DA POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A assistência farmacêutica é parte de um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado a fim de garantir a promoção de saúde, mas não só, deve incluir também a prevenção de doenças, o diagnóstico, tratamento e recuperação dos que dela necessitam (BLIACHERIENE, 2010).

O acesso aos medicamentos é fundamental para que sejam alcançados resultados positivos no SUS.

A Política de Assistência Farmacêutica é definida e financiada pelo SUS, segundo o artigo 198 § 1º da CF. O acesso aos medicamentos é universal.

Ocorre que deve haver regulamentação, para que justamente haja uma destinação correta dos recursos e além disso, para que haja uma utilização correta e racional, para que um maior número de medicamentos seja coberto (SARLET, 2008).

Atualmente há uma grande melhora na aquisição e distribuição destes medicamentos, sendo que 87% (oitenta e sete por cento), dos brasileiros tem acesso aos medicamentos prescritos.

A Assistência Farmacêutica abrange três programas, sendo eles:

I- Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF);

- II- Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF);
- III- Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)

O Componente Básico está relacionado aos medicamentos voltados aos programas de saúde da Atenção Básica, ou seja, relacionados ao atendimento inicial prestado aos usuários, onde o intuito principal é o da prevenção, tratamento de doenças "simples" ou encaminhamento daqueles que possuem doenças de maior complexidade a atendimentos mais específicos (BRASIL, 2017).

Os medicamentos referentes a esse componente são utilizados no tratamento de doenças mais frequentes como hipertensão, diabetes, infecções, doenças respiratórias, pneumonia, asma e alergias, e são fornecidos pela rede de unidade básica de saúde dos Municípios e do Estado.

O Estratégico está relacionado a prevenção e tratamento de doenças que são endêmicas, ou seja, doenças como cólera, tuberculose, leishmaniose, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Aqui a aquisição dos referidos medicamentos é feita pelo Ministério de Saúde (União), que juntamente com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) fazem as adequações necessárias dos medicamentos correspondentes que serão distribuídos de acordo com a necessidade dos pacientes que o receberão (BRASIL, 2017).

Por fim, o programa de Componentes Especializados, que é aquele necessário ao tratamento de doenças individualizadas e que exijam um tratamento específico, longo ou até mesmo permanente, de alto custo, é destinado à àqueles que não conseguem arcar com tal tratamento. Podemos citar a artrite reumatoide, doença de Parkinson, dentre outras inúmeras.

Houve uma melhoria na prestação desse tipo de serviço, justamente pela implementação da Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, entretanto, a cada ano, há um aumento significativo no custo destes tratamentos, o que acaba por onerar o Poder Público, principalmente quando nos referimos aos medicamentos de alto custo.

Os componentes mencionados acima integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Tal relação abarca os medicamentos fornecidos pelo SUS. Os medicamentos são divididos em duas categorias: os básicos ou essenciais, e os excepcionais. Os essenciais são os comumente utilizados, já os excepcionais são aqueles utilizados para o tratamento de doenças mais graves e até mesmo doenças raras. As divisões giram em torno da criação das políticas públicas que deve levar em consideração os recursos disponíveis, para justamente atingir seu objetivo final.

Há uma lista da OMS que define quais são os medicamentos essenciais, que serve como uma diretriz aos países. Com relação aos medicamentos de alto custo não há nenhuma orientação, cada um deve, de acordo com sua realidade social e necessidades da população ofertá-los (REIS, 2019).

Ressalta-se que o papel dessa lista consiste na garantia dos medicamentos, e, não obstante, a racionalização do uso dos recursos públicos.

O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO E OS LIMITES IMPOSTOS AO PODER JUDICIÁRIO

Os medicamentos de alto custo estão inseridos no componente especializado, explicado acima, e são considerados medicamentos de dispensação excepcional e que variam de acordo com as necessidades e especificidades de cada paciente.

Tais medicamentos estão definidos na Portaria nº 3.916/1998 da ANVISA, e são classificados como: “Medicamentos utilizados em doenças raras, geralmente de custo elevado, cuja dispensação atende a casos específicos” (BRASIL, 1998).

Certamente, justamente por serem remédios específicos e de custo elevado, seu fornecimento depende, obviamente, de um processo extremamente rigoroso. Sabe-se que há uma enorme dificuldade na obtenção de medicamentos de alto custo, restando a aquele que necessita se socorrer do Poder Judiciário, o qual irá atuar na garantia desse direito em três diferentes hipóteses, segundo Fernando Mânica (2012):

- I. Na inércia do Poder Legislativo em regulamentar questão específica ligada ao direito em referência (omissão legislativa);
- II. No descumprimento pela Administração Pública, da legislação que regulamenta o referido direito (omissão administrativa) e;
- III. No caso em que a regulamentação do direito à saúde (de)limite de modo não constitucionalmente fundamentado o direito originário à saúde (obscuridade, contradição ou excesso, tanto em sede legislativa quanto em sede administrativa).

Existem inúmeras doenças endêmicas no Brasil, entretanto, a questão relativa ao tratamento de doenças ganhou um maior destaque com o surgimento da AIDS.

Embora relacionada a um estereotipo determinado, acabou por atingir uma quantidade enorme de pessoas, o que ocasionou um enorme número de demandas judiciais, as quais tinham como finalidade assegurar um tratamento digno aos pacientes portadores da doença.

Nesta esteira, há um emblema entre a sobrevivência do paciente e os recursos financeiros do Poder Público.

O ajuizamento de demandas desse tipo tornou-se mais frequente, abrindo precedentes para a busca de tratamentos de outras enfermidades, que, assim como a AIDS, possuem um custo extremamente elevado, de modo que o paciente não consegue suportar sozinho estes custos.

Podemos incluir aqui os medicamentos para câncer, hepatite e outras doenças raras, onde o paciente enxerga o Poder Judiciário como a única alternativa de garantir sua sobrevivência.

Diante da crise que acomete a saúde no nosso país, os Tribunais têm concedido tutelas individuais para a obtenção de medicamentos de alto custo, o que na maioria das vezes ocorre sem uma efetiva análise da eficácia do medicamento, com base na garantia do direito à saúde e a vida.

A concessão destas tutelas específicas pelo Judiciário garante a assistência individualizada aos pacientes que se socorrem da via judicial, sendo que a saúde é considerada um direito coletivo. Com a concessão dessa tutela individualizada, quando o Judiciário impõe ao Poder Público o ônus de dispensar um medicamento de tão grande valor, quantos pacientes deixaria este de atender?

Mesmo com a escassez dos recursos públicos no âmbito da saúde pública, o Judiciário continua atendendo estes anseios. Há neste caso uma análise efetiva com relação a garantia do direito à saúde e os impactos que os cofres públicos sofrem? Há nesse caso a observância do princípio da reserva do possível?

Tal princípio veio do Direito Alemão, de uma decisão que é conhecida como *Numerus Clausus Entscheidung*, proferida em uma demanda ajuizada por um grupo de estudantes que queriam a admissão em determinadas escolas em que as vagas eram limitadas (SARLET, 2008).

A decisão proferida pelo Tribunal em questão foi embasada no mencionado princípio, sob o argumento de que o oferecimento de vagas era limitado justamente pelos recursos disponíveis dentro dos limites da razoabilidade, não sendo possível ofertar mais vagas do que as que já estavam sendo. Essas demandas são frequentemente analisadas pelos Tribunais Superiores, são inúmeras as ações ajuizadas por dia por aqueles cidadãos que buscam a efetivação do direito à saúde por parte do Poder Público, justamente porque é uma de suas atribuições garantir este direito por meio de políticas públicas (SANTOS, 2018). Entretanto, para que haja a efetiva prestação deste tipo de serviço não basta apenas uma decisão dos Tribunais Superiores, como é que o Poder Público vai oferecer esse tipo de serviço se não tem recursos disponíveis?

A materialização desse direito depende dos recursos financeiros públicos. Com o grande número de ações que versam sobre a judicialização dessas demandas envolvendo o direito a saúde, é dever do Judiciário a ponderação destes dois pontos cruciais: efetivação do direito versus a escassez de recursos públicos.

Sabe-se que isto não ocorre. Muitas vezes só é ponderado a efetivação deste direito, o que, sabemos que não será efetivado. Não tem como efetivarmos tal direito sem recursos financeiros disponíveis.

A falta destes recursos é uma das teses defensivas de um Estado que não tem conseguido cumprir suas obrigações no tocante a esta efetividade de tal direito.

Há uma discussão em torno da legitimidade do Poder Judiciário quando este intervém na aplicação destes recursos, pois há uma preferência a aqueles que recorreram as vias judiciais, em detrimento dos que não.

Alguns filósofos como Robert Alexy entendem que os direitos sociais não podem ser ilimitadamente exigidos e concedidos por via

judicial, justamente pelo fato de que tal exigência deve levar em consideração a possibilidade do Estado de dispor de recursos financeiros sem que as decisões que o acarretaram causem grandes impactos orçamentários na atuação da Administração Pública (SIMIONI, 2015).

Sabemos que, infelizmente, nosso país não tem condições suficientes para atender todas estas demandas, e cada vez mais que o Órgão Judiciário concede uma tutela obrigando o Poder Público a ofertar tal medicamento, este está, timidamente, contribuindo para a quebra do SUS. Segundo Alexy (2008), as decisões devem levar em consideração a reserva do possível, que segundo ele é tudo “aquilo que o indivíduo pode razoavelmente exigir da sociedade”. Resumindo, os direitos sociais devem ser ponderados justamente com a capacidade que o Poder Público possui de efetivar tais direitos, frisa-se, observando sempre a realidade social dos interesses do particular.

Há uma enorme controvérsia sobre tal tema, alguns doutrinadores entendem que a escolha das prioridades orçamentárias e a elaboração de políticas públicas não deveriam sofrer interferência do Judiciário, justamente pelo fato de possuírem discricionariedade em relação a Administração Pública, desde a elaboração de leis orçamentárias, que é privativa do Executivo, até aplicação do orçamento (MÂNICA, 2012).

Levando em conta nossa realidade social, quando o Poder Público for aplicar recursos deve sempre levar em consideração os critérios de conveniência e oportunidade, não somente na saúde pública, mas sim em todos os meios, de maneira que consiga garantir uma maior efetividade na prestação dos serviços e, conseqüentemente, na manutenção dos direitos sociais previstos na nossa Carta Magna.

Alguns doutrinadores entendem que a atuação discricionária corresponderia a um fator limitante do Poder Judiciário no orçamento público. Há também aqueles doutrinadores que discordam do princípio da reserva do possível, como exemplo Canotilho (2004). Rapidamente se aderiu à construção dogmática da reserva do possível (*Vorbehalt des Möglichen*) para traduzir a ideia de que os direitos sociais só existem quando e enquanto existir dinheiro nos cofres públicos. Um direito social sob 'reserva dos cofres cheios' equivale, na prática, a nenhuma vinculação jurídica. Houve nesse momento uma enorme confusão entre o princípio da reserva do possível e a teoria do financeiramente possível, passaram a interpretar as limitações orçamentárias como um fator de impedimento da efetivação dos direitos fundamentais (MÂNICA, 2012). Para Ingo Sarlet (2015), a reserva do possível deve levar em consideração uma dimensão tríplice:

- a) Efetiva disponibilidade fática dos recursos para a efetivação dos direitos fundamentais;
- b) Disponibilidade jurídica dos recursos materiais e humanos;
- c) O problema da proporcionalidade da prestação, em especial no que tange à sua exigibilidade e razoabilidade.

Resumindo, tal princípio exigiria uma melhor aplicação dos recursos disponíveis, de modo a garantir uma maior efetivação dos direitos fundamentais. Tal princípio é visto como um garantidor desses direitos fundamentais, e, ao mesmo é considerado um balizador da atuação jurisdicional.

CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

É de extrema importância fazermos a distinção destes direitos fundamentais. A doutrina tradicional os divide em direitos de primeira, segunda e terceira dimensão. Os direitos de primeira dimensão surgiram

em um contexto liberal, abrangendo dias liberdades individuais e limitando a atuação estatal em face dos indivíduos. A exemplo, liberdade de expressão, direito ao devido processo legal, presunção de inocência, proteção à vida privada, à liberdade de locomoção, entre outros (SOUZA, 2017).

Os direitos de segunda dimensão surgiram no meio de uma crise social, onde havia uma busca pela garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, com a necessidade de uma maior interferência do Estado, sendo que tais direitos começaram a exigir prestações positivas do Estado, que deveria agir na concretização destes, sendo que se materializam através de normas constitucionais, execução de políticas públicas, programas sociais e ações afirmativas.

Os direitos de terceira dimensão estão associados ao ideal de fraternidade e solidariedade.

A principal preocupação nesta dimensão está associada aos direitos difusos, ou seja, direitos que não se pode determinar sua titularidade, muito menos o número exato de beneficiários, e também com os direitos coletivos, em que há um número determinável de titulares, que compartilham da mesma condição.

A exemplo, na respectiva ordem, preservação do meio ambiente e proteção de grupos sociais vulneráveis (BONAVIDES, 2009). O direito à saúde, como sendo direito social faz parte da segunda dimensão. Exige uma prestação estatal, ou seja, depende de uma atuação direta para ser efetivado. Requer investimento público e disponibilidade orçamentária, para que assim consiga realizar e cumprir as políticas públicas de modo a garantir o efetivo cumprimento de tais direitos.

No âmbito jurisprudencial não há pacificação quanto o princípio da reserva do possível e a limitação do Judiciário no âmbito de sua interferência no Executivo quando estamos diante da efetividade de

tais direitos fundamentais. Entretanto, considerando a necessidade de haver uma segurança na prestação desse direito, entende-se que cada vez mais a atuação do Poder Judiciário tem se tornado essencial, mas, deve sempre haver a busca pelo equilíbrio entre a efetivação do direito versus a escassez de recursos públicos, pois a garantia de tais direitos previstos na Constituição Federal, devem se sobrepor à atuação discricionária do Poder Executivo.

O aspecto econômico deve ser levado em consideração na medida em que as decisões judiciais poderão impactar o que dispõe o Estado, o que pode gerar um desequilíbrio orçamentário enorme, tendo o ente que lidar com outro problema além da escassez dos recursos.

Será que a escassez dos recursos se deve ao binômio gastos-arrecadação ou à uma má administração? Neste caso deve haver uma ponderação de interesses público e privado, desde que o direito à saúde seja garantido, pois, preservado será ao final o direito à vida.

Mas mesmo assim os recursos não são suficientes, devendo ser tomadas decisões relacionadas, ou seja, decisões capazes de definir critérios de atendimento, quais os objetivos a serem alcançados, dentre outros, de modo a priorizar certos serviços às expensas de outros, que infelizmente são necessários.

TEMÁTICA DA JUDICIALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SAÚDE

Sabe-se que existe, atualmente, inúmeras decisões judiciais impondo aos entes da federação e as cooperativas de saúde obrigações extremamente excessivas. Desde medicamentos caríssimos a cirurgias em que o custo é extremamente elevado. Muitas das vezes, os medicamentos solicitados ao Poder Judiciário, sequer possui eficácia comprovada ou autorização das agências reguladoras.

Na atual realidade do nosso país, as decisões que concedem ao jurisdicionado tutelas efetivas obrigando o Poder Público a cumprir com tais atribuições extremamente excessivas, apenas contribuem para a quebra do Sistema Único de Saúde, infelizmente.

A atuação do Poder Judiciário é de extrema importância, entretanto, quando o assunto é relacionado a destinação dos recursos públicos no âmbito da saúde, vem sendo difícil e por vezes causando muita controvérsia.

Muitos entendem que a atuação do Judiciário neste tocante é considerada invasiva, o que recebe o nome de ativismo judicial. O professor Elival Ramos (2015) define como sendo o exercício da função jurisdicional para além dos limites impostos pelo próprio ordenamento que incumbe, institucionalmente, ao Poder Judiciário fazer atuar, resolvendo litígios de feições subjetivas (conflito de interesses) e controvérsias jurídicas de natureza objetiva (conflitos normativos). Essa ultrapassagem das linhas demarcatórias da função jurisdicional se faz em detrimento, particularmente, da função legislativa, não envolvendo o exercício desabrido da legiferação (ou de outras funções não jurisdicionais) e sim a descaracterização da função típica do Poder Judiciário, com inclusão insidiosa sobre o núcleo essencial de funções constitucionalmente atribuídas a outros Poderes.

Demonstra-se também o que foi dito pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso (2010), ao conceituar ativismo judicial: ativismo judicial é uma expressão cunhada nos Estados Unidos e que foi empregada, sobretudo, como rótulo para qualificar a atuação da Suprema Corte durante os anos em que foi presidida por Earl Warren, entre 1954 e 1969. Ao longo desse período, ocorreu uma revolução profunda e silenciosa em relação a inúmeras práticas políticas nos Estados Unidos, conduzida por uma jurisprudência progressista em matéria de direitos fundamentais (...) Todavia, depurada dessa crítica

ideológica – até porque pode ser progressista ou conservadora – a ideia de ativismo judicial está associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes.

Na realidade, temos uma crise de legitimação de poderes, onde o Judiciário frequentemente invade as esferas de atuação do Legislativo e do Executivo. Atualmente, a maior problemática enfrentada pela saúde pública gira em torno da invasão provocada por parte do Judiciário. As discussões deveriam ocorrer nas esferas do Legislativo e do Executivo, mas estão sob forte influência desta judicialização.

O orçamento destinado à área da saúde vem sofrendo cada vez mais enormes impactos com a intervenção do Poder Judiciário. Há a necessidade de ações internas serem criadas urgentemente, para reduzir os impactos e o déficit que está sendo ocasionado a saúde pública, o que se não for feito, em breve, ocasionará a quebra do SUS.

O problema relacionado a saúde pública no Brasil é estrutural e extremamente complexo. É praticamente impossível apresentar qualquer solução ou que seja uma alternativa imediata que conseguirá efetivar o acesso à justiça a todos de forma universal e integral, entretanto, se algumas medidas forem adotadas com o intuito de conter a judicialização excessiva, estaremos diante de quem sabe um novo cenário.

Um exemplo de como começar está na fixação de parâmetros a serem seguidos pelos Magistrados e Tribunais quando as decisões versarem sobre este acesso à justiça e o medicamento de alto custo. Infelizmente, sabe-se que atualmente cada Magistrado atua de um jeito, de acordo com suas convicções, o que por vezes sobrecarrega o erário. De um lado, temos Magistrados tentando contribuir com o desenvolvimento da saúde pública e com um maior número de

atendimentos, de outro temos Magistrados concedendo medicamentos à um único jurisdicionado no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos) mil reais. O Poder Público brasileiro não aguenta este tipo de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poder Público deve atuar de maneira a proporcionar à população meios eficazes para garantir o acesso à justiça, criando ações e serviços preventivos, oferecendo assistência farmacêutica, clínica hospitalar e o mais importante, tudo isso com qualidade. Mas, para isso ocorrer, certamente deverá haver uma enorme reestruturação dentro de todo Sistema Único de Saúde.

Além disso, para que este direito seja assegurado de maneira efetiva à todos é necessário um maior investimento de recursos na área da saúde. Sabemos que é difícil, entretanto, caso haja a diminuição do desvio de verbas públicas, que infelizmente é uma realidade no Brasil, o SUS com certeza sairá do patamar em que se encontra evoluindo para um outro e elevado patamar.

Finalmente, por mais difícil que seja e quase impossível obtermos uma solução imediata, para melhorar a saúde pública, é necessário a constante busca pelo fenômeno de contenção a judicialização da saúde.

REFERÊNCIAS

ACURCIO, Francisco de Assis. **Política de medicamentos e assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde**. Belo Horizonte: COOPMED, 2003.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ANDRÉ, Andréa D'Alessandro. **A responsabilidade do Estado no fornecimento de medicamentos e a intervenção do Poder Judiciário**. 2011. 66 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. **Revista Jurídica UNIJUS**, São Paulo, v. 11, n. 15, nov. 2008.

BARROSO, Luiz Roberto. **Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: 2010.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF)**. [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Componente Estratégico de Assistência Farmacêutica (CESAF)**. Saude.gov.br, [s.d.].

BRASIL. **Portaria nº 3.916 de 30 de outubro de 1998**. Dispõe sobre a Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Governo Federal, 1998.

BLIACHERIENE, Ana Carla; SANTOS, José Sebastião dos. **Direito à vida e à saúde: impactos orçamentário e judicial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2004.

MÂNICA, Fernando Borges. Saúde: um direito fundamental social individual. **Revista Brasileira de Direito da Saúde**, Brasília, v. 1, 2012.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos**. 2 ed. São Paulo. Saraiva, 2015.

REIS, Fábio. OMS atualiza lista de medicamentos essenciais. **Pfarma.com.br**, 2019.

SANTOS, Marcela Lobo Arruda de Oliveira. **Judicialização da saúde: o fornecimento de medicamentos de alto custo e a atuação do Poder Judiciário**. 2018. 62 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Escola de Ciências Jurídicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. Proteção e promoção da saúde aos 20 anos da CF/88. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 67, 2008.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto; LEITE, Robson Soares. Racionalidade da decisão judicial em Robert Alexy. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, Belo Horizonte, v. 1. n. 2, 2015.

SOUZA, Isabela. Direitos humanos: conheça as três gerações. **Politize.com.br**, 2017.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Adaptação transcultural e transformação digital da Escala Aces: experiências pré-testadas

Autores

Roberta Olivério-Naegeli

Julia Elena Córdoba-Vieira

Ricardo de Marinho de Mello de Picoli

Mayra Antonelli-Ponti

Ano de publicação

2021

Referência

OLIVÉRIO-NAEGELI, Roberta; CÓRDOBA-VIEIRA, Julia Elena; PICOLI, Ricardo de Marinho de Mello; PONTI, Mayra Antonelli. Adaptação transcultural e transformação digital da Escala Aces: experiências pré-testadas. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 27/05/2021

Aprovação: 02/07/2021

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA ESCALA ACES: EXPERIÊNCIAS PRÉ-TESTADAS

TRANSCULTURAL ADAPTATION AND DIGITAL TRANSFORMATION OF ACES SCALE: PRE- TESTED EXPERIENCES

Roberta Olivério Naegeli*
Julia Elena Córdoba Vieira**
Ricardo Marinho de Mello Picoli***
Mayra Antonelli Ponti****

Resumo: Dada a importância do desenvolvimento de competências socioemocionais e de sua contribuição em realizações educacionais, temos iniciativas focadas e implementadas com sucesso para este fim. Assim, faz-se necessário avaliar tal desenvolvimento a partir de instrumentos validados e adaptados à cultura local. Este trabalho consistiu, então, na adaptação para o Brasil de um instrumento de tarefas composto por 56 itens, divididos em 3 subescalas, sendo 26 na primeira e 15 na segunda e terceira subescala, cujo objetivo foi avaliar a percepção de emoções de crianças do ensino fundamental anos iniciais. O instrumento, originalmente desenvolvido por autores americanos e adaptado, também, à realidade portuguesa, passou por adaptações culturais, semânticas e tecnológicas. Foram realizados: pré-teste, retrotradução e revisão de itens e a escala, ao final do processo de adaptação manteve-se composto por 3 subescalas, sendo assim, um total de 49 itens, sendo 20 na primeira, 14 na segunda e 15 na terceira. Concluímos que esta versão do instrumento é satisfatória para realização futura de estudo piloto e que os resultados indicam que as crianças compreenderam os itens e também o funcionamento do instrumento na

* Mestranda em Psicobiologia pela USP. Graduada em Psicologia pela USP. Contato: ro.naegeli@gmail.com

** Graduada em Ciências Econômicas pela USP e graduanda em Psicologia pela USP. Contato: jecvieira@fearp.usp.br

*** Doutorado em Psicobiologia pela USP. Professor convidado do Instituto de Estudos Superiores de Fafe (Portugal). Supervisor credenciado ao Serviço-Escola de Psicologia da UFSCar. Contato: rmpicoli@alumni.usp.br

**** Doutorado em Psicobiologia pela USP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: mayra.antonelli@baraodemaua.br

versão em que está, com aplicação feita via *tablet*. Ademais, as crianças demonstram nível de percepção emocional adequado para a faixa etária.

Palavras-chave: Habilidades socioemocionais. Ensino Fundamental. Percepção emocional. Crianças.

Abstract: Given the importance of developing socio-emotional competencies and its contribution in educational achievements, there are initiatives focused on this purpose which have had success. Thus, it's necessary to evaluate that kind of development using validated instruments that are adapted to the local culture. This paper consists of an adaptation of an instrument - composed by 56 items, divided in 3 subscales, consisting in a total of 49 items: 20 in the first one, 14 in the second and 15 in the third - for its use in Brazil's context, whose objective was to evaluate the perception that children of first years of elementary school have about emotions. The instrument, originally american and then adapted to portuguese reality, was adapted in cultural, semantical and technological ways. Pretest, backtranslation and items review were performed. Our conclusion is that this instrument version is satisfactory for future use in pilot studies and that our results indicate that children have comprehended the items and also this version functioning using tablets. In addition, the children demonstrated an adequate level of emotional perception considering their age group.

Keywords: Socio-emotional skills. Elementary school. Emotion perception. Children.

INTRODUÇÃO

A mensuração das várias formas de expressão dos comportamentos humanos é alvo de investigação ao longo do tempo. Muito se avançou na mensuração das habilidades cognitivas, em testes verbais e não verbais da inteligência (FLORES-MENDOZA; SARAIVA, 2018; BINHARDI-BEZAM; ANTONELLI-PONTI; SILVA, 2020). As habilidades não cognitivas passaram a ter atenção, visto que elas contribuem em conjunto com as habilidades cognitivas para diversos aspectos da vida, incluindo realizações educacionais (POROPAT, 2009). Intervenções focadas na educação socioemocional têm sido implementadas com sucesso e demonstrado resultados como aumentos de competências

socioemocionais e redução de sintomas de ansiedade e depressão, como visto no estudo de Garcia et al. (2019).

Diante da necessidade de avaliar também as habilidades não cognitivas, as chamadas de habilidades ou competências socioemocionais (TAYLOR et al., 2018), diversos instrumentos têm sido desenvolvidos (MARIN et al., 2017). Técnicas de aplicação dos instrumentos, formatos das opções de respostas e a interatividade do respondente com as questões também têm sido foco de aprimoramento de tais instrumentos (PRIMI et al., 2019).

Vale ressaltar que o desenvolvimento socioemocional ocorre em etapas, sendo a primeira etapa voltada para o reconhecimento das emoções. Dado este passo, é possível utilizar tal conhecimento para gerenciamento de emoções, compreensão das emoções alheias, entre outros, que se configuram nas habilidades e competências propriamente ditas (MARIN et al., 2017). Nesse sentido, na infância, torna-se importante compreender o quanto a criança consegue reconhecer emoções, nomeá-las, saber em quais situações elas são mais propensas a serem manifestadas e quais comportamentos (próprios e alheios) tendem a indicar a emoção sentida naquele momento (SCHULTZ et al., 2004), no entanto, para avaliar crianças não alfabetizadas ou em fase de alfabetização encontra-se o desafio de propor instrumentos que não envolvam leitura. Quando o instrumento permite que a criança responda sobre si própria e como vê uma emoção em determinadas situações, bem como nos comportamentos dos colegas, ele é denominado de instrumento de autorrelato. Contudo, uma forma de captar se a criança reconhece as emoções pode ser por instrumentos em forma de tarefas (TAYLOR et al., 2018). Schultz et al. (2004) propuseram uma tarefa para crianças, a escala ACES (*Assessment of Children's Emotion Skills*), que se divide em três subescalas, a de reconhecimento de expressões faciais, a de situações sociais e a de comportamentos sociais. A primeira contém 26 expressões faciais, em que 10 delas possuem características ambíguas,

e o restante se divide igualmente entre expressões felizes, tristes, com raiva e com medo. Nesta tarefa, a criança deve associar a expressão facial a uma das cinco emoções disponíveis a ela como opção de resposta (felicidade, tristeza, raiva, medo ou nada/nenhuma emoção). A segunda e a terceira possuem 15 itens cada, em que são descritas situações e comportamentos envolvendo outras crianças, sendo que a tarefa da respondente é associar aquelas descrições ao que ela pensa que a criança está sentindo, estando disponíveis as mesmas cinco opções de resposta da primeira subescala. Os 15 itens, em cada subescala, estão divididos em três situações e comportamentos em que a criança se sente feliz, três em que se sente triste, três em que se sente com medo, três em que se sente com raiva e três com características ambíguas, em que mais de uma emoção pode ser associada. Martins (2009) utilizou da escala ACES para um estudo exploratório que buscava entender a relação entre o temperamento e o conhecimento emocional de crianças e Alves (2006) realizou uma adaptação da escala para a realidade portuguesa, nomeando-a de Escala de Avaliação do Conhecimento Emocional (EACE), adaptação essa utilizada por Lemos (2012) em seu estudo que buscava explorar a relação entre conhecimento emocional e a perturbação do espectro do autismo e por Pereira et al. (2014), que utilizaram do instrumento para realizarem a avaliação de um programa que buscava desenvolver o conhecimento emocional em crianças.

Com o passar do tempo, a modificação da sociedade e das gerações, torna-se necessário revisitar, então, os instrumentos, propondo novas formas de apresentá-los e aplicá-los às crianças. O presente trabalho tem, portanto, como objetivo apresentar a adaptação da escala ACES, com aprimoramentos que levam em consideração a característica geracional e cultural do Brasil. Para isso, o processo de adaptação envolveu oito etapas sequenciais com base nas recomendações e diretrizes para tradução e adaptação de testes

International Test Commission, descritas em Borsa, Damásio e Bandeira (2012).

MÉTODO

ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição dos autores, seguindo as normas da Resolução CNS nº 466/2012. Os participantes foram informados sobre o objetivo da pesquisa e participaram de forma voluntária.

ETAPAS

ETAPA 1 – ADAPTAÇÃO CULTURAL

PARTICIPANTES

Uma graduanda em Psicologia, uma doutoranda em Psicobiologia e uma doutora em Psicologia, todas com experiência em educação e com vínculo a uma Universidade Pública de Ensino Superior Brasileira participaram desta etapa.

MATERIAIS

Foram utilizadas a escala ACES (SCHULTZ et al., 2004) e a versão da mesma escala adaptada e utilizada em Portugal por Alves (2006), Lemos (2012) e Pereira et al. (2014).

PROCEDIMENTO

Houve, primeiramente, uma adaptação semântica do português europeu para o português brasileiro devido às suas respectivas particularidades idiomáticas. Portanto, o texto dos enunciados e dos itens foram ligeiramente modificados. Posteriormente, realizou-se uma adaptação cultural, a fim de garantir a compreensão das expressões, referências a objetos e situações contextualizadas no Brasil. Assim, as participantes desta etapa analisaram as modificações propostas pelos autores do manuscrito no sentido de adequá-los à realidade e idioma do Brasil.

ANÁLISE DE DADOS

Os comentários e indicações foram analisados de forma qualitativa, com a finalidade de compreender os pontos destacados e sugestões de alterações.

RESULTADOS

Houve adaptação dos nomes das crianças, procurando utilizar nomes mais comuns de crianças brasileiras contemporâneas. Como por exemplo substituir o nome utilizado no item original “Cátia” por “Luísa”. Outro exemplo de adaptação cultural realizada é de uma criança que está na expectativa de fazer um passeio com seus pais e no item original o destino é uma feira popular. No Brasil, é mais provável que o local marcado para o passeio seja um parque do que uma feira popular, então, o item foi alterado desta maneira. Em outro item, tem-se originalmente, a construção de uma torre por blocos de madeira, mas a brincadeira foi alterada para “slimes”, que são como “amoebas”/“gelecas” modernas, atual “tendência” entre crianças e

pré-adolescentes brasileiros; isto foi realizado com a intenção de criar uma maior identificação do participante com a criança da situação proposta.

Seguem dois exemplos que foram alvo de adaptação devido a diferenças entre o português europeu e brasileiro: “A criança está a construir...” foi substituído por “A criança está construindo...”; “Os pais da criança disseram-lhe...” foi substituído por “Os pais da criança falaram para ela...”. A partir destas modificações, teve-se a primeira versão da escala adaptada ao contexto brasileiro.

ETAPA 2 – VALIDAÇÃO SEMÂNTICA

PARTICIPANTES

Duas pedagogas que atuam com crianças da mesma faixa etária em que a escala se propõe a ser utilizada.

MATERIAIS

A escala com as modificações realizadas na etapa 1.

PROCEDIMENTO

As participantes deveriam indicar a pertinência da escala para a faixa etária proposta e se os itens eram compreensíveis e adequados à população-alvo da escala.

ANÁLISE DE DADOS

Os comentários e indicações foram analisados de forma qualitativa, com a finalidade de compreender os pontos destacados e sugestões de alterações.

RESULTADOS

As professoras aprovaram os itens indicando que eles são compreensíveis para a idade a qual se destina. Assim, a escala se manteve a mesma.

ETAPA 3 – ADAPTAÇÃO TECNOLÓGICA

Com intuito de fazer uma versão para ser aplicada com uso de *tablet* e não de papel, algumas adaptações foram realizadas. Para a escala de reconhecimento de expressões faciais foram criadas faces para cada emoção que a ACES propõe-se a captar. As faces criadas são de meninos e meninas, com diferentes cores de pele e estilos de cabelo, representando a diversidade de crianças (Figura 1).

Figura 1 - Exemplos de faces que representam as respostas não verbais às emoções da escala



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Ressalta-se que na subescala de expressões faciais, não foram utilizados os 26 itens propostos por Schultz et al. (2004), a adaptação brasileira seguiu o modelo da adaptação portuguesa contendo 20 itens, sendo 4 para cada uma das emoções propostas na escala (felicidade, tristeza, medo, raiva e nada/nenhuma emoção).

Para as subescalas "Situações sociais" e "Comportamentos sociais", os itens foram gravados em áudios, os quais eram ouvidos pelas crianças por meio de fone de ouvido acoplado ao *tablet*. Para metade dos itens das referidas subescalas foi criado um cenário, em imagem que representava a situação ou comportamento. Os cenários acompanhavam o respectivo áudio.

Por meio da tecnologia *touch screen*, a criança clica na tela escolhendo o ícone de som e ouve o áudio referente ao item. Após isso, ela escolhe a opção (a face) correspondente e, então, a criança clica em "próximo" para ouvir o item em sequência.

ETAPA 4 – PRÉ-TESTE DA PRIMEIRA VERSÃO

PARTICIPANTES

Participaram voluntariamente 29 crianças matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental, com faixa etária entre seis e sete anos de idade. Dez crianças eram oriundas de uma escola particular de bairro classe alta e 19 crianças de uma escola pública de bairro classe média-baixa. Esta participação se deu com a prévia autorização dos pais e responsáveis e também da direção de ambas escolas.

MATERIAIS

A escala resultante da etapa 3 (formato digital) e *tablets* (um por participante) para aplicação. Os *tablets* eram da marca *Samsung Galaxy Tab E*, modelo SM-T113NU, com tela de 7".

PROCEDIMENTO

Este pré-teste foi realizado na primeira semana de março de 2020 em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Na aplicação realizada na escola pública, duas professoras estavam presentes no momento e houve a presença de três aplicadoras. A aplicação foi coletiva, realizada com toda a turma no mesmo momento. Na aplicação realizada na escola particular, houve a presença de 3 aplicadores e nenhum professor.

Em ambos os casos foram distribuídos *tablets* para as crianças e os aplicadores deram instruções sobre como realizar a tarefa.

ANÁLISE DE DADOS

Foi verificado se os itens, as instruções e a escala de resposta eram compreensíveis para o público-alvo.

RESULTADOS

Na escola pública em bairro de classe média-baixa, notou-se a necessidade de um acompanhamento maior do aplicador, visto que as crianças precisavam de suporte para uso do *tablet* e também orientações para preenchimento dos itens da escala. Ou seja, precisavam de orientações sobre onde clicar para ouvir cada item e

também sobre como prosseguir com as perguntas, de maneira a salvar suas respostas.

Na escola particular em bairro de classe alta, as crianças compreenderam bem os itens e não fizeram perguntas sobre o significado deles ou de alguma palavra em específico. Elas tiveram facilidade para manusear o *tablet*, mas também demandaram orientações iniciais para preenchimentos dos itens da escala.

Em ambos casos se notou que mais da metade das crianças questionavam muito os itens acompanhados de cenário, como o exemplo da figura 2, o qual representa o item 3 da subescala de situações sociais (Quadro 1). Quando os itens eram somente por áudio as crianças respondiam rapidamente, mas quando havia imagem essas crianças pareciam ficar com mais dúvidas e demoravam mais para escolher a resposta.

Figura 2 - Exemplo de cenário criado para acompanhar os itens



Fonte: Elaboração própria, 2021.

ETAPA 5 – REVISÃO DOS ITENS APÓS O PRÉ-TESTE

Nesta rodada, os itens e as respostas esperadas foram revisadas considerando a retirada das imagens e também o contexto de pandemia, o qual suscitou cuidado com itens relacionados a brigas entre pais, por exemplo, o qual pode estar relacionado com sentimento de tristeza, mas também de raiva, resultando na retirada de um item da subescala de situações sociais, o qual envolvia uma situação em que a criança ouvia os pais brigando no quarto.

Conclui-se que, quando se trata das emoções consideradas negativas, as respostas podem ser mais amplas. Ou seja, é mais fácil relacionar uma situação ou comportamento bom à emoção de felicidade, ao passo que uma situação ou comportamento que remete a emoções negativas podem ser facilmente confundidas entre si: medo, tristeza e raiva. Um exemplo está em um item presente na subescala de situações sociais: o Vítor trouxe seu lanche preferido. Tales pegou o lanche sem pedir e comeu. Você acha que o Vítor se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

ETAPA 6 – RETROTRADUÇÃO

Após a revisão dos itens e proposição da ampliação de respostas esperadas, houve retrotradução com verificação do autor original, em que os itens foram traduzidos para o inglês e enviados para o autor original. O autor deu algumas indicações no sentido de manter a intencionalidade original dos itens. Por exemplo, o item sobre a morte da avó de uma criança foi proposto ser modificado para retratar a doença de um familiar. O autor propôs manter o item a fim de verificar de que maneira as crianças lidam com o luto na situação atual, ao contrário, mudaria o sentido do item.

ETAPA 7 – REVISÃO DOS ITENS APÓS A RETROTRADUÇÃO

Nesta etapa os itens foram verificados e, após um consenso entre a equipe, chegou-se à versão exposta no Quadro 1.

Quadro 1 - Composição de itens utilizada, por subescala, no segundo pré-teste

Subescala de reconhecimento de expressões faciais
1. Você verá o rosto de algumas crianças. Depois, você dirá como elas estão se sentindo: alegres, tristes, com raiva ou com medo. Às vezes pode parecer que elas estão sentindo duas emoções diferentes, por exemplo: tristeza e raiva ao mesmo tempo. Se isto acontecer, escolha apenas uma emoção: a emoção que você acha que mais elas estão sentindo. Pode ser também que elas não estejam sentindo nenhuma emoção. Quando for assim, diga que elas não estão sentindo nada. Então, a brincadeira é: me diga o que as crianças estão sentindo. Tudo bem? Vamos começar?
Subescala de situações sociais
1. Os pais de Gabriel disseram a ele que o levariam ao parquinho. Na hora de sair, eles disseram que não iriam mais. Você acha que o Gabriel se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
2. A Luísa terminou de pintar uma figura e está orgulhosa. Você diz para ela que o desenho está muito bonito. Você acha que Luísa se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
3. O Felipe tem uma gata, que ele adora. Ele cuida dela e brinca com ela sempre. Um dia a gatinha desapareceu e não voltou. Você acha que o Felipe se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
4. Juan caminha por um corredor da escola. Um garoto maior do que Juan caminha bem na direção dele e manda ele sair da frente. Você acha que o Juan se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
5. A Fernanda está fazendo um slime novo. Uma outra criança derruba os materiais no chão, estragando eles, e dá uma gargalhada. Você acha que

a Fernanda se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

6. A avó de Maria morreu. Você acha que Maria se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

7. O Lucas deixa o João brincar com o seu jogo preferido. Durante a brincadeira, João quebra o jogo. Você acha que o Lucas se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

8. O Luís está na fila para o almoço. O Enzo passa na sua frente e fura a fila, sem falar nada. Você acha que o Luís se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

9. Sarah estava andando de bicicleta. Quando ela estava em uma descida, a bicicleta começou a andar muito mais rápido do que ela queria. Você acha que a Sarah se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

10. Pedro fez um desenho bonito para o seu amigo Rafael. O Rafael gostou muito do desenho. Você acha que o Pedro se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

11. Bruno está no parque e pede um sorvete para sua mãe, e ela compra. Bruno dá uma lambida e sem querer deixa o sorvete cair no chão. Você acha que o Bruno se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

12. O Vítor trouxe seu lanche preferido. Tales pegou o lanche sem pedir e comeu. Você acha que o Vítor se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

13. Paulo está brincando na rua com outro garoto. De repente, aparece um cachorro bravo. O outro garoto corre e deixa Paulo sozinho. Você acha que Paulo se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

14. É o primeiro dia de escola. Você faz um novo amigo. Você se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

Subescala de comportamentos sociais

1. O João adora jogar bola no recreio, mas hoje ele não quis brincar com ninguém. Você acha que o João se sente alegre, triste, com raiva, com

medo ou não sente nada?
2. Você vê a Amanda batendo em outra criança da escola. Você acha que a Amanda se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
3. O Marcos ganhou um brinquedo que queria muito, mas por alguma razão hoje ele não quis brincar com ele. Em vez disso, ele se sentou sozinho e quieto. Você acha que Marcos se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
4. No recreio, você vê o Caio brincando com as outras crianças. De repente alguém joga uma bola nele e ele fica parado, sem saber o que fazer. Você acha que o Caio se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
5. Você vê uma amiga sua correndo para brincar com você e sua turma. Você acha que ela se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
6. O Thiago gosta de conversar, mas hoje não quer que ninguém fale com ele. Você acha que o Thiago se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
7. A professora faz uma pergunta à Laura. Laura não tem certeza se sabe a resposta e ela fica olhando para o chão. Você acha que o Laura se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
8. Daniel está convidando todo mundo para brincar. Você acha que o Daniel se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
9. Renato xinga um colega. Você acha que o Renato se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
10. O Gustavo está falando baixinho, com os olhos cheios de lágrimas. Você acha que o Gustavo se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
11. Um grupo de crianças é chamado a sala do Diretor da Escola. Você vê o Jean tentando se esconder. Você acha que o Jean se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?
12. A Isabela entrou na sala batendo a porta e ficou de braços cruzados.

Você acha que Isabela se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

13. Hoje Joana não sentiu vontade de jogar bola no recreio. Preferiu ficar sentada sozinha. Você acha que Joana se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

14. Você vê a Jéssica pulando e cantando pela escola. Você acha que a Jéssica se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

15. Todo dia Julia anda saltitante e brinca muito. Hoje Júlia está caminhando lentamente com a cabeça baixa. Você acha que a Júlia se sente alegre, triste, com raiva, com medo ou não sente nada?

Fonte: Elaboração própria, 2021.

As respostas esperadas também foram revistas e algumas foram expandidas para emoções além das propostas pelos autores da escala, como o item 11 da subescala de situações sociais, que originalmente remete à tristeza, mas foram consideradas como corretas as respostas de medo e tristeza. Outro item que teve sua resposta esperada revista foi o 1 da subescala de comportamentos sociais, em que a resposta originalmente esperada era tristeza, mas foi alterada para tristeza e nada/nenhuma emoção. No mais, os itens já classificados como ambíguos pelos autores da escala, como o 1 e o 7 da subescala de situações sociais, mantiveram-se ambíguos, mas foi considerada apenas a ambiguidade entre as opções tristeza e raiva enquanto os itens 3, 6 e 13 da subescala de comportamentos sociais, que também são originalmente ambíguos, mantiveram-se ambíguos, mas apenas entre as opções tristeza e nada/nenhum emoção.

ETAPA 8 – PRÉ-TESTE DA SEGUNDA VERSÃO

PARTICIPANTES

Participaram voluntariamente nove crianças com idade entre seis e sete anos, oriundas de uma escola particular de bairro de classe média-baixa. Esta participação se deu com a prévia autorização dos pais e responsáveis e também da direção da escola.

MATERIAIS

A escala resultante da etapa 7, *tablets* (um por participante) e fones de ouvido (um por participante). Os *tablets* eram da marca *Samsung Galaxy Tab E*, modelo SM-T113NU, com tela de 7" e os fones de ouvido da marca *Samsung Galaxy*, modelo Gh59-11129q.

PROCEDIMENTO

Este pré-teste foi realizado na segunda semana de dezembro de 2020 em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Nessa data as escolas tinham sido autorizadas a retornarem às aulas após longo período de quarentena. Os procedimentos de segurança sanitária como o uso obrigatório de máscaras, distanciamento físico e procedimento de higiene foram seguidos. Dois aplicadores e uma professora estavam presentes no momento da aplicação. As crianças foram chamadas pela professora a sentarem-se em suas carteiras e ouvirem as instruções. Neste momento, os aplicadores distribuíram os *tablets* e os fones de ouvido para cada criança, auxiliando-os a segurar confortavelmente o dispositivo e também a colocar os fones de ouvido. A aplicadora então seguiu com o procedimento, explicando como as crianças deveriam tocar a tela para responder à escala, ressaltando que não havia respostas certas ou

erradas. Se dispôs também a auxiliar qualquer criança que tivesse dúvidas, incompreensão ou estivesse com algum problema em manusear o *tablet*. Após a explicação, autorizou o início das atividades de resposta à escala. Conforme as crianças foram encerrando sua participação, os aplicadores recolhiam os *tablets* e os fones de ouvido e, ao final, despediram-se agradecendo as crianças e a professora pela participação.

ANÁLISE DE DADOS

Foram realizadas estatísticas descritivas como média, desvio padrão, número mínimo e máximo de acertos por meio do *software* estatístico Stata 16, bem como calculada a porcentagem de itens respondidos correta, incorretamente e de itens sem resposta.

RESULTADOS

As crianças demandaram orientações iniciais para manuseio do *tablet* e preenchimento da escala. Após as orientações elas conseguiram realizar a tarefa. As crianças não apresentaram dúvidas quanto ao significado dos itens e das palavras.

Na subescala de expressões faciais a maioria dos itens foram respondidos da maneira esperada pelas crianças. Tanto para a subescala de situações sociais e para a subescala de comportamentos sociais as respostas esperadas ocorreram em aproximadamente a metade dos itens, a outra parte se refere a respostas não esperadas inicialmente e respostas não preenchidas (Tabela 1).

Tabela 1 - Porcentagens de itens respondidos corretamente, incorretamente e itens sem respostas

	Corretas	Incorretas	Sem resposta
Expressões faciais	91,11%	8,89%	0%
Situações sociais	52,38%	46,83%	0,79%
Comportamentos sociais	55,56%	43,70%	0,74%
Escala completa	69,16%	30,39%	0,45%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na subescala de expressões faciais houve uma média de acertos mais próxima ao número total de itens da subescala (20), bem como o número máximo de acertos totalizou o total de itens presentes. Já em relação às demais subescalas, o número máximo de acertos não se igualou ao total de itens de cada subescala, bem como a média de acertos foi também inferior quando comparadas com a de expressões faciais.

Tabela 2 - Média de acertos, desvio padrão e números mínimo e máximo de acertos

	Média	Desvio padrão	Número mínimo	Número máximo
Expressões faciais	18,22	2,05	15	20
Situações sociais	7,33	2,55	4	10
Comportamentos sociais	8,11	3,26	4	13
Escala completa	33,67	6,61	24	43

Fonte: Elaboração própria, 2021.

DISCUSSÃO

O presente trabalho dedicou-se ao aprimoramento de uma escala de percepção de emoções para crianças não alfabetizadas. Foi realizada a adaptação transcultural, considerando o contexto brasileiro, e digital, considerando a aplicação por meio de *tablets*, da escala ACES.

A modificação dos itens deu-se no sentido de garantir a compreensão do significado e da contextualização (BORSA et al., 2012) das situações e comportamentos pelos estudantes que são público-alvo para a realização da tarefa proposta pela escala. Os resultados que indicam a boa qualidade dos itens e a validade de conteúdo do instrumento são (1) o parecer positivo das educadoras que trabalham com estudantes nessa faixa etária, (2) a aprovação do autor original da escala, garantindo que a escala mantém-se com as características originais, conforme explicitado em Schultz et al. (2004) e, também, (3) a compreensão das crianças que realizaram os pré-testes.

No que tange à aplicação via *tablet*, temos que instrumentos, questionários, escalas e inventários, que tem por finalidade medir aspectos psicológicos por meio de auto relatos e realização de tarefas, têm sido adaptados, transformados ou construídos no formato de aplicações sistematizadas digitalmente pela sua conveniência, fácil utilização, conforto aos participantes (NAUS et al., 2009) e também pela precisão dos dados recolhidos (WEIGOLD et al., 2013). Dessa forma, o instrumento foi adequado para ser aplicado com uso de *tablets* e não mais em papel, com leitura por algum adulto. Ademais, esta adequação para aplicação via *tablet* envolveu a inserção da narração dos itens, facilitando a compreensão pelo público-alvo que está em processo de alfabetização.

Ao contrário da hipótese inicial do grupo de pesquisa, que considerou que a inserção de cenários acompanhando os itens em áudio nos *tablets* como estratégia que facilitaria a resposta, tal estratégia

parece ter dificultado e confundido as crianças no momento da resposta. Enquanto nos itens sem cenário elas respondiam com aparente certeza e rapidez, nos itens com cenário elas demoravam a responder e faziam questionamentos aos aplicadores na tentativa de validar o que viam na imagem. Tarefas que utilizam informações visuoespaciais para compreensão da recuperação da informação memorizada utilizam de dicas visuais (GALERA et al., 2016). Entendemos que os cenários, apesar de terem a tentativa de representar a informação contida no item, poderiam conter dicas válidas, neutras e inválidas que prendiam a atenção da criança e que tem potencial para interferir no tempo de resposta (GALERA et al., 2016). Além disso, nessa fase da vida, entre seis e sete anos de idade, desenvolvem uma atenção mais seletiva, ou seja, concentram-se em informações que consideram mais relevantes e filtram distrações (MARTÍ, 2009). Nesse sentido, a inserção de uma informação complementar ao item em áudio pode ter levado a criança a centrar sua atenção na imagem como sendo a informação principal, em detrimento da informação do item em áudio.

Quando se analisam os itens associados à emoção felicidade e àqueles associados à emoções classificadas como negativas, como medo, raiva e tristeza, nota-se uma facilidade das crianças em associar às situações ou comportamentos positivos à emoção felicidade enquanto as situações que remetem à emoções negativas são interpretadas de maneira diferenciada por cada criança, havendo uma amplitude maior de respostas assinaladas por elas, como, por exemplo, no item 12 da subescala de situações sociais, em que a resposta esperada é raiva, assinalada apenas por duas crianças enquanto as outras sete se dividiram entre medo (2), tristeza (2), nada/nenhuma emoção (2) e felicidade (1), sendo desejável a realização de um futuro estudo em que as situações e comportamentos que remetem à emoções negativas aceitem como respostas esperadas tanto raiva, quanto tristeza e medo para buscar entender como o grupo avaliado compreende a

situação e o comportamento e se alguma intervenção modifica tal forma de reconhecer as emoções.

Os resultados dos níveis de percepção emocional apontam para uma aparente facilidade das crianças em associarem o estímulo da expressão facial às emoções quando se compara com as associações feitas entre os estímulos situações e comportamentos sociais às emoções, haja visto que na primeira subescala, a de reconhecimento de expressões faciais, houve uma porcentagem expressiva de acertos, 91,11%, enquanto os resultados corretos das duas subseqüentes estão pouco acima de 50%, o que indica que a subescala de expressões faciais pode inflar os resultados.

Pereira et al. (2014) analisou a escala de maneira global, gerando estatísticas descritivas para 'percepção emocional correta' e 'percepção emocional incorreta'. Sendo o valor máximo 50, as 25 crianças com idade entre cinco e seis anos apresentaram uma média entre 28,3 (DP=3,8) e 28,5 (DP=3,7) (meninos e meninas, respectivamente), antes da intervenção proposta pelo estudo. Usando essa mesma métrica, crianças portuguesas com idade aproximada de seis anos apresentaram percepção emocional correta em uma média de 24,6 (DP=5,6) e 25,4 (DP=4,9) (MARTINS, 2009). Comparando o presente resultado com estes mencionados temos que a amostra deste estudo apresenta um nível de percepção emocional um pouco acima da amostra avaliada em Pereira et al. (2014) e Martins (2009). Isso pode ser explicado pela diferença de idade, enquanto nos outros estudos a idade estava entre cinco e seis anos, aqui está entre seis e sete anos.

O presente resultado pode ser explicado tanto pela idade, devido o processo de percepção emocional ser desenvolvido ao longo da vida, quanto pelo contexto de pandemia, visto que a aplicação da tarefa se deu após as crianças terem passado um tempo considerável em suas casas enquanto as escolas estavam fechadas, sendo o ambiente escolar um local importante para o aprendizado de identificação,

reconhecimento e nomeação das emoções. Programas que focam no desenvolvimento socioemocional das crianças dessa faixa etária demonstraram-se promissores para aumentar tais níveis (GARCIA et al., 2019; PEREIRA et al., 2014).

Uma limitação do estudo é a amostra reduzida e sem a coleta de dados sobre o perfil dos participantes, visto que para as etapas aqui apresentadas o intuito foi o de aprimorar a escala e não o de avaliar as crianças. Nesse sentido, os resultados aqui demonstrados são ilustrativos para verificação da compreensão das crianças em relação aos itens e funcionamento do instrumento. As etapas realizadas de adaptação e adequação ao uso via *tablet* podem também ser replicadas para outros instrumentos psicométricos, independentemente da faixa etária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão apresentada aqui é satisfatória para ser levada para um estudo piloto, o que deverá ser feito em estudos futuros. Os resultados indicam que as crianças compreenderam os itens e também o funcionamento do instrumento na versão em que está, com aplicação feita via *tablet*. As crianças demonstram nível de percepção emocional adequado para a faixa etária.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. R. P. **O Emocional e o Social na Idade Escolar: uma abordagem dos Preditores da Aceitação pelos Pares**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e Ciências, Universidade do Porto, Porto, 2006.

BORSA, J. C.; DAMASIO, B. F.; BANDEIRA, D. R. Cross-cultural adaptation and validation of psychological instruments: some considerations. **Paidéia: cadernos de psicologia e educação**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 53, p. 423-432, 2012.

BINHARDI-BEZAM, P. D.; ANTONELLI-PONTI, M.; DA SILVA, J. A. Evidências de validade convergente Raven e R-2 em crianças com TEA. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 14, n. 3, p. 249-268, 2020.

FLORES-MENDOZA, Carmen; SARAIVA, Renan. Avaliação da inteligência: Uma introdução. **Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade**, p. 17-33, 2018.

GALERA, C. A. et al. A recuperação da informação visual baseada na localização e nas características visuais dos objetos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 3, pp. 228-238, 2016.

Garcia, L. M. R. et al. Evaluation of the effectiveness of the fun friends program. **Temas em Psicologia**, v. 27, n. 4, pp. 925-941, 2019.

Lemos, R. M. M. **Conhecimento Emocional e Perturbação do Espectro do Autismo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Escola Superior de Altos Estudos, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2012.

MARIN, A. H. et al. Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. **Rev. bras. ter. cogn.**, v. 13, n. 2, pp. 92-103, 2017. ISSN 1808-5687.

MARTÍ, Eduardo. Processos cognitivos básicos e desenvolvimento intelectual entre os seis anos e a adolescência. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 12.

MARTINS, Renata. **Conhecimento Emocional e Temperamento em crianças de idade pré-escolar: um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2009.

NAUS, M. J.; PHILIPP, L. M.; & SAMSI, M. From paper to pixels: A comparison of paper and computer formats in psychological assessment. **Computers in Human Behavior**, v. 25, n. 1, pp. 1-7, 2009.

PEREIRA, C. et al. Conhecer as emoções: a aplicação e avaliação de um programa de intervenção. **Estudos de psicologia**, v. 19, n. 2, pp. 102-109, 2014.

POROPAT, Arthur E. A meta-analysis of the five-factor model of personality and academic performance. **Psychological bulletin**, v. 135, n. 2, pp. 322-338, 2009.

PRIMI, Ricardo et al. Comparison of classical and modern methods for measuring and correcting for acquiescence. **British Journal of Mathematical and Statistical Psychology**, v. 72, n. 3, p. 447-465, 2019.

SCHULTZ, D.; IZARD, C. E.; BEAR, G. Children's emotion processing: Relations to emotionality and aggression. **Development and psychopathology**, v. 16, n. 2, pp. 371-387, 2004.

TAYLOR, J. J. et al. **Choosing and Using SEL Competency Assessments**. 2018.

WEIGOLD, A.; WEIGOLD, I. K.; RUSSELL, E. J. Examination of the equivalence of self-report survey-based paper-and-pencil and internet data collection methods. **Psychological Methods**, v. 18, n. 1, pp. 53–70, 2013.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Os homens de ciências da Coroa e as soluções para a agricultura do lado de cá do Atlântico

Autores

Milena da Silveira Pereira

Ano de publicação

2021

Referência

PEREIRA, Milena da Silveira. Os homens de ciências da Coroa e as soluções para a agricultura do lado de cá do Atlântico. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 24/06/2021

Aprovação: 07/07/2021

OS HOMENS DE CIÊNCIAS DA COROA E AS SOLUÇÕES PARA A AGRICULTURA DO LADO DE CÁ DO ATLÂNTICO

THE CROWN'S MEN OF SCIENCE AND THE SOLUTIONS FOR AGRICULTURE ON THIS SIDE OF THE ATLANTIC

Milena da Silveira Pereira*

Resumo: No ocaso do século XVIII luso-brasileiro foram produzidos dezenas de opúsculos, memórias acadêmicas, manuais, pareceres, cartas e relatórios que registraram impressões diferentes daquelas que até então tinham marcado os escritos sobre a América portuguesa. Estas produções, pois, extrapolaram o universo religioso dos conteúdos sobre o Brasil, que caracterizaram grande parte do período colonial, e abriram novas trilhas aos letrados sobre a necessidade de conhecer a terra racionalmente e aproveitar as riquezas que ela tem para oferecer. A partir da análise dessas obras, especialmente as memórias científicas e os manuais agrícolas, o presente ensaio busca indagar, ainda que de forma embrionária, sobre o papel da agricultura na mudança de visão que os portugueses passaram a ter desta colônia do lado de cá do Atlântico, ou seja, os questionamentos giram em torno de um redimensionamento dos estudos luso-brasileiros sobre a agricultura no Setecentos. Em outras palavras, a proposta é dar a conhecer o que esses documentos, com um discurso assumidamente pedagógico, relataram a respeito das possibilidades de diversificação de culturas, de melhoramento nos manejos e nas técnicas de produção agrícola e, inclusive, sobre os erros do extrativismo e o desmatamento nas terras brasileiras.

* Doutora em História pela UNESP, docente do Centro Universitário Barão de Mauá e membro do Grupo Temático Escritos sobre os novos mundos, financiado pela FAPESP. É autora, entre outros estudos sobre cultura escrita luso-brasileira, de *A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos* (Editora Unesp, 2014), *Insultos e afagos: Sívio Romero e os debates de seu tempo* (Editora CRV, 2017), *Saborear e curar: a chegada do café no mundo luso-brasileiro* (Cultura Acadêmica, 2021). Organizadora do livro *Por escrito: lições e relatos do mundo luso-brasileiro* (EdUFSCar, 2018). Contato: milena.silveira@baraodemaua.br

Palavras-chave: Mundo Luso-Brasileiro. Memórias acadêmicas. Agricultura. Natureza.

Abstract: At the end of the Luso-Brazilian 18th century, dozens of booklets, academic memoirs, manuals, letters and reports were produced, recording impressions that were different from those that had hitherto marked the writings on Portuguese America. These productions, therefore, extrapolated the religious universe of contents about Brazil that characterized a large part of the colonial period and opened new paths for the intellectuals about the need to know the land rationally and take advantage of the riches it has to offer. Based on the analysis of these works, especially scientific memoirs and agricultural manuals, this essay seeks to investigate, albeit in an embryonic form, the role of agriculture in changing the view that the Portuguese started to have of this colony on this side of the Atlantic, that is, the questions revolve around a redimensioning of Luso-Brazilian studies on agriculture in the 18th century. In other words, the proposal is to make known what these documents, with an openly pedagogical discourse, reported about the possibilities of crop diversification, improvement in agricultural production management and techniques, and even about the errors of extractivism and the deforestation on Brazilian lands.

Keywords: Luso-Brazilian world. Academic memories. Agriculture. Nature.

Em 1798, veio à lume em Lisboa, pela Régia Oficina Tipográfica, o volume inaugural da coleção *O Fazendeiro do Brasil*, assinalando que o “objetivo da maior contemplação das colônias” deveria ser o “estabelecimento da agricultura”.¹ Nas palavras do compilador e tradutor de “memórias estrangeiras”, Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), só a agricultura tinha “em seu poder dar matérias primeiras às artes e fábricas, e, por consequência, gêneros ao comércio, aumento à navegação, sobras e reexportações ao Reino; em uma palavra, riquezas” (VELOSO, p. XI). Tempos antes, em 1789, o conhecido naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816), mestre de muitos letrados brasileiros e fomentador das ciências naturais em Portugal,

¹ Merece destaque a opção por modernizar a linguagem das citações, a fim de tornar a leitura mais suave e fluida, no entanto, foram mantidos os nomes originais de todos os títulos trabalhados.

inicia sua *Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas*, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, constatando que “escrever de agricultura neste século é costume introduzido em quase todas as Nações polidas” (VANDELLI, p. 164), em razão de esta atividade ser tomada como a primeira base da sociedade e seu conhecimento estar relacionado ao melhoramento das nações. Tais afirmações, como veremos ao longo deste ensaio, mostram mais do que a necessidade de divulgar, com o financiamento régio, trabalhos sobre técnicas agrícolas, anunciam um redimensionamento dos estudos luso-brasileiros sobre a agricultura.

OLHAR PARA A AMÉRICA PORTUGUESA

O interesse pelas terras brasílicas, no entanto, remonta aos escritos portugueses do século anterior, intensificado na segunda metade do século XVIII, entre outras motivações, pela demarcação de limites entre as monarquias ibéricas deste lado do Atlântico, por meio do Tratado de Madrid (1750), e pela busca de um equilíbrio na balança comercial portuguesa, com a queda na extração de ouro e pedras preciosas. Tais acontecimentos estimularam o financiamento régio de memórias acadêmicas e viagens científicas às colônias,² as quais estreitaram os laços entre Portugal e o Ultramar e buscaram produzir estudos com a finalidade de potencializar a agricultura no Império português.

Não é por acaso, pois, que nesse momento o poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, encara a reforma na Universidade de Coimbra, em 1772, e, ao mesmo tempo, emergem associações de caráter científico

² As viagens filosóficas foram excursões promovidas pela Coroa portuguesa, com o objetivo de inventariar a natureza do mundo colonial português, em busca especialmente de produtos naturais potencialmente lucrativos. Sobre as viagens filosóficas e as afirmações anunciadas, ver: DIAS, 2009; PATACA, 2011; RAMINELLI, 2008; SERRÃO, 1988.

preocupadas diretamente com a instrução dos colonos e o fomento português,³ como, por exemplo, a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, ou, mesmo antes, a Academia Científica do Rio de Janeiro, criada em 1772. Esta pioneira instituição, estabelecida do lado de cá do Atlântico, esteve sob a proteção do marques de Pombal e buscou assinalar os designios de examinar todas as produções naturais pertencentes aos reinos vegetal, animal e mineral, fazendo, como lembra o fundador marques de Lavradio (1729-1790), “todas as análises, e mais observações que couberem no possível” (LAVRADIO, 1978). Este vice-rei do Estado do Brasil acreditava que deste modo poderia “fazer ao Estado e a Pátria, não só um serviço utilíssimo mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só os que nos instruem” (LAVRADIO, 1978), ou seja, estava na hora de os homens de ciências luso-brasileiros produzirem memórias, manuais, entre outros estudos, direcionados à educação dos brasileiros para o cuidado e o aproveitamento da terra.

Embora a vida desta academia não tenha sido muito longa e suas memórias e outros escritos não tenham sido publicados, ou só tenham circulado na forma de manuscrito naquele momento, na Academia Científica do Rio de Janeiro foram criados espaços para o desenvolvimento de reflexões científicas e de estudos práticos na área da agricultura, como “um Jardim Botânico, gente para trabalhar nele, e instrumentos, honrando-nos e animando muito os nossos estudos” sobre as culturas já existentes e as aclimatáveis às terras brasileiras.⁴ Esta instituição, pois, inaugurou na América Portuguesa “um novo padrão de reunião dos letrados da época, menos de caráter literário e religioso e mais científico” (PEREIRA, 2018, p. 136-137).

³ Sobre a “política fomentista” portuguesa, ver: WEHING, 1977.

⁴ Apud SILVA, 2013, p. 30. Segundo Maria Beatriz N. da Silva, é possível que o autor dessas palavras fosse Antônio Ribeiro de Paiva, “o mais versado em Botânica entre os acadêmicos”.

Do mesmo modo, a Academia Real das Ciências de Lisboa trazia no seu estatuto a preocupação em ultrapassar os muros da instituição e o propósito de gerar conhecimentos científicos utilitários, seja para a melhoria das condições de vida da sociedade, seja para o aumento da riqueza do Estado. A concepção científica anunciada pelos letrados desta agremiação, que favorecia o desejo de saber e a adoção de novos pontos de vista nas artes e nas ciências, se filiava, entre outros nomes, à corrente de pensamento dos enciclopedistas franceses, os quais desempenharam papel histórico decisivo no estabelecimento de relações pragmáticas entre os letrados e a sociedade. Denis Diderot (1713-1784), por exemplo, reivindicava “um incremento da ciência natural, da anatomia, da química e da física experimental como um primeiro passo na reforma da sociedade” (DIDEROT, 2015). A ciência, nesse palco, ganhava uma dimensão social e os estudos ditos científicos passaram a ser entendidos como capitais para o progresso das nações,⁵ tendo em vista estes desígnios da Academia Real das Ciências de Lisboa de desenvolver um saber que instrísse o povo e promovesse o Estado e sua economia.

Neste ocaso do século XVIII, portanto, foram escritos dezenas de opúsculos, memórias acadêmicas, manuais, pareceres, cartas e relatórios “destinados a elaborar um diagnóstico do estado da monarquia com vista ao seu progresso econômico, social, cultural e moral” (SANTOS; PEREIRA, 2020, p. 277). É importante resgatar, a propósito, que a produção em língua portuguesa acerca do Brasil até aquele momento não havia se destacado pela fartura e estava centrada em escritos de caráter religioso e moralizante, como sermões, crônicas de ordens religiosas, obras de moral, panegíricos fúnebres, além de relações de festas, algumas histórias gerais e poemas.⁶ Essa

⁵ Conferir: HAHN, 1971, p. 3.

⁶ Ver PEREIRA, 2018, p. 139; SILVA, 1986, p. 445-472; RIZZINI, 1945; MORAES, 1969; CURTO, 2007.

documentação, que produziu escritos acerca das condutas consideradas virtuosas, ou não, dos habitantes do Brasil, “começou a dividir espaço, nesse final do Setecentos, com uma nova racionalidade dos letrados luso-brasileiros ligada ao maior e melhor conhecimento e aproveitamento das terras daquela outra margem do Atlântico” (PEREIRA, 2018, p. 139).

Os manuais e as memórias científicas, produzidos dentro ou fora das academias, ainda que de forma tímida, extrapolaram esse universo religioso dos escritos sobre o Brasil e abriram novas trilhas aos letrados, que passaram a se guiar pela máxima, tão cara ao pensamento ilustrado daquela época, de que para desfrutar das vantagens e potencialidades da natureza era preciso conhecer a terra e as riquezas que ela tem para oferecer. Era uma espécie de planejamento científico promovido entre os letrados e o Estado para edificar a nação. Em outras palavras, “os estudos apresentados nas academias e sociedades científicas podem ser tomados como uma espécie de extensão do Estado; na falta de órgãos específicos de análise de questões econômicas do solo, fauna, flora, clima, território etc” (PEREIRA, 2018, p. 138).

Assim, os escritos sobre agricultura ganharam cada vez mais espaço nas publicações luso-brasileiras sobre o Brasil daquele tempo e a natureza passou a assumir a posição de detentora de vastas, e mesmo inexploradas, possibilidades econômicas. Esses saberes em convergência, com um discurso assumidamente pedagógico, pretenderam dar a conhecer as riquezas naturais e a geografia da América Portuguesa, demonstrar as possibilidades de diversificação de culturas e de melhoramento de técnicas e manejos da terra, bem como denunciar os erros do extrativismo. Vejamos, então, algumas pinceladas do que essas memórias científicas e manuais de agricultura do final do século XVIII relataram a respeito das terras brasileiras.

AGRICULTURA E NATUREZA

Domingos Vandelli, na *Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas*, mencionada no início deste ensaio, realiza uma espécie de mapeamento da agricultura do reino e das suas conquistas, descrevendo o seu estado, as causas físicas e morais da sua decadência e algumas reflexões sobre as Leis Agrárias de Portugal. Nesse percurso, o “imenso país do Brasil, quase despovoado e inculto”, não poderia ficar de fora das suas observações. Vandelli (1789a, p. 169), ao lançar o seu “olhar científico” sobre a América Portuguesa, descreve que “nas vizinhanças das costas do mar” era cultivado cana de açúcar, anil e cochonilha e, em outras áreas, milho, mandioca, algodão, tabaco e trigo, porém, os métodos de plantio eram rudimentares, baseados na queima de “antiquíssimos bosques”. Os homens da terra, detalha o letrado, “semeiam por dois, ou três anos, enquanto dura a grande fertilidade produzida das cinzas”, e, depois de incultos estes terrenos, “vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios” (VANDELLI, 1789a, p. 170). O naturalista italiano reforça esta mesma argumentação em outro estudo também publicado nas memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, afirmando que o hábito de “queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte de milho, ou mandioca” acaba por destruir “imensas árvores úteis e de fácil condução” (VANDELLI, 1789b, p. 194).

Além dos “graves prejuízos” a longo prazo que esse método da queima traria para a terra e para a economia, Vandelli (1789a, p. 170) contempla outras perdas financeiras relacionadas, por exemplo, ao desperdício das madeiras desses bosques devastados, que, “pela facilidade do transporte pelos rios”, poderiam ser muito úteis para “construção de navios”, para “finturaria” e para os “marceneiros”. Era necessário, na concepção do naturalista, suprir com essas memórias

científicas e manuais de agricultura a “falta de instruções ou educação dos lavradores” (VANDELLI, 1789a, p. 172).

Tempos depois, Frei Veloso, neste mesmo primeiro volume de *O Fazendeiro do Brasil*, partilhando das concepções do naturalista italiano, denuncia ao príncipe regente D. João (1767-1826), futuro D. João VI, o descaso dos senhores de Engenho, dos agricultores e dos mineradores com as matas do Brasil. “A pobre natureza vegetante”, adverte Veloso, “que supre a todas as nossas necessidades, é anualmente assassinada [nas] máquinas de açúcar” (VELOSO, 1798, p. XIX). Grandes extensões de terras, continua o estudioso (1798, p. XVIII), “tem sido descortinadas pelos proprietários de Engenhos para a construção de suas fábricas, para a plantação de suas canas, para a combustão das fornalhas de caldeiras e do alambique”. O naturalista mineiro, com esta sinalização, buscava dar ciência aos proprietários de engenho de açúcar e aguardente sobre a necessidade de cautela na derrubada das matas, ou melhor, estava clamando para estudarem “todos os meios possíveis de as pouparem, tendo em vista que a “conservação das matas” era interesse direto desses homens, “pela maior necessidade que tem de madeiras e lenhas” para a produção do açúcar (VELOSO, 1798, p. XXVIII).

Frei Veloso (1798, p. XIX), do mesmo modo, destaca que é “incalculável o estrago que as roças de milho têm feito nas matas do interior”. De acordo com o compilador de manuais de agricultura, as lavouras deste produto possuíam técnicas muito arcaicas de plantio, ou seja, as sementes do milho eram introduzidas na terra “a seis palmos de distância uma da outra, ou como dizem, [com a distância] de um cabo de enxada”, sem um uso adequado das áreas destinadas ao plantio (VELOSO, 1798, p. XX). Estava na hora de repensar o mal aproveitamento das áreas plantadas, pois o aumento da produção de milho, gênero tão necessário ao homem e aos animais, não poderia estar atrelado diretamente ao desmatamento, tendo em vista a necessidade de mais terras para cultura. Ainda pior que o milho, segundo Veloso (1798, p. XX),

é a mineração, que, além de derrubar as matas, transforma “rios em lagos e, em qualquer parte que [os mineradores] trabalham, fica [a terra] inabilitada para produzir coisa alguma mais”.

Esse discurso preocupado com o manejo racional da terra e a derrubada das matas do Brasil também aparece nos escritos do brasileiro Manoel Ferreira da Câmara (1762-1835) sobre a Comarca dos Ilhéus. A ausência de planejamento e cuidado na retirada e queima de madeira – amparada, em larga medida, pela abundância de matéria-prima –, segundo Ferreira da Câmara, já tinha refletido na escassez de algumas espécies de árvores, como o Carvalho, que passou a ser comprado e importado da Pensilvânia. Nas palavras deste naturalista mineiro (1789, p. 347), é sabido que as terras do Brasil “estão cobertas de grandes e espessas matas”, contudo, os habitantes daqui “trabalham assaz” na sua destruição, sem “constar que se tenham plantado um só pé”. O naturalista brasileiro, em tom pedagógico, alerta, inclusive, sobre a urgência de medidas para a cultura e a reprodução do Pau-Brasil, “por meio de sementes, ou de estacas, enxertos”; pois se continuasse a retirada da maneira que vinha sendo feita, o lucro que o Estado arrecadava estava com os dias contados (CÂMARA, 1789, p. 349).

Manuel Arruda da Câmara (1752-1811), fazendo coro a esta política de aproveitamento racional da terra, na sua *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar*, igualmente busca instruir sobre as formas mais adequadas de plantio do algodão. Segundo o médico e naturalista paraibano (1799, p. 29), alguns agricultores de algodão cometiam um “abuso muito prejudicial” ao plantarem os algodoeiros muito distantes, “porque se perdia o trabalho de preparação de uma boa parte do terreno”. Do mesmo modo, aqueles produtores que plantavam os algodoeiros muito próximos uns dos outros teriam “igual ou maior prejuízo”, em razão da perda de volume do produto e o seu crescimento “acanhado”.

A solução proposta por Arruda da Câmara (1799, p. 29-30) para o uso adequado do terreno e o manejo da cultura é o agricultor plantar em quincunze, ou seja, de modo equidistante, dispostos em quadrado, com um algodoeiro no centro, a fim de “formosear o algodoal” e possibilitar o cultivo, nos intervalos dos arbustos, de “legumes, como feijão, milho, até mesmo mandioca”. Assim, esses outros cultivos consorciados não danificariam o algodoal, “porque em pouco tempo se colhem, e ficam os algodoeiros desafogados” (CÂMARA, 1799, p. 30), e, inclusive, levariam fartura para a casa do agricultor. Tais medidas propostas pelo naturalista paraibano, portanto, além de resultar em um aproveitamento racional das áreas plantadas, proporcionariam aos agricultores a produção de algumas culturas de subsistência nos “corredores” da lavoura.

Domingos Vandelli, também sobre essa questão do aproveitamento e do conhecimento racional da terra, na sua *Memoria sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam*, de 1789, enaltece algumas iniciativas de homens ligados ao Reino no além-mar, com a finalidade de estimular a geração de renda da Coroa e diminuir a dependência que Portugal tinha na importação de grande quantidade de produtos e mercadorias de nações estrangeiras. O naturalista italiano cita o exemplo do arroz, “planta própria também do Brasil”, que, há não muito tempo, era comprado da Carolina, nos Estados Unidos, “a qual no ano de 1740 ganhou com ele 800 libras esterlinas, das quais a maior parte pagou Portugal” (Vandelli, 1789b, p. 189). No entanto, neste final do Setecentos, exalta o Vandelli, o arroz cultivado no Brasil havia começado a aparecer em abundância em Portugal, ou seja, graças aos incentivos do excelentíssimo senhor Martinho de Mello e Castro (1716-1795), os produtores brasileiros passaram a investir nesta cultura; gerando um saldo positivo na balança comercial e uma boa economia aos cofres de Portugal. “Com a eficácia e zelo” deste mesmo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, continua Vandelli

(1789b, p. 189), outra cultura, a do Anil, vinha prosperando de excelente qualidade, “não só para as nossas fábricas, mas também para o comércio com as mais Nações”.

Assim como seu mestre Domingos Vandelli, Manoel Ferreira da Câmara propõe, na memória acima destacada, uma espécie de “reforma da agricultura”. Para Câmara, as culturas nativas deveriam ser mais bem aproveitadas, como é o caso do cacau, que “se encontra silvestre” no Bahia e recebe pouca atenção dos brasileiros e da Coroa. Em Caracas e em muitas regiões do México, compara Ferreira da Câmara (1789, p. 310), esta fruta já era bem explorada há tempos pelos espanhóis e a produção anual excedia “a soma do ouro extraído e exportado das nossas minas”. Com os desígnios de impulsionar este produto, o naturalista brasileiro também compara a produção do açúcar com a do cacau, calculando, em detalhes, desde o terreno ocupado, a mão de obra, os materiais até os preços e a distribuição dos produtos.

Entre as conclusões apresentadas acerca das dimensões das áreas de cultivo e da longevidade da planta, Ferreira da Câmara (1789, p. 318) pontua que, “enquanto o Senhor de Engenho cultivava um milhão de pés de canas, pode cultivar cinco mil pés de cacau”, e mais, ele lucra “dez mil cruzados, com a diferença de que neste gênero de cultura não gasta mais que o trabalho de recolher os frutos; porque as árvores que os produzem, uma vez plantadas, produzem sempre com muito pequena reforma”. O naturalista mineiro relata que, só há pouco tempo, em 1780 “se me não engano, julgou a Nossa Soberana, que da cultura do cacau poderia vir grande interesse à Nação”, porém, as investidas para a promoção de tal fruta foram tardias naquele momento e não obtiveram sucesso (CÂMARA, 1789, p. 310).

Não só a diversificação de culturas nativas esteve na pauta desses naturalistas, mas também projetos de importação de plantas de outras conquistas. O padre jesuíta João de Loureiro (1710-1791), por exemplo, em *Da transplantação das arvores mais uteis de paizes*

remotos, realizou um mapeamento do trânsito de árvores para todo o reino português, apresentando, aliás, as espécies que tiveram destino para o Brasil. Considerado um dos maiores botânicos especialistas em flora asiática daquele tempo, Loureiro defendia a transplantação de mudas e sementes de famosas especiarias, como noz moscada e cravo, da Ilha do Timor para Portugal, com parada no Brasil para aclimação. Loureiro propõe, nesse trajeto que alcançaria a costa da América Portuguesa antes de chegar a Lisboa, a transplantação de parte dessas espécies aromáticas nas terras brasileiras. Na Bahia, segundo o botânico, “se pode logo plantar e cultivar alguma parte daquelas árvores e sementes [de cravos e noz-moscada], deixando outras para se levarem para o Pará, ou Macapá, que é o sítio mais próprio para a sua vegetação”, pela proximidade com o Equador (LOUREIRO, 1789, p. 160). Malgrado seja um estudo mais voltado para o conhecimento dos caminhos “para conduzir estas preciosas plantas da Ásia para a América”, o botânico jesuíta – com os ideais de que “a agricultura e o comércio são o manancial mais perenes da abundância e justamente das riquezas e do poder das Nações” – não deixa de apontar sugestões economicamente viáveis para o Estado do Brasil, ao propor a transplantação dessas plantas e apresentar medidas que promoveriam a utilidade pública (LOUREIRO, 1789, p. 163;152).

De um modo geral, essas memórias científicas e manuais de agricultura do final do Setecentos⁷ convergiam para ensinar aos homens luso-brasileiros modos mais racionais de explorar as riquezas naturais e as potencialidades das terras do Brasil; práticas diversas daquelas que até

⁷ Além destas memórias mencionadas, também podemos citar outras publicações no mesmo período, como, por exemplo, *Memórias sobre a Guaxima*, de José Henriques Ferreira, *Memoria sobre o malvaisco do districto da villa da Cachoeira no Brasil e Memoria sobre a cochonilha do Brasil* de Joaquim de Amorim Castro; *Memoria sobre a pesca das balêas, e extracção do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*, de José Bonifácio de Andrada; *Memoria em que se de noticia de diversas espécies de abelhas, que dão mel, próprias do Brasil*, de Vicente Coelho de Seabra Silva Teles.

então pautaram a ação dos próprios colonos e da administração colonial. Esses escritos buscaram, portanto, produzir conhecimentos úteis, evitar desperdícios e aumentar o lucro do Império português. Como disse certa vez o doutor José Henriques Ferreira (1740-1780), “a boa economia é cada um remediar-se com o que tem em casa, evitando buscar fora; cada gênero tem a sua serventia, e porque uns são de melhor qualidade não se devem desprezar os de menor”, isto é, “o país mais rico é o que tem maior quantidade de gêneros” (FERREIRA, 1789, p. 7).

Não se deve, por fim, tomar essas publicações que anunciavam uma preocupação com a preservação da natureza como uma espécie de crítica ambiental, nos moldes do que se conhece hoje. O grande interesse desses homens de ciências da Coroa era justamente produzir estudos sobre as possibilidades econômicas da natureza, criando uma exploração racional da América portuguesa sem esgotar as riquezas que ela tinha para oferecer. Merece atenção, portanto, o lugar importante que esses escritos tiveram para o conhecimento da rica natureza da colônia do lado de cá do Atlântico, para a construção de uma agricultura mais racionalizada e para a consolidação de uma subjetividade luso-brasileira.⁸

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ilídio do. **Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e latino**. V. 1. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa**. Tomo III - 1700 a 1800. Lisboa: Typogtapiha da Academia Real das Sciencias, 1898.

⁸ Esta pesquisa está vinculada ao Projeto Temático *Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa*, financiado pela FAPESP (Proc. 2013/14786-6).

CÂMARA, M. Arruda da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc.** Em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida a A S. A. Real, O Principe Regente Nosso Senhor. Por Manuel Arruda da Camara, Formado em Medicina, e Philosophia, e Socio de varias Academias, etc. De Ordem do Mesmo Senhor por Fr. Joze Mariano da Conceição Veloso. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

CÂMARA, M. Ferreira da. Ensaio de descripção fisica e economica da comarca dos Ilheos na America. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas.** TOMO I. Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

CARDOSO, José Luís. **História do Pensamento Econômico Português:** temas e problemas. Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

CARVALHO, Joaquim de. **Obras Completas.** História e Crítica literária. História da Ciência, 1925-1975. v. 5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

CARVALHO, Rômulo de. **Actividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX.** Lisboa: Publicações do II centenário da Academia da Ciências de Lisboa, 1981.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita:** séculos XV a XVIII. Lisboa: Instituto Ciências Sociais, 2007.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le R. **Enciclopédia,** ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 1 – Discursos preliminares e outros textos. Org. Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FERREIRA, J. Henriques. Memória sobre a Guaxima. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas.** Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

HAHN, Roger. **The Anatomy of a Scientific Institution:** The Paris Academy of Sciences, 1666-1803. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004.

KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, 8 (1-12): 105-122, 1995.

LAVRADIO, Marquês do. Carta de 6 de março de 1772. In: **Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1978.

LOUREIRO, João de. Da transplantação das arvores mais uteis de paizes remotos. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

MEMORIAS da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo I. Lisboa: Typografia da Academia, 1797. t.

MEMORIAS Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

MORAES, Rubens Borba. **Bibliografia brasileira do período colonial**. Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo: IEB, 1969.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar. Intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos na América Portuguesa. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 87-108, 1997.

PATACA, Ermelinda M. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 4, no. 2, p. 125-138, 2011.

PEREIRA, Milena da Silveira. Um Brasil em memórias científicas. In: FRANÇA, J.M.C; PEREIRA, M.S. **Por escrito**: lições e relatos do mundo luso-brasileiro. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822**. São Paulo: Cosmos Editora, 1945.

RODRIGUES, José Damião. Horizontes de reformas e luzes: uma leitura historiográfica a partir da América portuguesa. In: GODOY, S. O'P.; RODRÍGUEZ GARCÍA, M. E. (Coord.). **El ocaso del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru; Lisboa: Cham, 2017.

RIBEIRO, José Silvestre. **História dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia**. Tomo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1872. t. II.

SANTOS, Clara Braz; PEREIRA, Milena da Silveira. A cochonilha no mundo luso-brasileiro: o manuscrito setecentista editado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar., 2020.

SERRÃO, José Vicente. O pensamento agrário setecentista (pré-fisiocrático): diagnósticos e soluções propostas. In: CARDOSO, J. L. (Org.). **Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

SILVA, Maria Beatriz N. da. **Cultura Letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Maria Beatriz N. da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)**. Nova História da Expansão Portuguesa, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.). Lisboa: Editorial Estampa, v. VIII, 1986.

VANDELLI, Domingos. Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789a.

VANDELLI, Domingos. Memoria sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789b.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 316, p. 170-278, 1977.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Relatos e muitas histórias: a origem do publicitário em Ribeirão Preto

Autores

Carmen Silvia Porto Brunialti Justo

Talena Abgail Rufino

Ano de publicação

2021

Referência

JUSTO, Carmen Silvia Porto Brunialti; RUFINO, Talena Abgail. Relatos e muitas histórias: a origem do publicitário em Ribeirão Preto. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 24/06/2021

Aprovação: 06/07/2021

RELATOS E MUITAS HISTÓRIAS: A ORIGEM DO PUBLICITÁRIO EM RIBEIRÃO PRETO*

STORIES AND MANY HISTORIES: THE ORIGIN OF THE ADVERTISING PROFESSIONAL IN RIBEIRÃO PRETO

Carmen Sílvia Porto Brunialti Justo**
Talena Abigail Rufino***

Resumo: A cidade de Ribeirão Preto (SP) registrou na década de 1920 intensa movimentação para instalação das primeiras emissoras de rádio do interior paulista. Em consonância com as atividades da capital paulistana, essa cidade guarda memórias e histórias dos primeiros comunicadores, jornalistas e publicitários que desbravaram e iniciaram essa atividade na região. Especificamente sobre os primeiros publicitários, as histórias relatadas registraram a presença de profissionais de diferentes localidades do país e o surgimento dos primeiros cursos de graduação. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo investigar as origens da profissão publicitária na cidade de Ribeirão Preto (SP), bem como a sua contribuição para o desenvolvimento do mercado regional, através das histórias e depoimentos de alguns dos primeiros publicitários, que atuaram entre o final da década 1960 e as décadas de 1970/1980. Para tanto, utilizou-se da pesquisa histórica para analisar os dados sobre o surgimento da atuação desse profissional nessa cidade, o contexto histórico da propaganda nacional e a história oral, como instrumento de coleta de dados para revelar, por intermédio dos relatos, como era o dia a dia dos primeiros publicitários, seus desafios e como a área da publicidade contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do interior paulista. A conclusão aponta para a profissionalização da área, a partir da década 1980, na cidade de Ribeirão Preto.

* Esta pesquisa foi apresentada no evento Diálogos – Encontro Científico do Centro Universitário Moura Lacerda em 2016

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da UFSCar. Mestre em Ciências (Psicologia) pela FFCLRP-USP. Publicitária, professora e coordenadora dos cursos de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Tecnólogo em Produção Audiovisual do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: carmen.just@baroademaua.br

*** Publicitária, graduada pelo Centro Universitário Moura Lacerda (Ribeirão Preto, SP). Contato: talenarufino@gmail.com

Palavras-chave: História da propaganda. História oral. Publicidade e propaganda.

Abstract: In the 1920s, the city of Ribeirão Preto (SP) registered intense movement to install the first radio stations in the interior of São Paulo. In line with the activities of the capital of São Paulo, this city keeps memories and stories of the first communicators, journalists and advertisers who pioneered and started this activity in the region. Specifically about the first advertisers, the stories reported recorded the presence of professionals from different parts of the country and the emergence of the first undergraduate courses. In this context, this study aimed to investigate the origins of the advertising profession in the city of Ribeirão Preto (SP), as well as its contribution to the development of the regional market, through the stories and testimonies of some of the first advertisers, who worked between the end the 1960s and the 1970s/1980s. For this, historical research was used to analyze data on the emergence of the work of this professional in this city, the historical context of national advertising and oral history, as a data collection instrument to reveal, through the reports, what it was like. the daily lives of the first advertisers, their challenges and how the advertising area contributed to the social and economic development of the interior of São Paulo. The conclusion points to the professionalization of the area, from the 1980s, in the city of Ribeirão Preto.

Keywords: History of advertising. Oral history. Advertising and marketing.

INTRODUÇÃO

No contexto histórico, a área de propaganda e publicidade tornou-se reconhecida de forma semelhante em todas as regiões do Brasil. Durante o final do século XIX e início do século XX, as cidades encontravam-se em um período de efervescência urbana e intensificação do êxodo rural pós-Revolução Industrial. Crescia a procura por trabalho nas indústrias, o que concatenou na formação das classes sociais e dos grandes centros urbanos, que cresciam desordenadamente (ROCHA, 2011, p. 2).

Diante desse contexto, observou-se que a publicidade brasileira, com o intuito de propagar ideias e informações sobre os proprietários e anunciantes de produtos, que se expandiram significativamente por todo o país, além de usarem cartazes de rua, painéis pintados (fixos e

ambulantes) e panfletos avulsos (*flyers*), encontraram no jornal um meio eficiente para que, tanto comércio quanto indústria e pessoas em geral pudessem transmitir informações sobre sua área de atuação e/ou mesmo o produto que comercializavam. Nas palavras de Marcondes (2002, p. 14):

Comércio, indústria e gente em geral precisavam transmitir a outros comércios, indústrias e gente em geral uma série de impressões e informações. O veículo preferencial, além da boca a boca – o mais eficaz veículo de propaganda jamais inventado – era o jornal.

Outro meio de comunicação que ganhou destaque nesse período, pode-se dizer que foi o rádio. Apesar de no Brasil o rádio ter surgido somente em 1923, quando o antropólogo Edgard Roquette Pinto (1884-1954), juntamente com o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Henrique Morize (1860-1930), fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sendo sucedida em pioneirismo pela Rádio Clube de Pernambuco, que possuía uma programação não tão erudita quanto sua antecessora e foi considerada a primeira emissora popular do Brasil. A Rádio Club, terceira rádio do estado de São Paulo, foi ao ar no dia 23 de dezembro de 1924, mas ganhou notoriedade somente em 1932: (...) *foram fundamentais para o sucesso da Rádio Club, a autorização para inserção de anúncio comercial no rádio e o aumento da potência para 50 watts* (REZENDE; SANTIAGO, 2014, p. 95). Ou, ainda, como afirmado por Simões (2006, p. 87): (...) *a propaganda em rádio começou como a de jornais, enfadonhamente enumerativa* (SIMÕES, 2006, p. 87). Isto porque, apesar do rádio possuir noticiários, crônicas, radionovelas e música, (...) *a propaganda foi tímida e em seu primeiro movimento, apenas reproduziu na nova mídia os mesmos textos desenvolvidos pelos jornais e as revistas, sem graça e sem imaginação* (MARCONDES, 2002, p. 27). Na área

técnica, o rádio trouxe o *jingle*¹, o *spot*² e o patrocínio, (...) citado sempre que o programa ia ao ar e ao longo de toda a sua duração, registrava com eficácia na mente do consumidor a imagem da marca, com simpatia e seriedade (MARCONDES, 2006, p. 28).

Entretanto, apesar de todo esse investimento à propaganda, é somente no final da década de 1950, na cidade de Ribeirão Preto, que a publicidade como atividade de mercado, ganhou reconhecimento, impulsionada pelo surgimento dos primeiros publicitários, da consolidação dos jornais e das rádios e, principalmente, da transmissão televisiva. Segundo a reportagem publicada na edição comemorativa dos 25 anos da Revista Canto do Galo³, Ribeirão Preto foi a primeira cidade do interior paulista a receber uma retransmissora da TV Tupi, criada pelo empresário Assis Chateaubriand (1892-1968):

Instalada no 8º. Andar do Edifício Bradesco, localizado na Rua São Sebastião, no centro de Ribeirão Preto, a emissora comportava um estúdio onde eram gravados todos os programas locais. Ao longo dia, a grade alternava entre conteúdo da TV Tupi de São Paulo, que exibia programação para todas as afiliadas e programação local, com conteúdo produzido em Ribeirão Preto (REVISTA CANTO DO GALO, 2007, p. 26).

A retransmissora ficou ativa até o mês de março de 1963, quando nessa data, houve um vendaval em Ribeirão Preto e, (...) o *temporal derrubou a antena da emissora, do alto do edifício, obrigando os técnicos a paralisarem as atividades* (REVISTA CANTO DO GALO, 2007, p. 26). Segundo os dados publicados na mesma matéria, foi nesse momento que os Diários Associados, organização mantenedora da Rede Tupi de Televisão, não conseguiu recuperar-se dos danos e, devido a uma forte crise financeira, encerrou as atividades da emissora na cidade. Fato esse

¹ Jingle: Mensagem publicitária para rádio, podendo ser utilizado em outras mídias eletrônicas, na forma de música em que se “canta os benefícios da marca e produto, ou serviço” (SAMPAIO, 2003, p. 348).

² Spot: Comerciais de rádio apenas com locução. (SIMÕES, 2006, p.130).

³ A Revista Canto do Galo é publicada pela APP – Associação dos Profissionais de Propaganda da cidade de Ribeirão Preto.

que não impediria os avanços na área, pois com a profissionalização das agências, na década de 1960, e com a implantação do primeiro curso superior em Comunicação Social, no início de 1970, a cidade prosperou na área e congregou retransmissoras dos principais veículos de comunicação do país, incluindo as diferentes mídias (rádio, jornal, TV e Internet) e uma ampla gama de profissionais formados nas escolas da cidade, oriundos de diferentes regiões do país, atraídos pelas possibilidades de trabalho do mercado publicitário do interior paulista.

Diante desse panorama, o presente trabalho teve por objetivo investigar as origens da profissão publicitária e suas atuações na cidade de Ribeirão Preto, segundo uma perspectiva histórica, tendo em vista as contribuições da área para o desenvolvimento do mercado regional, nos campos da comunicação e da publicidade e propaganda. Como recorte espaço-temporal foi determinado para a pesquisa o período que compreende o final da década 1960 e as décadas de 1970 e 1980, devido a consolidação da área na região e nos grandes centros urbanos.

Conjuntamente com a pesquisa histórica-bibliográfica realizada, utilizou-se da técnica de História Oral⁴, como procedimento de coleta de dados, ou melhor, de depoimentos para a identificação de detalhes como: o perfil de formação dos jovens publicitários da época, as dificuldades encontradas em exercer a atividade em um município do interior com pouca tecnologia, a escassez de recursos que impactava a finalização dos trabalhos, entre outros. Afinal, como descrito por Bloch (2011), a história oral permite o uso de fontes orais e testemunhos para acessar informações do passado que são relevantes e, apesar de não substituir outros tipos de investigação, as complementam para que possam ser levantadas diferentes versões sobre o passado e a memória histórica de um determinado período e tema específico. Para Alberti (2013, p. 38), o uso do método da história oral deve:

⁴ Essa pesquisa foi previamente aprovada pela Plataforma Brasil e seu Comitê de Ética e Pesquisa sob o No. CAAE: 53401116.2.0000.5378.

[...] ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as narrativas dos entrevistados acerca do assunto analisado. Ou mais precisamente: tais narrativas devem ser, elas mesmas, objeto de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta “como os entrevistados viam e veem o tema em questão? Ou: o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (ocupa) no contexto histórico e cultural dado?”

Nesse sentido, pode-se dizer, inicialmente, que o resgate das lembranças e histórias desses primeiros profissionais que atuaram no mercado e/ou se formaram entre as décadas de 1970 e 1980, como se verá detalhadamente ao longo deste artigo, fortaleceu o embasamento histórico e teórico deste estudo uma vez que, eles acompanharam e viveram a inserção da atividade publicitária na cidade de Ribeirão Preto, num contexto histórico de grandes mudanças da atividade publicitária no país.

Para a coleta dos depoimentos foi elaborado um roteiro contendo temas para orientar os depoentes durante a coleta de dados. A priori, foram eleitas as seguintes temáticas: a criação das primeiras escolas em nível superior da cidade de Ribeirão Preto, a importância da formação acadêmica dos primeiros publicitários, as mudanças econômicas na cidade de Ribeirão Preto no final da década de 1970 e 1980 e, a chegada das novas tecnologias. Essas temáticas surgiram a partir do levantamento do contexto histórico dessa atividade profissional na cidade de Ribeirão Preto, bem como as mudanças que a atividade publicitária passava, nesse período específico nas capitais e, em algumas cidades do interior, sobretudo do estado de São Paulo. E foi a partir dessas temáticas escolhidas é que foi realizado o contato e a seleção dos depoentes para a pesquisa.

Para tanto, e pautados no método proposto para este estudo, no primeiro momento, entrou-se em contato com a coordenação geral da

Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) que fundou há 45 anos⁵ (1971) o primeiro curso de Comunicação Social da região e foi responsável pela formação dos primeiros profissionais da área de comunicação, incluindo publicitários na região. Nessa escola foram levantados alguns nomes de professores e alunos formados nas primeiras turmas do curso. A Associação dos Profissionais de Propaganda/ Ribeirão Preto (APP) forneceu material de pesquisa referente ao contexto histórico e profissional dos publicitários ribeirão pretanos, com o envio de matérias publicadas em revistas que falavam sobre o tema história da propaganda em Ribeirão Preto.

Após esse levantamento prévio de campo foram elencados pelo menos 07 nomes de possíveis depoentes para a pesquisa. Os critérios para a seleção e contato com os depoentes foi que permanecessem trabalhando na área e que tivessem trabalhado como profissional e/ ou docente na cidade de Ribeirão Preto e região. Desses, após ligações, e envios de e-mail foram selecionados 4 depoentes que participaram dos depoimentos: 01 ex-professora das primeiras turmas do curso de Publicidade e Propaganda da UNAERP, 01 aluno formado pela primeira turma, que trabalhou na cidade e hoje vive na capital com sua própria agência de publicidade e 02 ex-alunos do curso dessa instituição que atuam no mercado publicitário e que hoje, também trabalham como docentes em cursos superiores de Publicidade e Propaganda.

Ao que se refere ao tratamento e processamento das informações coletadas, os depoimentos foram gravados e compilados na íntegra e, posteriormente, processados para elaboração deste artigo.

O PUBLICITÁRIO NO INTERIOR PAULISTA

⁵ A UNAERP completou 50 anos no ano de 2021. À época desta pesquisa a instituição tinha 45 anos de existência.

Em Ribeirão Preto, ainda no período da República Velha (1889-1930) e da *Belle Époque Paulista*⁶, surgiram jornais opinativos e partidários como o “Lucta”, o primeiro jornal da cidade e, posteriormente, o “Diário da Manhã”, um dos únicos da região a adentrar o século XX, já que os jornais da época duravam poucas edições. Ambos possuíam anúncios em seus cadernos e foram sucedidos por grandes representantes da atualidade como “A Gazeta”⁷ e “A Cidade”⁸, que também disponibilizavam espaço para anunciantes locais. Simões (2006, p. 24), por exemplo, descreve os primeiros anúncios impressos como:

Classificados, compostos nas próprias oficinas do jornal, com textos elaborados pelo redator da publicação ou mesmo pelo tipógrafo, a partir de um briefing fornecido pelo anunciante. Vinham paginados sem frisos e sem título, soltos ao rodapé da matéria redacional.

Os profissionais da época, ainda não reconhecidos como publicitários, sendo, em sua maioria, redatores dos veículos, poetas e artistas plásticos, principiavam a técnica empregada aos *layouts*⁹ que foi levada para a publicidade nos anos seguintes. Da literatura e do jornalismo, a publicidade importou o texto; do desenho e da pintura, trouxe as ilustrações – dando origem a algo diverso e novo, mas de certa forma já incorporado ao universo conhecido das pessoas (MARCONDES, 2002, p. 16).

Na década de 1950, a população de Ribeirão Preto já passava dos 90 mil habitantes e o ciclo da cana-de-açúcar movimentava a

⁶ Belle Époque: “[...] expressão do grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, momento em que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, ampliaram-se as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas. Época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade” (FOLLIS, 2003, p.14).

⁷ Segundo o site do jornal encerrou suas atividades no mês de outubro de 2014. Disponível em: <http://gazeladeribeirao.rac.com.br/> Acessado em: 25 de fevereiro de 2017.

⁸ A primeira edição de *A Cidade*, de 1905, dedicou duas de suas quatro páginas para os anunciantes da região.

⁹ Layout: Texto e ilustração de um anúncio ou peça publicitária feito pela dupla de criação para apresentação ao cliente.

agroindústria da cidade. Em 1959, foi a primeira cidade do interior paulista a receber uma retransmissora da TV Tupi, criada por Assis Chateaubriand (1892-1968), proprietário de uma das maiores redes de comunicação da época (Diários Associados) e responsável por trazer a televisão para o Brasil em 1950. A transmissão da emissora ribeirão-pretana era precária por conta da baixa infraestrutura dos equipamentos e locações. A maioria de seus profissionais não eram remunerados e trabalhavam pelo interesse que a área suscitava. A TV Tupi operava no canal 3 e, na época, “[...] não havia VT (videoteipe) as imagens iam ao ar ao vivo. São folclóricos os esquecimentos, os incidentes [...]” (MARCONDES, 2002, p. 32).

No início da década de 1960, Ribeirão Preto recebia muitos imigrantes, em sua maioria de Minas Gerais, e “consolidava-se como centro comercial, financeiro e de serviços, com destaque particular para a concentração das atividades culturais, educacionais e de saúde (PIRES, 2004, p. 3). Em 1965, os publicitários tiveram sua profissão regulamentada segundo a “Lei N. 4.680 que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências”¹⁰.

No ano de 1968, cerca de cinquenta e quatro anos depois do surgimento da Eclética¹¹, a primeira agência do Brasil, Ribeirão Preto ganhou sua primeira agência de propaganda, a Propaga, que foi fundada por Armando Sant’Anna¹² e possuía como principal cliente a

¹⁰ Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4680.htm acessada em 24 de janeiro de 2017.

¹¹ Eclética: “[...] Foram João Castaldi e Jocelyn Benaton, os profissionais e agenciadores de anúncios dos jornais impressos da época – especialmente do jornal *O Estado de S.Paulo*, os fundadores da primeira agência de publicidade que passou a funcionar na cidade e no Brasil. Sua origem jurídica é a empresa Castaldi & Benaton e seu nome funcional passou a ser “A Eclética”, que, desde o mês de maio de 1914, passou a operar profissionalmente no campo da publicidade” (QUEIROZ, 2006, p.22).

¹² Armando Sant’Anna foi fundador e Presidente da CBP – Companhia Brasileira de Publicidade e em sua longa vida profissional atendeu centenas de anunciantes. Bacharel em Direito, iniciou sua carreira como jornalista. Possui cursos de Técnica em Publicidade, de Promoção de Vendas, Comunicações, Administração de Empresas e Relações Humanas no Trabalho. Foi professor na cadeira de Administração Geral na Faculdade Barão de Mauá, em Ribeirão Preto e em grandes escolas da capital paulista. Pela sua atuação no ensino universitário recebeu a Comenda Geral Couto Magalhães (SANT’ANNA, 2001, p. 6).

Samello, empresa do segmento de calçados, da região da cidade de Franca.

Boa parte do trabalho nessa época era feito de forma manual, impressos por clichérias (oficinas responsáveis pela produção de clichês - carimbos de Zinco, Nylon, Cyrel ou Silicone usado para o tipo de impressão da época) e entregues aos jornais pelas próprias agências, que na época ainda não possuíam uma divisão concreta das atividades e das funções como atualmente. “Era uma época em que as pranchetas de desenho a tinta guache ocupavam muito espaço e consumiam muito tempo dentro do processo criativo das agências” (ROMANINI, 2006, p. 54). Os anúncios eram criados a partir de técnicas muito utilizadas nos quadrinhos e nas artes plásticas em geral. Papéis de boa absorção de fluídos com ilustrações a nanquim e bico de pena, guache e colagem, davam vida à layouts, que comportavam enormes textos descritivos e uma grande variação nos tipos textuais. As cores eram definidas a partir da mistura de tintas e as únicas referências eram revistas de artes e anuários de propaganda do exterior. Já na capital São Paulo:

Uma agência bem equipada como a Standart, no início dos anos 1950 destacava, além do “departamento de contatos” formal e compenetrado, o “tráfego” de complexas planilhas anuais, o “departamento de mídia” (SIC) manipulando toneladas de papéis e dados, os astros da criação gráfica debruçados sobre a prancheta, como o lendário Fritz Lessin e a separação solene entre o Departamento “de redação” e o “de arte” (CAMA; CAVALCANTI, 2013, p. 47).

Há poucas informações acerca das atividades da agência Propaga, assim como não foi possível identificar uma data específica para o encerramento de suas atividades na cidade. O que se sabe é que após alguns anos de funcionamento seu fundador encerrou as atividades da empresa, uma vez que estava voltando para a cidade de São Paulo, portanto não havia quem administrasse a mesma, conforme afirmou V.L.S (2016):

No final dos anos 1960 o Geraldo Gusmão que era amigo do Armando Sant'Anna veio para Ribeirão e montou a GG Propaganda, algumas pessoas que estavam em São Paulo vieram para Ribeirão para trabalhar na GG propaganda e foram também convidados a participar do início da faculdade de comunicação na UNAERP.

A GG Propaganda representou uma espécie de “berço dos novos publicitários” na cidade. Segundo Beltra (2006, p. 55 apud ROMANINI) “A GG deu grande impulso para as demais agências na cidade, ou seja, foi um grande modelo para a época. De lá saíram todos os outros donos de agências que estão no mercado até hoje”. A GG interrompeu suas atividades com a morte de seu fundador Geraldo Gusmão, em meados da década de 1970. Antes de se tornar GG Propaganda, teve como sócio Rubem Goulart de Andrade e o nome era RG Propaganda. Ainda, segundo Romanini (2006, p. 55) “a sociedade foi desfeita por iniciativa do próprio Geraldo Gusmão, que pretendia construir uma agência própria”.

Essas foram as primeiras agências da cidade, e posteriormente, dado o desenvolvimento do setor, outras foram surgindo, como por exemplo, a Pentagrama maior agência de Ribeirão Preto e região na década de 1980, com cerca de 50 funcionários produzindo em média 5 campanhas por mês, número expressivo de clientes e de trabalhos para a época. Dentre suas concorrentes estava a Impacto Propaganda atuando no setor também entre as décadas de 1970 e 1980. A seguir os depoentes enfatizam a importância do contato com o mercado desde os primeiros anos da formação universitária:

Durante a minha formação e mesmo após trabalhei na maior agência de Ribeirão Preto, a Pentagrama localizada em local privilegiado da cidade. Muitos alunos formados pela UNAERP e até mesmo profissionais oriundos da cidade de São Paulo integraram a equipe da Pentagrama (W.L.S, 2016).

No segundo ano, em 1972, comecei a fazer estágio no Diário de Notícias (Depto. De Publicidade). Ali pude não só aprender na prática como também me desenvolver. No

mesmo ano, 1972, fui contratado pela DPL Propaganda (que não existe mais). Na sequência, fui contratado pela TV Globo de Ribeirão, para criar filmes para os anunciantes da cidade e região. Isso me deu um impulso muito grande, no sentido de criar comerciais para TV (W.D, 2016).

Desde 1970 a gente percebe um mercado que vem crescendo, tanto é que nesse período veio o Ribeirão Shopping, o primeiro conglomerado de lojas e está aí até hoje. Diante disso as agências de propaganda também começaram a crescer, então surgiram várias agências. A Impacto Propaganda na qual eu trabalhei no período de 1970 a 1980, o Wagner na GG Propaganda que foi a primeira agência de Ribeirão Preto e a Impacto foi a sua grande concorrente por muito tempo (J.B.R, 2016).

Embora a atividade publicitária na cidade de Ribeirão Preto, tenha ganhado força, impulsionada pela introdução de um curso de graduação da área de comunicação, o que de certa forma direcionou o desenvolvimento profissional do setor na cidade, originando, então, as primeiras agências, o setor enfrentou anos mais tarde outro fenômeno que atingiu as agências interioranas, a chegada das novas tecnologias nos grandes centros urbanos. Nesse contexto a escassez de clientes (gerada pela falta de entendimento entre os anunciantes locais sobre a importância do trabalho do publicitário) e a falta de adequação as novas tecnologias, fez com que muitas agências fechassem as portas. Porém, as agências que se adequaram as novas tecnologias conseguiram se desenvolver:

Sem dúvidas a tecnologia contribui muito para o desenvolvimento da publicidade de modo geral, uma vez que diminuiu o tempo de espera, por exemplo, antigamente um anúncio levava uma semana ou mais para ser aprovado, já que não existia e-mail ou fax e, somente após a aprovação se dava a produção e veiculação. Sendo assim, a ideia era elaborada e encaminhada para a aprovação, mandávamos a arte para São Paulo de ônibus, e aguardávamos o final da semana para receber uma printer para aprovação. A chegada do fax, na minha opinião foi de extrema importância, pois reduziu o período de espera otimizando o trabalho dos profissionais (W.L.S, 2016).

[...] naquela época a gente trabalhava mais era tudo muito braçal, tinha o processo de criação que tem até

hoje com as duplas (redator e criador), depois o resto era tudo manual e demorava. Quando a campanha ficava pronta tinha que fazer o fotolito, para depois mandar para São Paulo para ser veiculado. Hoje fechamos o arquivo em PDF e mandamos imprimir em alta resolução com muita rapidez. Porém a remuneração na época era maior do que hoje (J.B.R, 2016).

Os avanços tecnológicos contribuíram e muito para a publicidade do interior, principalmente nas questões relacionadas a envio, finalização e aprovação das campanhas e peças publicitárias. Antes o trabalho era demorado e tudo era feito manualmente, as agências locais não dispunham de computadores. Portanto a chegada do fax, por exemplo, conforme relatado pelo depoente acima, otimizou o tempo, diminuiu a espera pela aprovação de uma campanha que antes levava aproximadamente uma semana para ser finalizada. O advento tecnológico foi importante para o crescimento e amadurecimento da publicidade na cidade de Ribeirão Preto.

[...] a tecnologia também modificou o mercado publicitário e os profissionais tiveram que acompanhar. Eu sempre procurei acompanhar essa evolução e me aperfeiçoar cada dia mais, pois é necessário. Por exemplo, por desejar evoluir decidi me desligar da Pentagrama e montar minha própria agência junto com um amigo. Sempre fui em busca de aperfeiçoamento, melhorar a cada dia, acompanhar a tecnologia. Muitos amigos e colegas de turma trabalharam comigo nas agências que tive, por isso é importante estabelecer contatos principalmente no meio profissional (V.L.S., 2016).

No final da década de 1970 o setor de comunicação na cidade de Ribeirão Preto viveu seu marco histórico, pois em outubro de 1979 a cidade recebeu a chegada da TV Ribeirão hoje conhecida como EPTV (Emissoras Pioneiras de Televisão)¹³. Nessa época as emissoras tinham um departamento comercial de produção e vídeo e as agências as

¹³ Emissoras Pioneiras de Televisão (conhecidas pela sua sigla **EPTV**) são uma rede regional e interestadual de televisão brasileira, afiliada à Rede Globo, dividida em quatro emissoras, sendo três no estado de São Paulo e uma no estado de Minas Gerais

procuravam a fim de que elas produzissem os comerciais, uma vez que ainda não existiam as produtoras de vídeo. Durante a década de 1980 a EPTV foi a única produtora na cidade. A chegada dos grupos de mídia mudou a forma de fazer propaganda, pois estimulou a produção de anúncios, que até então eram somente para jornal e rádio:

[...] para o nosso mercado publicitário foi o que aconteceu de melhor, isso significa a importância de Ribeirão Preto como polo regional, ter emissora de televisão aqui, os veículos vindos das emissoras para cá Ribeirão Preto deu uma explosão, todas as áreas principalmente para nós profissionais (J.B.R, 2016).

Romanini (2006), pesquisador, jornalista e docente, desenvolveu um dos primeiros trabalhos inéditos a respeito da trajetória das agências e dos publicitários da região de Ribeirão Preto. Segundo o jornalista:

O grande impulso para as agências de Publicidade e Propaganda ocorreu no início da década de 1980. Foram dois os acontecimentos que marcaram a trajetória da publicidade em Ribeirão Preto: a chegada de um emissora/ retransmissora de televisão e o shopping center. Com efeito, em 1980 surge a EPTV, afiliada da Rede Globo de Televisão e, em 1981, registra-se a inauguração de Shopping Center no interior e, em específico, na cidade de Ribeirão Preto. A EPTV Ribeirão gera, além da programação Rede Globo, jornalismo local, programas e eventos comunitários que integram a região. Dispõe de recursos na comercialização e veiculação dos intervalos locais/regionais (ROMANINI, 2006, p. 55).

A possibilidade de regionalização da veiculação de anúncios foi uma grande vitória para o setor, pois antes era praticamente impossível promover uma empresa local através de anúncios em TV. Os valores eram muito altos, pois dependiam de retransmissoras de outras regiões e, até mesmo das nacionais. A EPTV possibilitou essa demanda de crescimento no setor e expansão dos planejamentos de mídia para os anunciantes locais.

Única produtora na região, além de ser uma emissora, portanto a chegada da mesma mostrou uma nova oportunidade de mercado,

começaram a surgir as primeiras produtoras. Assim como a EPTV as demais emissoras, como por exemplo, a TV Bandeirantes, todas atuavam como um departamento comercial de produção, portanto com o surgimento das produtoras as emissoras deixaram de ser produtoras para atuar somente como veículo.

A EPTV naquela época, como todas as emissoras de televisão, tinha um departamento de produção comercial, e os jornais também tinham. A Clube começou com a TV Manchete e, depois virou TV Bandeirantes e, também tinha um departamento de produção comercial especializado em produção de vídeo. Isso aconteceu entre os anos de 1980 a 1990. Depois começaram a surgir as produtoras de vídeo, a FX foi uma das pioneiras, a Atômica foi depois e isso era a década de 1990 (J.B.R., 2016).

Uma característica predominante entre os trabalhos realizados pelas agências da cidade, entre as décadas de 1970 e 1980: ao serem procuradas por um cliente a agência exercia um único papel, criar para vender, ou seja, o pensamento que prevalecia entre os anunciantes era única e exclusivamente a venda, em momento algum naquela época, os profissionais pensavam em pesquisa mercadológica ou planejamento de campanha. Desse modo eram criadas pouquíssimas campanhas institucionais e predominavam as campanhas de varejo. O avanço tecnológico e a profissionalização do setor, presente nos grandes centros, além de revolucionar a publicidade promoveu uma mudança de pensamento:

Naquela época era publicidade e, agora é a comunicação e o marketing que tem que mudar tem que evoluir. Hoje as empresas se preocupam muito mais, além do que a gente pensava, e a mídia convencional é altamente questionável em todos os sentidos. Então a gente percebia que tudo precisava muda (J.B.R, 2016).

Um outro fenômeno que movimentou o mercado publicitário na região foi a chegada das filiais das grandes agências da capital, na

cidade de Ribeirão Preto, no início da década de 1980. Essas agências abriam as suas filiais para atender demandas locais de seus principais clientes nacionais ou da capital que mantinham relações comerciais e, ou filiais de suas empresas na cidade de Ribeirão Preto.

[...] o processo de parceria começou na década de 1980, pois as grandes agências das capitais conquistaram clientes globais, que passaram a atuar nos grandes centros inicialmente e que, mais tarde expandiram-se para os centros médios, com Ribeirão Preto. Dentro desse cenário, a agilidade é fundamental. Por isso as agências interioranas são estratégicas (ROMANINI, 2006, p. 64).

A trajetória percorrida pela publicidade do interior de São Paulo, especificamente na cidade de Ribeirão Preto, representa, num certo sentido, o crescimento das atividades no Brasil e no mundo e, principalmente, nas cidades de menor porte, ainda que com poucos recursos. Adequando-se à sua realidade de interior, a publicidade promoveu o desenvolvimento de cidades, talentos e novas atividades, contribuindo para os avanços econômicos, principalmente na cidade de Ribeirão Preto, em que predominava um único formato e objetivo para as agências que era vender, sem a preocupação com as questões estratégicas de permanência da comunicação. O desenvolvimento da publicidade no interior contribuiu para a mudança contínua do pensamento do empresário, no sentido de que ele passou a contratar serviços especializados de publicidade para a comunicação de seu produto ou serviço.

Durante as décadas de 1960 e 1970, as agências de publicidade de Ribeirão Preto ainda tentavam se estabilizar no mercado publicitário, adequando a demanda de trabalho e qualificação profissional, frente às necessidades de mercado e a distância dos grandes centros. Romanini (2006, p. 55) afirmou que "nesse período praticamente não existiam trabalhadores qualificados na cidade, isto é, os publicitários vinham de fora ou os profissionais formavam-se em grandes centros, como São Paulo, e depois regressavam". Esse cenário rapidamente foi alterado,

principalmente pela possibilidade de formação superior na região e, mais especificamente no curso de Comunicação Social da UNAERP. Sobre a falta de planejamento nas agências de publicidade da cidade, Romanini (2006, p. 53) também afirmou que “não havia a preocupação em perpetuar a agência, formar e preparar um sucessor: as funções e os departamentos não existiam. Predominava a visão amadora”.

OS PRIMEIROS PUBLICITÁRIOS E O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS

Embora a cidade de Ribeirão Preto tenha reconhecimento e importância no cenário publicitário, não possui fontes e referências históricas que tenham registrado essa trajetória de modo a estabelecer as origens da profissão publicitária na cidade, e sua importância para o desenvolvimento do mercado regional. As fontes consultadas para esse trabalho se relacionam mais ao desenvolvimento do mercado publicitário, do que sobre a formação e início da atividade profissional.

Relatos dos primeiros profissionais e especialistas da área, formados (ou não) pelas primeiras escolas que foram criadas na cidade e na região, determinam que o panorama da publicidade em Ribeirão Preto teve seu início em 1970, sendo marcado pela presença de profissionais oriundos dos grandes centros, e até mesmo de profissionais sem formação acadêmica. Nesse contexto, o que predominava entre os profissionais que já atuavam no mercado local era de que não havia preocupação com a formação teórica e acadêmica, bastava a prática, *não achava importante ter o curso de comunicação nem ser formado para isso, o mercado não exigia, então a gente não tinha essa necessidade* (J.B.R, 2016).

A graduação em publicidade, desde a implantação dos primeiros cursos, no final da década de 1950 no Brasil, forma profissionais com o título de Bacharel em Comunicação Social habilitação em Publicidade e Propaganda. A primeira escola surgiu no mês de outubro de 1951,

quando foi fundada a Escola de Propaganda do Museu de Arte de São Paulo, sob a coordenação de Rodolfo Lima Martensen (1915 – 1992), radialista e publicitário, e com o apoio de Assis Chateaubriand. Assim descreve Simões (2006, p. 162):

O curso iria funcionar no ano seguinte com as seguintes matérias: Psicologia, Elementos da Propaganda, Técnica de Esboço (layout), Arte Final, Produção e Artes Gráficas, Redação, Rádio/Cinema/ Televisão, Mídia, Estatística (Pesquisa de Mercado) e Promoção de Vendas. [...] A filosofia da básica se prendia à ideia de quem ensinava era quem sabia fazer.

O ensino de Propaganda no Brasil ganhou ênfase a partir de 1969 quando surgiu “a legislação criadora dos cursos de Comunicação Social no país. Durante essa década foram abertas cerca de 60 faculdades [...]” (SIMÕES, 2006, p. 190).

Carente de mão de obra especializada nos setores da comunicação, assim como de instituições que oferecessem esse tipo de capacitação, Ribeirão Preto era uma cidade promissora para o desenvolvimento do mercado publicitário, devido ao seu porte e economia regional. Dessa forma, no ano de 1971 a cidade deu um grande passo em termos de conhecimento e aprimoramento, a partir da introdução de uma faculdade especializada na formação da área que fomentou o interesse pelo mercado na Região, a fim de que houvesse mão de obra especializada, uma vez que, se tratava de um segmento totalmente novo. A UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto), foi a primeira instituição a integrar a sua grade de cursos, o primeiro curso superior de Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda, da região. A partir desse momento a cidade tornou-se também formadora de profissionais publicitários, e já não seria tão necessário buscá-los em outras cidades, da mesma forma que não seria necessário sair da cidade em busca de formação. Ribeirão Preto tornou-

se produtora e acolhedora de jovens publicitários, oriundos de diferentes cidades da região e, de todo o país.

A introdução de uma faculdade especializada na formação da área fomentou o interesse pelo mercado na região a fim de que houvesse mão de obra especializada, embora já tivessem profissionais sem formação atuando na área, assim como a presença de profissionais oriundos dos grandes centros representando o fortalecimento do segmento na cidade (V.L.S, 2016).

No final da década de 1960 e nas décadas de 1970 e 1980, as disciplinas de formação específica do publicitário começavam a ser ministradas, apenas no 2o. ano do curso. Antes o graduando recebia uma “formação básica” na área das Ciências Humanas, conforme relata o depoente W.D. (2016) e, somente depois:

Tínhamos as matérias pertinentes a um curso de comunicação. Os dois primeiros anos foram básicos. A partir do terceiro ano, as pessoas eram direcionadas para suas áreas preferidas. Escolhi Publicidade e Propaganda. Mas teve gente que escolheu jornalismo, por exemplo. Tínhamos aulas teóricas e práticas. Fizemos estágios em agências de publicidade, jornal, rádio, etc. Inclusive tínhamos estágio na Rádio Renascença (na época a emissora era de propriedade do Grupo UNAERP). No corpo docente, tivemos pelo menos 3 professores que vinham de São Paulo para dar aulas (W.D 2016).

O que a gente percebe, a grade, ou seja, a “espinha dorsal” do curso de comunicação não mudou muito. Eu tive a disciplina de Introdução a Publicidade e Propaganda, Teoria Geral da Comunicação, tive Psicologia da Comunicação, extremamente necessária e Antropologia Cultural (J.B.R, 2016).

Embora a *espinha dorsal do curso de comunicação não mudou muito* (J.B.R., 2016), comparado as grades e disciplinas atuais, o aluno formado nas primeiras escolas, conforme relatado acima, era submetido a matérias de ciclo básico, e somente a partir do 3º ano de faculdade desenvolvia atividades específicas para a área de Publicidade e

Propaganda. A adoção do ciclo básico¹⁴ na formação do publicitário foi planejada visando garantir ao profissional embasamento teórico, para que dessa forma ele estivesse apto a utilizá-lo em seu dia a dia profissional, calcando suas tomadas de decisões baseadas nesse conhecimento e desenvolvendo o espírito crítico. Para uma das professoras, das primeiras turmas do curso, formada em Ciências Sociais, a importância da formação em humanidades era porque:

Não é um curso técnico, é necessário o embasamento teórico, o aluno tem que saber de onde veio para onde vai e porque, as coisas não surgem do nada tem uma razão de ser, portanto a teoria, as disciplinas humanas são essenciais uma vez que, o profissional tem que saber o que está fazendo e o que levou a chegar ali. Importante entender que houve um estudo para se chegar a determinada conclusão, técnica, conhecimento, embora naquela época assim como hoje os alunos não gostassem da teoria, eu lecionava Sociologia Geral e o negócio deles era a prancheta, ainda não tinha o computador, eles queiram chegar e ir direto para a prancheta (M.M 2016).

Nos últimos anos, acadêmicos e profissionais da área tem discutido sobre conteúdos e reciclagem dos temas e disciplinas abordadas em cursos superiores de Comunicação Social. Existem diferenças entre regiões e cidades quanto a ênfase na formação do graduando, porém os desafios atuais da profissão têm motivado os estudiosos a analisarem uma retomada de conteúdos específicos de formação do campo da Comunicação, que em alguns momentos, foi substituído pela formação mais técnica:

Na formação do profissional de marketing e comunicação social, por exemplo, existem diferenças nos projetos pedagógicos das escolas, ocasionando variações no tipo de formação oferecida. Alguns cursos contemplam em sua grade as disciplinas de formação mais técnicas

¹⁴ O chamado "Ciclo Básico" era uma exigência do CNE – Conselho Nacional de Educação. As diretrizes curriculares da área da Comunicação Social e suas habilitações foram homologadas pela primeira vez no Brasil, no ano de 1962, pelo MEC. À época, o Conselho Federal de Educação fixava um currículo mínimo para os cursos superiores e cabia às IES – Instituições de Ensino Superior transformarem esse currículo em pleno, incluindo outras matérias para a formação profissional (MOURA, 2002)

(aquelas que fazem parte da formação específica do profissional de marketing e comunicação) o que diminui, em alguns casos, a carga horária das disciplinas de formação humanista, entre elas: a sociologia, a filosofia e a ética, podendo reduzir, também em algumas situações, o desenvolvimento da capacidade crítica desse profissional. As orientações para os conteúdos programáticos desses cursos são regidos pelos parâmetros curriculares nacionais dos cursos de Comunicação Social¹⁵. As normas curriculares datam do ano de 2002 e, portanto, há doze anos não sofrem mudanças significativas em sua forma e estrutura. Já os cursos específicos de marketing de graduação tecnológica possuem uma grade curricular mais atualizada, mas priorizam a formação mais estratégica e gerencial e não se aprofundam nas disciplinas de formação humana (JUSTO; MASSIMI, 2014, p. 28).

Nesse contexto é importante destacar que ao longo dos últimos 25 anos, mais especificamente a partir do início do século XXI, os profissionais publicitários passaram a buscar formações mais técnicas nas escolas de comunicação. Isso foi reflexo de uma necessidade de adequação das escolas e conteúdos curriculares ao desenvolvimento tecnológico, com destaque para o avanço do meio digital, que motivou um remanejamento nos conteúdos programáticos das graduações para atender as novas demandas. Porém, o que se vê é que, a adequação das escolas provocou um certo esvaziamento da formação humana e crítica, tão necessárias a formação do profissional em comunicação social. Isso tem sido debatido entre os profissionais da área para que, se enfatize mais a formação humana e teórica do graduando, sem deixar de enfatizar a formação técnica. Na década de 1970, quando surgiram os primeiros cursos reconhecidos pelo MEC, já existia essa preocupação sobre o “algo mais” que a universidade pudesse oferecer, já que o profissional em publicidade e propaganda, não precisava de formação superior para atuar na área:

¹⁵ Parecer CNE/CES no. 492, de 3 de abril de 2001. Retirado do World Wide Web: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> acessado em 5 de abril de 2014.

Procuravam conhecimento além da formação prática, alguns já trabalhavam, porém sentiam a necessidade de algo mais do que saber fazer, formaram-se profissionais muito bons atuando até hoje no mercado. Alguns aqui em Ribeirão, outros em São Paulo, profissionais conhecidos que fizeram belas carreiras, vez ou outra fico sabendo notícias de alguns (M.M, 2016).

É muito importante ter embasamento teórico para direcionar as tomadas de decisões, o profissional deve aliar teoria à prática, embora haja certa resistência dos alunos em receber o ensino humanístico, noto isso já que leciono matérias mais técnicas (V.L.S., 2016).

Através dos relatos também se identificou que o desenvolvimento do mercado publicitário no país e no mundo, refletiu diretamente na atividade profissional dos primeiros publicitários do interior paulista. As primeiras gerações de jovens publicitários enfrentaram o surgimento de um novo cenário, pautado no avanço das comunicações, favorecidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico e da inserção do Brasil, na economia mundial.

As décadas de 1970 e 1980 foram significativas no contexto da atividade publicitária brasileira, e isso influenciou a formação acadêmica e profissional dos jovens:

No final dos anos de 1970 e dos anos de 1980, a propaganda experimentará sua fase de ouro, do ponto de vista da imaginação e da originalidade. Vai destacar-se na cena internacional para, anos depois, ser considerada como uma das três mais criativas do mundo. [...] Em 1974, o Brasil ganhará pela primeira vez um Leão de Ouro, prêmio de destaque do Festival de Cannes (com o comercial "Homem com mais de 40 anos", de Washington Olivetto, na DPZ, na época) (MARCONDES, 2002, p. 48).

No relato dos depoentes, a repercussão da propaganda brasileira no cenário mundial, favoreceu o desenvolvimento regional da área.

A propaganda mudou, como mudou também o perfil do consumidor. A propaganda vem evoluindo junto com o consumidor, porque hoje a gente faz uma análise mais precisa, pois o consumidor é mais exigente e consciente de seus direitos. Naquela época tínhamos apenas

propaganda de varejo, pouquíssimas campanhas institucionais, por exemplo (J.B.R., 2016).

Evoluiu bastante, se profissionalizou. Hoje você pode ver agências interioranas sendo premiadas em nível nacional (W.D., 2016).

Tudo, na atividade publicitária hoje está relacionada aos princípios do Marketing – quem eu sou, para onde quero ir, se eu não sou conhecido, e como me tornar conhecido, através de um planejamento. A publicidade nesse contexto fez com que muitas empresas crescessem demais (J.B.R., 2016)

A chegada de grandes empreendimentos imobiliários e a abertura de um shopping center na cidade de Ribeirão Preto, foram fundamentais para o fortalecimento da área publicitária como atividade profissional reconhecida por empresas e empresários:

Naquela época tinha três empresas de grande porte no varejo que era as lojas A Modelar, concorrente do Magazine Luisa, que também veio da cidade Franca para cá. Na área de construção civil não tinha os home centers que tem hoje, era o depósito Estrela do Oeste que vendia bastante para a região inteira e tudo naquela época era feito pensando nas vendas. Nós criávamos campanhas de varejo. Depois do surgimento do Ribeirão Shopping a região no entorno cresceu muito grandes empreendimentos imobiliários vieram para cá. A construção civil deu um grande salto (J.B.R., 2016).

O contato diário com o corpo docente e os colegas deixou nesses primeiros profissionais um legado de amizade e de experiências únicas. Alguns lembram com carinho de momentos especiais e dicas dos docentes que ficaram marcadas para sempre em suas lembranças:

São muitas as lembranças, mas destaco uma em especial. Tínhamos um professor de redação que vinha de São Paulo para dar aulas. Dentre outras coisas ele falava sobre o mundo da propaganda, como era o trabalho nas agências, o glamour, etc. E falava também sobre os prêmios para os publicitários. E tinha um que ele citava muito: Clio Awards. O Clio, na época, era considerado o Oscar da Propaganda, ou seja, era super desejado pelos

publicitários de todo o planeta. Anos mais tarde, trabalhando na MPM Rio (a MPM era a maior agência de propaganda do Brasil naquela época) não é que ganhei o meu primeiro Clio!!! Foi uma emoção muito grande receber o prêmio em Nova York. No palco, me lembrei do professor e chorei, feito criança. (W.D, 2016).

Alguns desses primeiros publicitários formados na cidade de Ribeirão Preto, tornaram-se professores na própria UNAERP e nos outros cursos que foram surgindo na cidade e região e contribuíram para a consolidação da área organizando eventos e concursos universitários:

Um profissional deve contribuir com seu trabalho, acredito que minha maior contribuição foi a idealização do Festin – Festival Universitário do Interior, juntamente com a APP Ribeirão. O concurso foi uma forma de promover o encontro entre profissionais e estudantes da área para troca de conhecimentos, experiências e momentos de aprendizagem. No primeiro evento realizado foram pouquíssimas pessoas. Com o passar dos anos tornou-se um evento com aceitação do público (J.B.R, 2016).

Esse encontro universitário está em sua 20ª. Edição (2021) e reúne todos os anos profissionais e estudantes. Atualmente estão em funcionamento na cidade de Ribeirão Preto os cursos de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Barão de Mauá, UNIP- Universidade Paulista, Centro Universitário Moura Lacerda, Universidade Estácio e UNAERP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do surgimento da atividade publicitária na cidade de Ribeirão Preto foi motivado pela escassez de documentos e registros históricos, principalmente nas escolas que formam esses profissionais na cidade. Esses registros foram encontrados apenas em poucos documentos acadêmicos e, através de matérias produzidas pela revista Canto do Galo, editada pela APP – Associação dos Profissionais de Propaganda de Ribeirão Preto.

No contexto da formação dos profissionais e jovens graduandos, a recuperação de fontes e estudos históricos tem sido abandonada pelas reformulações acadêmicas que passam as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais. Do ponto de vista da formação profissional pouco se dá importância para a formação humana e crítica dos jovens graduandos e, isso se reflete cada vez mais na formação profissional de diferentes áreas.

Nos cursos de Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda isso ficou mais evidente, a partir do século XXI com as novas tecnologias. O mercado passou a exigir um profissional com formação técnica, mas também com formação teórica, fundamentada nas teorias da comunicação, nos temas que envolvem a sociologia, estética e história. Apesar de ainda ser uma disciplina que não tem um lugar privilegiado nas grades curriculares dos cursos de comunicação social, a área dos estudos históricos oferece a possibilidade aos jovens e docentes entenderem de forma mais completa as origens de sua área de atuação e a sua importância para o contexto social e econômico das regiões onde atuam. As atividades do presente somente têm sentido se os profissionais entendem como se originaram, em que contexto e situação do passado. O historiador Dosse (2012, p. 4) afirma:

Para além da atual moda comemorativa, sintomática da crise do horizonte de expectativa de um presente marcado pela ausência de projeto de nossa sociedade moderna, a disciplina histórica é convidada a reatar com os imperativos do presente. [...] convida o historiador a reabrir as potencialidades do presente a partir dos possíveis não comprovados do passado. A função da história permanece viva, portanto, o luto das visões teleológicas pode tornar-se uma oportunidade para repensar o mundo de amanhã.

Desse modo partimos do princípio, nesse estudo de que era necessário identificar o contexto de surgimento da área na cidade de

Ribeirão Preto, além dos profissionais, estudantes e acadêmicos que vivenciaram a chegada dessa profissão na cidade, pensando nas transformações que a área tem passado nos últimos anos. Ao descobrir fatos interessantes sobre a história da profissão na cidade, bem como falar com profissionais formados na região que vivenciaram as mudanças e consolidação da área, entendeu-se a importância da continuidade da profissão e do legado que a área ofereceu para a economia e desenvolvimento regional.

Esse estudo permitiu que fosse contada a história e origem dos primeiros publicitários do interior de São Paulo, com ênfase para a cidade de Ribeirão Preto de modo a preencher algumas lacunas que os poucos dados históricos, existentes até o momento deixaram, desvendando parte de uma história, a fim de resgatar memórias e lembranças, por meio do método da História Oral, utilizando relatos de pessoas que viveram esse período, e estiveram direta ou indiretamente ligadas com a consolidação das atividades publicitárias no interior de São Paulo. Para auxiliar no levantamento de dados e informações, foi de extrema importância identificarmos profissionais da propaganda na cidade que pudessem através de suas experiências e recordações, delinear o cenário publicitário em Ribeirão Preto no final da década de 1960 e das décadas de 1970 e 1980, período que foi identificado, através dos relatos e dados levantados, ter sido o início do mercado publicitário na cidade. A atividade começou timidamente impulsionada pela presença de profissionais oriundos dos grandes centros, a instauração de um curso superior para a área das comunicações e a chegada das grandes empresas de comunicação, entre elas uma grande emissora de televisão.

Cada depoimento e encontro com os depoentes representou um momento único de conhecimento, oferecendo a possibilidade de conhecer fatos e histórias, ligados ao dia a dia da atividade profissional em consonância com o desenvolvimento da área em nosso país e região. Aqui destacam-se os problemas enfrentados pelos primeiros

profissionais para realizar uma campanha, a falta de recursos financeiros e a falta de tecnologia. A chegada das primeiras agências na cidade, entre elas Propaga e GG Propaganda representaram o início da atividade profissional trazendo publicitários da capital para atuar na cidade e região e, num certo sentido, inserindo a cidade de Ribeirão Preto no contexto do mercado publicitário nacional. Outro destaque foi a chegada da EPTV que revolucionou o modo de se fazer propaganda no interior, lembrada por todos os depoentes como um dos marcos da Publicidade e Propaganda de Ribeirão Preto.

Esse trabalho não se encerra aqui, pois entende-se que os estudos históricos são necessários para a formação e continuidade da atividade profissional do publicitário. Porém, abre a possibilidade para outros estudos mais específicos sobre as agências e mercado da comunicação que abrange, além destas, as empresas de TV, Internet, Rádio, Jornal, Gráficas, Produtoras entre outras. Todas fazem parte desse contexto e, surgiram, no interior paulista na mesma época que se desenvolveu esse mercado no contexto nacional. A cidade de Ribeirão Preto, pelo porte, localização estratégica e contribuição para o desenvolvimento regional e estadual figura como uma das regiões que congregam um grande número de empresas da área da comunicação, publicidade e propaganda e marketing, além de escolas de formação específica.

Notas: Abaixo a relação de cada depoente segundo a sua atividade profissional, formação acadêmica e sigla do nome:

- V.L.S – publicitário, professor universitário, graduado no ano de 1980, na UNAERP. Atualmente exerce a atividade profissional de docente do ensino superior, nas áreas de criação e direção de arte e, atua também como profissional de criação;

- J.B.R – publicitário, professor universitário, graduado no ano de 1984, na UNAERP. Atualmente exerce a atividade profissional de docente do ensino superior, na área de mídia e, atua também como profissional de marketing;

- M. M – formada em ciências sociais pela Universidade Federal de Recife, atuou durante aproximadamente trinta anos como professora universitária, lecionando a disciplina de Teoria da Comunicação no curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e

propaganda, atualmente se aposentou de suas funções como professora;

- W. D – publicitário e jornalista, graduado no ano de 1974, aluno da primeira turma da UNAERP. Após passar por diversas agências de renome no país, atualmente exerce a profissão a frente de sua própria agência na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BLOCH, M. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMA, L. A.; CAVALCANTI, P. **Não conformistas, dissidentes e rebeldes: 80 anos de Standart + Ogilvy no Brasil**. São Paulo: Prêmio, 2013.

CHIAPPETTA, R. (Org.). **Propaganda brasileira**. São Paulo: Brasileira - Rede Sesc Senac de Televisão; Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, 2004. 1 DVD (100min).

DOSSE, F. **A história**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FOLLIS, F. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GIGLIO, Z. G; SIMSON, O.R.M. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: NERIA, A. L. (Org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

JUSTO, Carmen Sílvia Porto Brunialti. **Psicologia, marketing e experiência elementar: implicações para o desenvolvimento do conceito de consumidor**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

MARCONDES, P. **Uma história da propaganda brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PIRES, J. M. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: HASSE, G. (Org.). **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. p. 179-191.

QUEIROZ, A. Primórdios da publicidade na cidade de São Paulo e o pioneirismo de João Castaldi. In: QUEIROZ, A.; GONZALES, L. (Org.). **Sotaques regionais da propaganda**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

ROCHA, P. M. Jornalismo regional: transformações históricas e profissionalização da carreira. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, Unicentro, Guarapuava, 2011.

ROMANINI, M. G. A História da Publicidade e Propaganda em Ribeirão Preto. In: QUEIROZ, A.; GONZALES, L. (Org.). **Sotaques regionais da propaganda**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 51-67.

SANTIAGO, G. **PRA-7: a primeira rádio do interior do Brasil**. Ribeirão Preto: Geraldo José Santiago, 2014.

SILVA, A. C. B. **Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão**. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

SIMÕES, R. **A propaganda no Brasil: evolução histórica**. São Paulo: ESPM, 2006.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

No terreno normativo da modernidade

Autor

Felipe Ziotti Narita

Ano de publicação

2021

Referência

NARITA, Felipe Ziotti. No terreno normativo da modernidade. **Transições**,
Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 21/05/2021
Aprovação: 29/06/2021

NO TERRENO NORMATIVO DA MODERNIDADE*

THE NORMATIVE TERRAIN OF MODERNITY

Felipe Ziotti Narita**

Resumo: O texto desenvolve um painel conceitual da modernidade, entendida como uma consciência histórica que articula promessas e discursos de emancipação (progresso, razão, etc.) tensionados em sua efetivação. Revisito algumas chaves teóricas a fim de articular a teoria social às linhas de força que constituem parâmetros capazes de balizar temas como a razão instrumental, a crítica, a autonomização das relações de mercado, o novo e a técnica. A modernidade não é apenas uma descrição da estrutura social, mas uma *atitude* em relação aos valores e aos ritmos históricos de transformação. Ao instituir um terreno normativo em que os valores são legitimados e tensionados pela experiência histórica, soçobram os impasses de um projeto inacabado que permanece no horizonte da crise contemporânea.

Palavras-chave: Modernidade. Crítica. Crise. Transição. Mudança social.

Abstract: This paper offers a conceptual framework that deals with modernity, conceived as a historical consciousness that comprises discourses of emancipation (progress, reason, etc.) that are tensioned in their effort at actualization. The paper discusses the main approaches of social theory with themes like instrumental reason, critique, the autonomization of market relations, the new and technique. Modernity is not only a description of the social structure, but rather it is embedded in an attitude regarding values and the historical pace of transformations. With the institution of a normative terrain where values are legitimated and tensioned in light of the historical experience, the impasses of an unfinished project remain on the horizon of the contemporary crisis.

Keywords: Modernity. Critique. Crisis. Transition. Social change.

* Este artigo foi desenvolvido a partir da minha fala de abertura em um encontro de fenomenologia da sociedade contemporânea na FFCLRP-USP, realizado entre 16 e 18 de dezembro de 2020. O título da conferência era "Modernidade: sobre a gênese e as vertigens de um projeto inacabado". Registro meus agradecimentos aos pesquisadores que assistiram à exposição e apontaram temas importantes para a pesquisa.

** Realizou pós-doutorado na USP e na UFSCar e doutorado na UNESP. Docente da graduação e da pós-graduação. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Juventude e Educação da USP, da Research Network on Dialectics & Society, do Historiar (CNPq) e do Núcleo de Pesquisa em Ética, Filosofia e Teoria Social da UNESP. Contato: felipe.narita@baraodemaua.br

O presente texto analisa alguns parâmetros relativos à formação da modernidade. Trata-se de uma visão de conjunto, ou seja, entendo a modernidade como um processo que desdobra linhas de força, aceleradas a partir dos séculos XIX e XX, conformando nossa condição histórica. A proposta consiste em desdobrar problemas da teoria social contemporânea à luz de preceitos formativos e de contradições internas ao campo do moderno. Em vez de uma tese monográfica, baseada em recortes temáticos muito especializados, o texto aposta em um painel crítico capaz de organizar uma constelação conceitual e destrinchar elementos heterogêneos, por vezes dissonantes, que compõem o quadro da modernidade como força normativa, ou seja, atitudes e valores (incorporando promessas) que nos interpelam como sujeitos do processo histórico.

A abordagem enfatiza que estamos *no terreno normativo* da modernidade, pois suas categorias reivindicam força reguladora das experiências sociais contemporâneas. A preposição “no” realça que falamos ainda *de dentro* da modernidade. Na teoria social, especialmente após o giro pós-moderno (SUSEN, 2015) (preocupação tornada *mainstream* dos anos 1980 e 1990, mas um pouco em desuso atualmente), minha insistência de que ainda nos situamos no terreno da modernidade certamente é passível de muitos questionamentos. Então estou tratando de teses abertas a contendas e discussões.

A exposição tenta contemplar o problema da gênese e da vertigem de um projeto inacabado. A gênese realça as condições de emergência da normatividade de valores, ao passo que a vertigem diz respeito ao tensionamento das promessas. A proposta consiste em uma dupla preocupação: (1) situar algumas balizas formativas do discurso da modernidade, escavando temas que se estendem aos séculos XVIII e XIX, e (2) pensar as contradições internas às promessas da modernidade como sinais da incompletude de um discurso que, indicando horizontes de desenvolvimento, entrega também impasses e fraturas.

Esse ângulo anuncia alguns pressupostos caros ao texto. A modernidade carrega promessas. Isso implica reconhecer que alguns referentes do horizonte do mundo moderno são elementos de forte capilaridade sociocultural para que sejam legitimados como promessas coletivas. O progresso, como confiança em uma temporalidade desenvolvimentista, acumulando realizações e indicando uma perspectiva de emancipação em relação às carências, é um desses registros. O imaginário da sociedade industrial, construída a partir da segunda metade do século XIX, foi torneado pelas promessas do progresso como modernização social, ou seja, evolução técnica e aperfeiçoamento moral (ARON, 1962; NARITA, 2020).

Diante dessas questões, o presente texto não tem qualquer pretensão de estabelecer uma visão determinista dos processos. O propósito, antes, consiste em explorar linhas destrinchadas pela teoria social a fim de uma aproximação a uma visão de conjunto do problema da modernidade. Os pressupostos normativos da modernidade serão discutidos conforme cinco direções: (1) a emergência de uma noção de *crítica* que reconhece a atualidade como problemática; (2) a noção de progresso como um registro temporal que, na esteira do iluminismo, indica uma consciência histórica da aceleração e do desenvolvimento material extraído unicamente da agência humana na história; (3) a questão da técnica, por meio do qual o mundo se torna manipulável e disponível para a expansão da razão instrumental; (4) a subjetividade como promessa do autodomínio e da racionalidade que legitima a dominação da natureza e dos indivíduos, sujeitando-os à adaptação em relação aos processos produtivos; (5) a autonomia, que carrega um forte senso de individuação e de valorização do indivíduo sobre as determinações coletivas sedimentadas nas tradições.

Esses conceitos carregam valores incorporados em atitudes diante da modernidade, articulando horizontes de emancipação. A modernidade é um discurso desenvolvimentista pois implica um depuramento

das formas sociais, ou seja, um melhoramento mundano incrementado pela autonomia subjetiva nas intervenções na história, dissociando as imagens de mundo tradicionais que prescreviam estabilidade e conformação em relação à autoridade de uma tradição fiada pelos costumes ou pela religião. Então há uma desagregação de um sentido único instituído no mundo na vida, dissolvendo vínculos que conferiam coesão moral às formações sociais. Por isso, a modernidade torna a atualidade um campo de experiências problemáticas.

A ATUALIDADE COMO PROBLEMA

Em um de seus últimos cursos, em janeiro de 1983, Michel Foucault (2008) encaminhou uma reflexão – parcialmente publicada em dois artigos em 1984 – sobre a modernidade como uma consideração do presente em sua “pura atualidade”. Trata-se da ponta final da longa indagação do filósofo francês, aberta pelo menos desde *Subjectivité et vérité* de 1980, sobre os modos de ser do sujeito (os processos de subjetivação), ou seja, os parâmetros históricos a partir dos quais o indivíduo é construído como sujeito. Sintomática, aliás, é a referência maior dessa preocupação foucaultiana em Kant, especialmente o artigo “O que é o esclarecimento?” de 1784. Se um dos eixos da reflexão kantiana é a relação entre o *savant* e o público (FOUCAULT, 2008, p. 9), uma atitude fundamental da modernidade está implícita na preocupação de Kant: trata-se de uma indagação sobre a constituição do presente como “situação histórica determinada” (FOUCAULT, 2008, p. 13). Em outras palavras, *a atualidade se torna um problema* na medida em que é tematizada como um tipo de indagação sobre a história que não está contida no acúmulo de um processo temporal visado (representado historiograficamente) pelo presente. Não se trata, portanto, de uma reflexão historiográfica delimitada a um conhecimento retrospectivo. Antes, a questão é deslocada para pensar como o presente, *ao qual*

estamos sujeitos e no qual estamos engajados, é portador (porteur) de sentidos que ajudam a desvelar criticamente sua posição diante da história.

Tomo a liberdade de um rápido excuro sobre o próprio texto kantiano a fim de desenvolver essa abordagem. A indagação direcionada pelo *savant* ao público condiciona uma função específica da atividade intelectual: a intervenção. No caso, uma posição diante dos impasses do presente em relação aos deveres do esclarecimento. A intervenção intelectual reivindica uma reforma nos modos de pensar (*Denkungsart*) para garantir autonomia subjetiva, entendida como liberdade no uso público da razão, contrapondo os pequenos signos do processo de esclarecimento à ilusão de progresso depreendida de grandes eventos – como uma revolução – que, sem alterar efetivamente nosso modo de ser, apenas substituem os velhos preconceitos (*Vorurtheile*) por novas formas de dominação que iludem a turba (*Haufens*) destituída de pensamento (*gedankenlosen*) e reiteram a irrealização do esclarecimento (KANT, 1968, p. 36). A questão, portanto, é menos o grande evento histórico que reivindica a descontinuidade do que a relação dos sujeitos com a condição presente inscrita nas entrelinhas dos signos (os pequenos eventos) que formam a atualidade. Como depreender o sentido dessa condição da atualidade, como destrinchar a historicidade, é a tarefa da modernidade. O pequeno texto de Kant indica um modo por meio do qual o pensamento interroga sua própria atualidade, reivindicando o espaço fraturado do presente como domínio de ação.

Por outro lado, e aqui reside a percepção moderna da atualidade como problema, ao rechaçar a vigência de uma “época esclarecida” (*aufgeklärte Zeitalter*) e afirmar uma “época de esclarecimento” (*Zeitalter der Aufklärung*) (KANT, 1968, p. 40), a atualidade é um processo, é uma condição da qual o discurso faz parte e em relação à qual ele se situa. A condição de uma “época em esclarecimento” não deixa de ser

sinal de uma autoconsciência capaz de se diferenciar culturalmente do passado e, sobretudo, apostar no futuro a partir de um horizonte de emancipação. As épocas carregam um dever histórico baseado na garantia da ampliação (*erweitern*) dos conhecimentos para a depuração (*reinigen*) dos erros e para o progresso sempre maior (*weiter zu schreiten*) no sentido do esclarecimento (KANT, 1968, p. 39). Liberdades civis, uso da razão e autodeterminação por leis costumavam as promessas de autonomia e cifravam nos signos do presente a justificativa para sua atualização no aperfeiçoamento da vida subjetiva e institucional. Essas promessas mapeiam as perspectivas do esclarecimento, de modo que, enfatizando a necessidade histórica e questionando o porquê de suas irrealizações, indicam as fraturas na atualidade.

No artigo de 1784, Kant desloca os problemas clássicos da origem e da finalidade do processo histórico presentes em outros pequenos textos, como "A história universal de um ponto de vista cosmopolita" (de 1785) e "Começo conjectural da história humana" (de 1786), ao inserir a atualidade na consecução de um dever histórico, exigindo engajamento do *savant* com o esclarecimento (signo do progresso moderno). A atualidade à qual o *savant* se dirige, pensando-a em um horizonte comum entre o escritor e seus públicos, sugere a intervenção sobre o presente como a necessidade de esclarecimento em relação a uma condição que represa as potencialidades de emancipação. O presente é uma dobra: a reflexão sobre a atualidade opera sobre a diferença instituída pelo hoje diante da história, indicando o motivo de uma reflexão (FOUCAULT, 2004, p. 1387) em que os conceitos filosóficos são recuperados e tem sua validade tensionada à luz do compromisso com a atualização das necessidades de época no presente (incorporadas em promessas da razão).

Por isso, se esse pequeno excursus estiver adequado, o presente se torna digno da reflexão filosófica não apenas em função da operacionalidade dos grandes conceitos do discurso de emancipação da

modernidade (expressos nas obras maiores do criticismo kantiano a partir da autonomia subjetiva, uso público da razão, progresso, liberdade de pensamento, etc.), mas em função de ter se tornado suficientemente problemático para exigir uma justificativa do pensamento e impelir a ação no sentido da crítica dos processos sociais que bloqueiam a emancipação. Nesse sentido, talvez aqui esteja o passo decisivo, a promessa de emancipação da modernidade é garantida unicamente pela agência subjetiva – por uma *atitude*, pela intervenção na história, ou seja, no *presente*. A atualidade dispõe os signos com as quais seu dever diante do processo histórico tenta ser justificado, incorporando valores alinhados com essa realização.

Retornando ao *insight* de Foucault (2008, p. 30-31), o discurso filosófico sobre a modernidade interpela o presente como uma *surface d'émergence*, de modo que a intervenção pública engajada com o esclarecimento dos sinais de época já é o empuxo de uma atualidade em relação à qual os conceitos *devem* se posicionar. A modernidade, aqui, indica uma atitude: não se trata de uma época, tampouco de um recorte cronológico, mas de um *modo de relação* com a atualidade (FOUCAULT, 2004, p. 1383). Essa perspectiva desfaz dualismos decorrentes de divisões estritas na discussão sobre a modernidade das últimas cinco décadas: a rigor, a definição de modernidade aqui desenvolvida não é uma descrição sociológica da originalidade ou do apanágio nacional de uma estrutura social moderna contraposta às faltas de uma sociedade tradicional, restringindo o debate sobre a modernidade a uma contraposição de pares antitéticos (moderno/arcaico, novo/velho, etc.). A definição é urdida, antes, por valores que circulam e são incorporados em nossa conduta diante do presente.

Por isso, a modernidade é o modo como nos relacionamos com os valores: trata-se de um *ethos*, de uma orientação de condutas expostas a certos componentes normativos do moderno (FOUCAULT, 2004, p.1388), como o novo, a efemeridade, o progresso, a técnica, a autonomia, etc.

Quando nos relacionamos com valores, então, tangenciamos as tensões produzidas de dentro da modernidade e justificadas na atualidade. Trata-se de uma "crítica permanente do nosso ser histórico" (FOUCAULT, 2004, p. 1390): a questão não é uma crítica de fora da modernidade, como um retorno a uma ordem tradicional idealizada, tampouco o consentimento de, falando de dentro do terreno normativo da modernidade, sucumbir à ordem de coisas. Trata-se, antes, de uma atitude *crítica* que deve se mover na *fronteira*, ou seja, reconhecer as limitações e as insuficiências dos elementos que balizam (como componentes normativos) o terreno da modernidade como promessas de emancipação.

No coração do iluminismo, portanto, é proposto um tipo de indagação que questiona nossa relação com o presente como uma tarefa que interpela o modo de ser histórico do indivíduo como sujeito autônomo. Retomando o *motto* kantiano de 1784, a autonomia não é garantida: ela deve ser conquistada, em uma condição pela qual os indivíduos se engajam contra os modos inautênticos de experiência social e de privação (não à toa, uma das chaves da preocupação de Kant e de muitos contemporâneos, como Fichte, era a liberdade de consciência). O indivíduo se torna sujeito na medida em que assume a responsabilidade pelo que faz e pensa. A condição de autonomia é indissociável da *permanente suspeição* da realidade. O esclarecimento, por não estar concluído, entende o presente como problemático na medida em que tematiza abertamente as limitações (*Einschränkung*) que represam sua realização histórica (KANT, 1968, p. 37). Esse é o motor da crítica: a intervenção sobre a atualidade é movida sobre as fronteiras de promessas e valores, esbarrando em suas limitações, de modo que não sucumbe ao consentimento com a realidade. Antes, legitima uma tentativa de ultrapassá-la.

A crítica dessa atualidade problemática é uma análise dos limites da nossa conduta diante do presente. Se o acento das grandes críticas

kantianas estava colocado sobre os limites do entendimento e a jurisdição das faculdades reguladas pela razão, Foucault (2004, p. 1396) oferece uma interpretação sugestiva: como crítica do que somos, a elevação da atualidade a problema implica um escrutínio dos limites impostos e da capacidade de transposição (*franchissement*) dessa situação comum. Um dos componentes cruciais da atitude diante do presente é a crítica como pesquisa (*enquête*) histórica dos processos que levam a nosso reconhecimento como sujeitos. Essa atitude de crítica permanente de Foucault pressupõe uma "ontologia crítica de nós mesmos", ou seja, uma atitude diante do que nós nos tornamos (FOUCAULT, 2004, p. 1393).¹ A tração da crítica é uma atitude de transfiguração da vida (FOUCAULT, 2004, p. 1389), cuja postura exige um limite tenso entre a captura do real e o exercício da liberdade para *imaginer autrement*. Na dobra de um presente problemático, a modernidade incorpora uma atitude que, a um só tempo, o reconhece e o viola.

TRANSIÇÕES E CONSCIÊNCIA DO TEMPO

O aguçamento de uma percepção de descontinuidade temporal marca o horizonte no qual se desloca o discurso da modernidade. A relação entre atestação e ultrapassagem da atualidade é costurada sobre uma gramática social que baliza o senso de fragmentação da vida: efemeridade, deslocamento das tradições, crises agudas, rápidos rearranjos produtivos, apelo do novo, mobilidade espacial, vertiginosa circulação cultural em função dos meios de comunicação (volatilizando antigas estratificações entre alta e baixa cultura, erudito e popular, etc.) e ampliação das esferas de ação da técnica. Antes de apenas

¹ Sou grato aos estudantes de pós-graduação que, em 2020 e em 2021, pacientemente assistiram aos meus cursos no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP e no Programa de História, Cultura e Sociedade do Centro Universitário Barão de Mauá. Espero ter conseguido incorporar satisfatoriamente as observações realizadas durante as aulas.

reconhecer esses processos, a atitude da modernidade, como crítica, está engajada em decompor os complexos socioculturais incorporados em valores (progresso, trabalho, esclarecimento, técnica, individuação, etc.) que legitimam o moderno, expondo a parcialidade e as limitações subjacentes às promessas carregadas por eles.

A gênese do discurso da modernidade pode ser entendida como a sinalização de uma nova consciência de época. Sobretudo a partir do final do século XVIII, essa consciência, hoje chamada de “modernidade”, começou a ganhar corpo. O tempo deixava de ser experimentado como fim ou começo, de modo que sujeitava a experiência social a uma constante transição. Essa experiência do tempo também era historicizada, na medida em que, em vez de ser apenas um transcurso ou registrada esparsamente em crônicas e em eventos dispersos, sublinhava um processo de movimento temporal cujas relações de sentido eram dependentes da agência humana e de suas circunstâncias mundanas. Esse é um argumento esposado por Reinhart Koselleck e desdobra uma dupla condição. A história se torna disponível (*verfügbar*) como um conceito reflexivo diante do qual os homens estão necessariamente engajados na atualidade, pois ela os *atinge* (*ereilen*) (não está mais associada a uma representação externa de crônicas ou eventos) e exige ação para planejamento de horizontes coletivos, previsão política, etc. (KOSELLECK, 1995, p. 264-265). A história, portanto, é *produzida* (*hervorzubringen*) como campo de intervenção e *interpela* seus sujeitos. Associado a isso, Koselleck (1987, p. 47) destaca o horizonte temporal da modernidade como a consciência de um “umbral de época” (*Epochenschwelle*): uma percepção de que a dobra do presente é substancialmente uma virada também no sentido da história, vinculando a apreensão da modernidade a um questionamento sobre o estatuto da atualidade diante da historicização do tempo em transições.

Em registro prosaico, transição é um termo suficiente vago para captar qualquer mudança. Se o tempo implica movimento – não apenas

no sentido moderno de movimento geométrico e deslocamento (como fixado nos corolários dos *Principia* de Isaac Newton), mas no sentido grego, como na *Física* aristotélica, de mudança de estado, *kinêsis* –, então toda época é composta por transições (por história, mudança). Minha insistência sobre o termo “transição”, contudo, ressalta outra conotação. Ao realçar a modernidade como transição, estou enfatizando uma consciência propensa a ritmos de mudança sociocultural mais fragmentados, pois situados em intervalos mais curtos, além da percepção de um horizonte em relação ao qual prospectos se tornam cada vez mais opacos. O acúmulo dessas disrupções compõe múltiplas transições, gerando desorientação a partir de quebras e síncofes que fraturam a unidade das vivências.

A historicização do tempo altera em cada presente a percepção do passado, ou seja, o presente se percebe uma transição distante e distinta do passado. Por um lado, há uma gradativa decomposição do caráter exemplar da história, baseada na similitude estrutural de toda história presente e passada – ainda que, a bem da verdade, o *topos* da *historia magistra vitae* tenha perdurado como componente formativo da consciência histórica da modernidade, por exemplo, até os anos 1930 e 1940 nos livros didáticos (NARITA, 2014; NARITA, 2021b). Por outro lado, o argumento de Koselleck (1987) ressalta a articulação de um tempo que não apenas divide cronologicamente e historiograficamente a história de modo retrospectivo, mas permite a auto-compreensão da própria época diante das demais, de modo que o caráter único/particular (*Einzeln*) de cada acontecimento abre o tempo para o novo, que paulatinamente se desgarrar do espaço de experiências e lida com critérios próprios, auto-referenciados, para se posicionar reflexivamente em relação ao passado. Categorias como *progresso* e *evolução* ilustram essa semântica temporal, na medida em que tentam extrair da atualidade – e não de uma autoridade externa ao presente – os critérios normativos para justificar a intervenção na história.

Esse é um desdobramento decisivo da percepção da atualidade como problemática. Os valores do campo da moralidade, da pertença e de identidades tradicionais, antes urdidos como realidades substanciais para a coesão social, são desestabilizados à medida que os sentidos de uma única grande narrativa (tecida pela religião ou pelos costumes), como modelo normativo e totalizante de todas as experiências sociais, são progressivamente fragmentados. A modernidade reforça as promessas de auto-realização (como autonomia individual para o desenho da própria biografia) e de autenticidade subjetiva (buscada nas tentativas de individuação e superação da tradição), de modo que essas pressões reconfiguram as posições do sujeito em relação aos signos (eventos e valores) que tecem sua identidade. A atualidade se torna problemática, pois os valores e os signos de integração social são dispersos pelas transições (BELL, 1976, p. 47-49), diluindo as instituições comuns que funcionavam como mecanismos de coesão do mundo da vida.

Como eixo interpretativo, o predomínio do tempo sobre o espaço é a marca por excelência da modernidade (CALINESCU, 2003), tendo sido estilizado na cultura do alto modernismo à la Marcel Proust e Thomas Mann. Fredric Jameson (1991, p. 16-17) justamente ressalta, na cultura moderna, a prevalência de uma lógica diacrônica sobre a sincronia: a cultura moderna privilegia a transformação, quer dizer, ela pressupõe uma relação temporal e histórica cujos signos tendem a ser *decompostos* (não apenas agrupados) a partir de uma gênese, como eventos a serem interpretados e decifrados nas dobras da atualidade. O tempo espelha diferenças finas por meio de signos dispersos das vivências (BECKETT, 1990, p. 23, p. 94). Os signos não comportam uma relação simétrica de identidade, tornando as experiências comensuráveis pela tradição (valores que serão sempre repetidos como os mesmos), mas exigem uma interpretação consciente da impossibilidade de unificação das desconti-

nuidades temporais (DELEUZE, 2007, p. 156), fragmentando as experiências que se perdem nas transições.

A propensão ao novo, como uma experiência aberta às discontinuidades e à ultrapassagem de formas de vida e estilos culturais que não se cristalizam com a densidade da tradição, descortina um futuro contingente. Conforme a teoria cultural de Theodor Adorno, a aceleração cifra na atualidade signos que denunciam a modernidade como um *work in progress* fadado ao inacabamento (ADORNO, 2012, p. 46). O senso de aceleração atropela a cristalização de tradições e os elementos auto-referenciados da modernidade (progresso, evolução, autonomia, etc.) não estruturam estabilidade para as cisões produzidas. Justamente por historicizar o tempo tentando ultrapassar a atualidade, a modernidade é uma consciência que atesta sua própria parcialidade e transitoriedade diante da história. Nesse sentido,

Os sinais da desordem [*Zerrüttung*] são a marca de autenticidade [*Echtheitssiegel*] da modernidade, aquilo através do qual ela nega desesperadamente o acabamento [*Geschlossenheit*] do que é sempre igual. A explosão é uma de suas invariantes. A energia anti-tradicionalista torna-se um turbilhão voraz. Nesse sentido, a modernidade é um mito dirigido contra si mesmo; sua atemporalidade [*Zeitlosigkeit*] se converte em catástrofe no instante em que rompe a continuidade temporal [...] Mesmo quando a modernidade preserva [*festhält*] em técnica as aquisições tradicionais, elas são supressas [*aufgehoben*] pelo choque que não deixa nada herdado tranquilo [*unangefochten*]. Assim como a categoria do novo resultou de um processo histórico que dissolveu [*auf löste*] primeiramente a tradição específica e em seguida qualquer outra tradição, a modernidade não é uma aberração que possa ser corrigida com o retorno a um terreno [*Boden*] que já não existe e tampouco deve voltar a existir; tal é, paradoxalmente, o fundamento [*Grund*] da modernidade e isso lhe confere seu caráter normativo (ADORNO, 2012, p. 41).

Muitos intérpretes da cultura moderna associam-na ao efêmero, ao transitório, ao novo inscrito na disrupção técnica e às formas de vida da cidade (multidões, modas, consumo, densa circulação, etc.). Esse acento sobre a dinâmica pode ser rastreado em diagnósticos incrivelmente extemporâneos, ainda no início da cultura industrial, como Charles Baudelaire, Émile Verhaeren, Arthur Rimbaud ou Stéphane Mallarmé, bem como nas consciências plenamente cientes das promessas e dos traumas associados ao dinamismo moderno, já do início do século XX, como nos escritos de Guillaume Apollinaire, Walter Benjamin, James Joyce, Paul Éluard, Roberto Arlt ou Mario de Andrade. As formas culturais tendem a abrir mão da monumentalização da perenidade e reconhecem sua sujeição à essência temporal (*Zeitkern*), ou seja, ao conteúdo histórico internalizado como a celebração da efemeridade e do novo (ADORNO, 2012, p. 50). Se “o novo é o signo estético da reprodução ampliada [do capital], com suas promessas [*Versprechen*] de abundância [*Fülle*]” (ADORNO, 2012, p. 29) ancoradas no dinamismo da produção e do consumo industriais, essa dimensão normativa da novidade, pressuposta na intensificação das forças produtivas e na necessidade de circulação de bens de consumo, indica que a tecnocracia absorve a produção cultural como uma forma de domínio (*Herrschaft*) mascarada de racionalidade (ADORNO, 2012, p. 323).

A estética da comunicação de massa, hoje transfigurada também na linguagem do espetáculo das superfícies digitais (MORELOCK; NARITA, 2021c), talvez seja o sinal por excelência de um modo de produção que, além das dinâmicas materiais (trabalho e técnica), produz subjetividade a partir de uma sensibilidade superestimulada pela formatação industrial da cultura. As relações sociais são mediadas pelas imagens propiciadas pela infraestrutura técnica dinamizada pelo capital, de modo que a expansão da comunicação visual é indissociável da dominação do entretenimento e do mercado da cultura (ALLOWAY, 1969), legitimando

o consumo de referências padronizadas para os gostos massificados pela proliferação e pela repetição de imagens (PERNIOLA, 1980) em um presente que se dilata pelos estímulos instantâneos de telas, cores, sons, movimentos, etc. Por um lado, o conformismo com um “mundo administrado” (*verwaltete Welt*) tende a direcionar a constituição subjetiva não à promessa de emancipação e autonomia, mas a uma auto-realização torcida em função da adequação à ordem das mercadorias (ADORNO, 2012, p. 178). Essa redução funcional da razão à realidade amputa o conteúdo dialético da produção cultural que, em nome da crítica e da emancipação, deveria incorporar (*verkörpern*) a negação determinada como uma diferença da forma cultural em relação à realidade (ADORNO, 2012, p. 336-337), reiterando a intransigência com a falsa reconciliação de uma cultura subjugada à utilidade e à reprodução de mercadorias. A neutralização da tração crítica, portanto, esvazia a promessa de emancipação subjetiva da modernidade.

Por outro lado, a teoria adorniana, apesar de oferecer uma fundamentação crítica robusta para o entendimento da modernização sociocultural, talvez não tenha parâmetros tão afinados para captar como parte da própria produção cultural de massas pode tensionar o campo normativo da modernidade. O caso do rock, nesse sentido, talvez seja exemplar de como a relativa simplicidade do material musical não significa imobilidade da forma como crítica: se com o Black Sabbath ficam salientes as contradições da sociedade industrial (técnica/barbárie, hedonismo/alienação, etc.), na geração dos anos 1980, com *Einstürzende Neubauten* ou SPK (de Graeme Revell), signos da crítica ao fordismo podem ser mapeados em uma paisagem sonora urbana degradada e na denúncia das práticas disciplinares da sociedade industrial em uma época de crise de suas instituições (fábrica, família, escola, etc.). A questão, portanto, é que mesmo sob o “mundo administrado” há linhas de fuga significativas de criatividade cultural que não

abrem mão de expor o conteúdo danificado da atualidade sob as promessas da modernidade.

Além disso, mais do que qualquer vanguarda modernista e despeito da denúncia da atualidade como uma socialização danificada, as imagens impressas e a mídia de massa (especialmente a televisão e o cinema) redesenharam a experiência estética (SHUSTERMAN, 1992) expandindo-a não apenas como forma visual, mas como um formato rentável de comunicação baseado nas promessas de expansão do consumo mediada pela rapsódia de imagens mecânicas dispersas como signos de uma sociedade fragmentada em torno do consumo e da informação (HOBBSAWM, 1998; MAASE, 2010). Se a *pop art* dos anos 1950 e 1960 ressaltou a banalização das consequências estéticas da produção fordista e do consumo, um movimento muito mais amplo nas técnicas de difusão e de reprodução da cultura (CDs, barateamento das impressões, maior facilidade de gravações, MP3, etc.) ampliou os modos como as relações de mercado (presente) instrumentalizam os itens passado (telas de museus e catálogos agora estampando pastiches em camisetas, fácil acesso a fotografias e a técnicas fotográficas, etc.) e são afetadas (vide o problema de *copyright* na era da reprodução digital da cultura) por disruptões criadas por elas próprias.

MODERNIZAÇÃO E INDUÇÃO DE TRANSIÇÕES

Adorno considera que nada mais garante que a experiência acumule caminhos a serem seguidos (*honoriert*), de modo que a tradição, em vez de abstratamente negada, é sujeita à crítica, pois nada é reiterado apenas por estar disponível (*vorhanden*) ou ter seu valor (*galt*) estabelecido (ADORNO, 2012, p. 67). O reconhecimento de um presente problemático, que coloca a realidade sob suspeição pois não naturaliza as circunstâncias objetivas, é o móvel de um esforço sistemático de violação da atualidade. Se esses nexos pós-tradicionais liberam os

acentuados processos de individuação do capitalismo (reforçados pelo consumo, pela pluralização de opções religiosas, etc.), a consciência de uma história que atinge os indivíduos e os interpela como sujeitos abre um campo para ação e direcionamento político das transições. A possibilidade de planejamento, por meio da intervenção na história, tornou-se um dos distintivos políticos das agendas de desenvolvimento.

A primazia da transição sublinha um tempo sujeito ao planejamento da aceleração – em outras palavras, à *indução* das transições a partir de transformações *politicamente orientadas*. Especialmente a partir dos anos 1940 e 1950, a envergadura do aparato estatal e a gênese do internacionalismo de órgãos multilaterais e mecanismos de cooperação transnacional sinalizaram a complexidade de arranjos socioeconômicos e procedimentos para atender às necessidades de sociedades de massa cada vez mais problemáticas. A coordenação política para sincronizar e articular as diversas esferas da vida (economia, sistema político, sistema escolar, política cultural, saúde pública, seguridade social, assistência, etc.) é sintomática da alta diferenciação funcional das sociedades modernas, delimitando lógicas operacionais específicas (protocolos, diretrizes, procedimentos, regulações, etc.) e corpo técnico para a gestão racional de recursos e demandas. Essa complexidade (LUHMANN, 1987, p. 46) dos sistemas políticos modernos indica que a conexão entre as políticas e as diversas esferas da vida exige graus progressivos de hierarquias e funções para a sincronia e a unidade dos processos de modernização. As políticas públicas enquadradas sob a rubrica pragmática de “modernização” (conjugando incremento produtivo, diversificação socioeconômica, urbanização, escolarização e otimização das gestões pública e privada) eram as estratégias práticas para extrair da intervenção sobre o presente as condições de superação do atraso e de legitimação do horizonte desenvolvimentista (progresso) da modernidade. O conceito de modernização é um dos principais marcadores dos componentes auto-referenciais da modernidade, pois

ele extrai sua legitimidade de critérios internos de um presente que se autonomiza da tradição e instrumentaliza a intervenção política na história por meio de preocupações técnicas de planejamento do futuro e de sincronia, tanto entre esferas de ação quanto de necessidade de atualização das sociedades à *ordre du jour*.

A consciência política da modernização, como indução das forças sociais à transformação sociotécnica tendo em vista uma percepção do *atraso*, compõe um dos dilemas históricos da América Latina e das miragens de sincronia com os países centrais. Lidar com a indagação de nossa atualidade implica considerar as disjunções inscritas na forma social: as fronteiras que condicionam nossa atitude diante da modernidade, do ponto de vista da descrição sociológica, lidam com os elementos normativos das aspirações de desenvolvimento regional miradas nas promessas da sociedade industrial (técnica, consumo de massas, urbanização, etc.). *No caso latino-americano, a modernidade é imiscuída a uma consciência de viver na periferia do capitalismo*. Essa relação tensiona os limites dos componentes normativos da modernidade ao confrontá-los com valores que torcem as políticas públicas à necessidade de atualização de sociedades que estão sempre atrás, a reboque, dos giros modernizadores.

Quando pensamos sobre os processos de modernização, como a constituição da esfera pública ou a sociedade industrial, lidamos com novos valores emergentes que implicam uma mudança de atitudes sociais em relação aos quadros normativos da modernidade. No caso latino-americano, a forte urbanização das sociedades a partir dos anos 1940 e 1950 assinalou novas condições de integração das massas à política (MORELOCK; NARITA, 2018), além da ampliação de classes médias e de consumo cultural de bens industriais. A narrativa do progresso e o incremento produtivo (ascensão social e comodidade) garantidos pelo trabalho são valores cruciais que emergem da modernidade

como componentes normativos em relação aos quais as políticas de desenvolvimento e nossas atitudes ganham corpo.

As políticas de modernização ampliaram sobre o presente um campo de desenvolvimento cujo apelo articulou dois eixos: a acumulação (minoría proprietária se apropria de parcela do incremento do produto) e a promessa de elevação e diversificação de padrões de consumo (FURTADO, 1964, p. 64-65). Ambos desvelam camadas normativas da modernidade inscritas nas transformações estruturais dos últimos 50 anos, seja por meio do dilema de consolidação do mercado interno e da integração regional à sociedade de consumo (lidando com as condições de ascensão social pela renda) ou por meio dos impactos socioculturais decorrentes da volatilização dos contextos tradicionais (STAVENHAGEN, 2014), com a incorporação de uma ética pragmática de mercado nas condutas individuais (profissionalização, eficiência, competências profissionais e rentabilidade) e no planejamento de ações para intervenção na história via superação de déficits estruturais (projetando a atualidade, torneada pela modernização, para além das barreiras que bloqueiam o desenvolvimento).

Nas últimas duas décadas, com a institucionalização das democracias liberais e com as políticas de desenvolvimento social na região – especialmente na esteira dos projetos reformistas da “onda rosa” –, o deslocamento do eixo do debate sobre desenvolvimento, realçando a noção de coesão social (OTTONE et al., 2007) como bem político primário, operacionaliza uma constelação de noções da modernidade. Temas como inclusão, pertencimento, igualdade, reconhecimento e políticas públicas que garantam bem-estar têm deslocado as agendas de modernização para a importância da *qualidade* dos vínculos sociais suscitados pela democracia. Esse acento sobre a coesão sublinha que, embora em conjunturas de crise a ênfase recaia sobre o conflito social e político, o aperfeiçoamento institucional da democracia depende também da construção de normas capazes de pactuar o mundo da vida.

Nesse sentido, os valores da modernidade são tematizados como princípios normativos no horizonte das sociedades latino-americanas, reconhecendo a necessidade de processar conflitos e de lidar com as contradições decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, mesmo a partir da periferia do capitalismo, onde a precariedade dos prospectos de desenvolvimento da modernidade é muito mais saliente, com políticas redistributivas ainda insuficientes e assimetrias no acesso a bens (materiais e políticos), serviços e renda (BARCENA et al., 2017), falamos de dentro da modernidade, ou seja, de dentro do projeto de racionalização que promete autonomia (desenvolvimento, progresso, esclarecimento, trabalho, etc.) e entrega também as fraturas de promessas não-realizadas.

A CRÍTICA EM UMA SOCIEDADE DANIFICADA

A equação produção/abundância, como atitude de plenitude associada à produção em massa, é um signo também da mobilidade. Grandes intérpretes da formação do sistema socioeconômico moderno, como Fernand Braudel (1987) e Manuel Nunes Dias (1963), destacam justamente o movimento de trabalho e de mercadorias que costurou a lógica do sistema de trocas, unificando espaços diversos – coloniais e metropolitanos – a partir dos padrões de acumulação mercantil regulados juridicamente pelo sistema colonial e pelas companhias comerciais, dinamizando frotas interoceânicas, agentes comerciais e créditos das praças europeias. A gramática das trocas assinalou as prerrogativas de um domínio, o *econômico*, como campo dotado de dinâmica própria capaz de ser legitimado pela rentabilidade e pela abundância – pelo primado das coisas (mercadorias) sobre os homens (BATAILLE, 2007, p. 133).

Adam Smith, em 1776, fundamentou sua teoria social nos novos horizontes abertos pela colonização para as relações de um sistema

social que se tornava efetivamente nucleado nessa razão de mercado (SMITH, 2003, p. 563, p. 717), aguçando a divisão do trabalho, concebida como fator de produtividade, conforme a especialização de atividades e de praças comerciais. Dois polos orientam a reprodução do sistema social moderno e suas promessas: o consumo, com a miragem de abundância de mercadorias (SMITH, 2003, p. 750, p. 839-840), e o melhoramento (*improvement*) das técnicas que permitem os efeitos civilizadores do comércio, tanto para as comodidades quanto para o refinamento dos gostos (SMITH, 2003, p. 794-795). Uma das referências do volumoso tratado de Smith, abade Raynal (1781, p. 187), afirmava que o comércio, “estendendo a esfera das necessidades e o desejo dos gozos [jouissances], multiplica os trabalhos, encoraja a indústria e se torna, de algum modo, o motor do mundo”.

A ordem liberal emergente no final do século XVIII, ao defender as liberdades associativas da nascente sociedade civil, afirmava também uma razão de mercado ancorada na competição e nas assimetrias de interesses divergentes confrontados sem as regulações estritas e os monopólios jurídicos da política mercantil. Quando Max Weber (1980, p. 58-59) analisou a desintegração dos quadros de regulação mercantil e a ascensão de uma racionalidade formal do cálculo e da rentabilidade baseadas na empresa particular, ele oportunamente assinalou que “o dinheiro é meio e preço de luta” em uma socialização liberal, ou seja, fiada pela relação desigual entre indivíduos proprietários conforme os imperativos de consumo. Mas a expansão das relações assimétricas de mercado, ao passo que liberou as condições de autonomia econômica da sociedade civil, expôs o que Karl Polanyi (2008, p. 133), em estudo clássico de 1944, definiu como “a descoberta da sociedade” – as fraturas de coesão social em uma sociedade de desiguais (portanto, de proprietários) passaram a ser explicitadas como déficits internos a relações mediadas pelas carências e pela pobreza das grandes cidades. À luz da emancipação individual prometida pelo mercado, as contradições do

processo histórico tornaram-se criticamente expostas em uma atualidade contestável e denunciável.

Entender nossa atualidade como *condição problemática* opera uma consciência histórica moderna na medida em que essa reflexão está vinculada aos modelos de *crítica* desenvolvidos na aurora da sociedade industrial. A legitimidade do que aparece naturalizado para a consciência pode ser descomposta geneticamente; a validade pode ser contestada, pois a normatividade do real fica sujeita ao escrutínio de sua necessidade. A filosofia hegeliana – ousaria dizer que dos escritos do sistema inicial de Jena até a *Fenomenologia* – esteve às voltas com essa preocupação de tornar o presente problemático, pelo menos, em duas direções complementares: (1) a atualidade alçada a objeto da investigação filosófica implicado no caminho de experiência da consciência e (2) a atualidade mediada por determinações sociológicas (expansão de relações de mercado, trabalho, técnica, propriedade privada, etc.) que tornam os horizontes de desenvolvimento e de emancipação da modernidade como nossa *condição denunciável*.

Com a primeira direção, na *Fenomenologia* de 1807, Hegel fundamenta uma percepção da atualidade como posição reflexiva diante da experiência. Experiência (*Erfahrung*), aqui, é entendida não a partir do acúmulo do saber, mas como dialética, ou seja, uma investigação de como o movimento das figuras temporais de um objeto altera o conhecimento sobre aquele objeto, de modo que, modificando o saber, alteram-se para a consciência o objeto e o conteúdo da experiência (HEGEL, 1988, p. 74-75). A lógica de adequação (*gemäss zu machen*) por meio da qual a consciência tenta abraçar os predicados de um objeto, em vez de uma relação imediata, torna-se mediada e tensionada tanto pela negação da realidade em se adequar ao esforço imediato da consciência quanto pela dinâmica temporal por meio da qual sujeito e objeto são historicamente determinados, de modo que essa refração, decorrente da desintegração da identidade e da unidade

imposta à relação saber/objeto, enreda os momentos cristalizados na atualidade como a aparição (*Erscheinung*) de um processo cifrado que, sob sua simplicidade, é mediado por um longo (*weitläufigen*) caminho histórico depositado nas formas culturais (*Bildungsformen*). A condição de crítica da atualidade implica desacostumar a consciência no exato momento em que o sentido fica detido (*festgewurzelt*) no imediato, contentando-se em simplesmente reproduzi-lo. Se a consciência não pode ser abstraída do terreno histórico que a produz – não é um conhecer alicerçado em prerrogativas transcendentais –, ela é sempre tensionada pelas circunstâncias.

Sintomático da segunda direção é o esforço de uma filosofia do espírito, levado a cabo em 1805, que posiciona o trabalho no centro da necessidade de reconhecimento (HEGEL, 1987, p. 205). A dinâmica da sociedade industrial tornava-se problemática em função de critérios internos a seu desenvolvimento, ou seja, elementos que não eram capazes de reconciliação e tornavam-se dignos da denúncia de uma consciência histórica ciente de sua atualidade e, por isso, esclarecida pela crítica. A multiplicação (*vervielfältigt*) das necessidades (*Bedürfnisse*) amplia a diversidade produtiva e promete novos mecanismos de consumo, civilizando (*gebildet*) os indivíduos ao adequá-los aos gozos (*geniessen*) e ao acesso mais fáceis aos bens industriais. Mas o trabalho, cada vez mais mecanizado, castra a vida autoconsciente de sua plenitude (*erfüllte selbstbewusste Leben*), pois tende a se tornar abstrato – dependente, portanto, do ritmo de máquinas e vazio de conteúdo espiritual (*geistlos*). Em outras palavras, a subjetividade é danificada à medida que a modernidade renuncia (*verloren*) à totalidade da compreensão (*reiche Umfassen*) da vida, reduzindo o trabalho a uma atividade unidimensional (*einseitig*) e confinada a finalidades restritas e mecânicas (HEGEL, 1987, p. 222). A necessidade de adaptação, portanto, é a única alternativa para sustentar uma existência precária.

O incremento produtivo moderno, sob as promessas de comodidade da vida por meio do desenvolvimento técnico e da simplificação (*Vereinfachung*) do trabalho, pressupõe atividades cada vez mais estultificantes (*abstumpfenden*), pois mimetizadoras do ritmo de máquinas, e condições cada vez mais incertas (*unsicher*) diante da incorporação de tecnologia (tornando o humano, em alguns ramos, dispensável) e da oscilação das crises às quais estão expostas as relações de mercado (HEGEL, 1987, p. 223). Hegel (1987, p. 224) desvela a condição problemática das relações de mercado justamente na aurora da vida industrial, aguçando uma consciência que depois trataríamos como “questão social”: os vínculos mediados pelas relações entre proprietários são deficitários, comprometendo o reconhecimento intersubjetivo diante dos crescentes contrastes (*Gegensatz*) entre riqueza e pobreza, incapazes de serem corrigidos pela lógica do próprio mercado. O senso de desigualdade (*Ungleichheit*) moderno não é apenas privação material, mas *precarização moral*, já que as carências afetam componentes intersubjetivos (como a estima e a autonomia) e tendem a acentuar indignação (*Empörung*) e ódio (*Hass*), ou seja, fragilizam as estruturas de reconhecimento ao alimentar ressentimento, corroendo a coesão social em função da alienação individual diante da racionalidade de um sistema estranhado. Essa percepção de desigualdades socioeconômicas é aprofundada em *assimetrias*, pois reforça as relações de poder e fragiliza o sentimento de pertença social, e estão no centro das agendas de desenvolvimento (NARITA; KATO, 2020).

A crítica hegeliana é tecida na aurora da “questão social” e demarca uma dupla virada na instituição do social. O trabalho se torna sujeito da produção social, precisamente, na conjuntura de nascimento da economia política. Como desdobramento, as próprias estruturas de mercado se autonomizam de qualquer tipo de controle tradicional e dos quadros regulatórios da política mercantil. Um sistema racionalizado pelo cálculo e pela jurisdição própria de relações de mercado progressiva-

mente se descola do mundo da vida. O sistema de trocas que amplia uma socialização entre proprietários é a marca de uma racionalidade de mercado cujo pressuposto é uma nova assimetria (que dispõe relações de poder e estratificação em classes, medida pela propriedade privada e pela renda), além da ampliação dos fins pragmáticos da ação, direcionados pelo auto-interesse e pelo cálculo rentável, agora legitimados para a consecução de *todos* os ramos da vida prática da cultura/espírito (trabalho, formação, produção cultural, política, etc.). O sistema de mediações da sociedade civil, então, explicita a denúncia do conteúdo problemático da atualidade (expresso na determinação das assimetrias que danificam a subjetividade e o reconhecimento) como uma crítica da reificação.

O sistema-mundo moderno, urdido pelas relações de mercado e pela expansão do capital pavimentada em ciência aplicada, possibilita uma espécie de sincronia por meio da divisão do trabalho e das assimetrias entre centros e periféricas para a produção global. Basicamente, se essas categorias materiais balizam a modernidade do ponto de vista da produção social (via trabalho), elas também constituem constelações de valores e de condutas junto às representações subjetivas à luz da sociedade de consumo e da ideologia da abundância.

ADAPTAÇÃO, REIFICAÇÃO E TÉCNICA COMO PRESSÕES SUBJETIVAS

Uma atitude de crítica da atualidade talvez tenha mais transparência para desvelar os componentes normativos da modernidade em conjunturas como a atual, que mescla crise e uma aguda transformação sociotécnica (MORELOCK; NARITA, 2021b), na medida em que as promessas de emancipação ficam explicitamente tensionadas e negadas em sua realização histórica. Entendo promessas no sentido da tradição da teoria crítica à *la* Theodor Adorno e Max Horkheimer: como um movimento sempre vacilante, promessas são construídas e desfeitas

no processo histórico. Ao tentar se realizar, os valores são negados em sua própria efetivação e contradizem seus pressupostos.

Esse, aliás, é um dos pontos da *Dialética do esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, de 1944.² O desencadeamento das forças produtivas (subsidiando a revolução técnica do século XIX), a autodeterminação da sociedade civil (como indivíduos privados socializados pelo mercado), a autonomia individual (expressa na defesa da subjetividade a partir do uso autônomo da razão) e a razão como crítica (tematizando livremente os limites da atualidade por meio de suas relações problemáticas) são balizas normativas do ideal de esclarecimento radicalizado pelo iluminismo e pela sociedade industrial e estendido como proposta de racionalização social, ou seja, de depuramento da vida moderna conforme o progresso. Essa perspectiva de transição da modernidade promete um curso ascendente de desenvolvimento humano. Ao desconectar (*gelösen*) a perfectibilidade (*Vollendung*) de uma determinação puramente religiosa e torna-la melhoramento mundano, trata-se de uma intervenção da razão na própria história como crítica da atualidade e como progresso moral e material – indicado nas revoluções modernas e na técnica. A nova ordem, contudo, rapidamente funcionalizou a própria razão, domesticando-a à produtividade do mundo burguês (HORKHEIMER; ADORNO, 2009, p. 95-96).

Vale retomar o projeto de uma crítica da razão instrumental – entendida como razão aplicada em técnica, pois convertida de maneira imediata em cumprimento de tarefas práticas e transigente com o imperativo de adaptação social. Esse parece um motivo complementar entre o texto de 1944 e o projeto de crítica da razão instrumental de Horkheimer. A civilização industrial sujeita as relações sociais a uma

² Este ponto foi desenvolvido em um curso intitulado “Pesquisa interdisciplinar, crítica e teoria social: perspectivas a partir da Escola de Frankfurt”, ministrado a pesquisadores de mestrado e de doutorado, no segundo semestre de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Agradeço aos participantes pelo interesse e pelas valiosas discussões.

progressiva racionalização em que a observância dos comportamentos é uma resposta às coações (*Zwänge*) traduzidas em exigência de adaptação (*Anpassung*) à inovação técnica e às condições incertas da dinâmica econômica. A exigência de adaptação constitui pressões subjetivas, como esforço de autoconservação, de modo que o indivíduo se torna apenas mais um aparato adaptável (produtivo e rentável) na gestão de coisas (HORKHEIMER, 1991, p. 107-108).

Na sociedade contemporânea, esse processo atinge, via digitalização e desterritorialização das atividades produtivas, momentos antes confinados à esfera privada. A dependência das redes e dos aplicativos de mensagem instantânea tende a reforçar a pressão por disponibilidade constante, obliterando as separações estreitas entre o público e o privado, o trabalho e o descanso, etc. A otimização da mobilidade física parece ser inversamente proporcional às pressões técnicas sobre a subjetividade. A intensificação das forças produtivas acarreta uma forte pressão subjetiva de adaptação à nova normalidade (STIEGLER, 2018), realçando uma gramática subjetiva pautada, por exemplo, na sobrevalorização da noção de resiliência como um bem primário da necessidade adaptativa. No limite, trata-se de uma subjetividade podada em sua autonomia e capacidade de agência, de modo que o indivíduo é impelido a se adaptar às condições heterônomas e inseguras impostas por condições de vida sempre mutantes que individualizam os riscos (CHANDLER; REID, 2016; NARITA, 2018). O atual discurso das mudanças disruptivas reforça a noção de conformidade e de adequação às transições, que fragmentam a vivência com descontinuidades abruptas. O problema não é a técnica, (se fosse, teríamos que supor que os artefatos materiais são autônomos como fantasmagorias), mas as relações sociais danificadas sob a hipertrofia da razão instrumental (HORKHEIMER, 1991, p. 157).

O atual modo de produção exige flexibilidade diante das condições oscilantes. A razão, implicando a observância do comporta-

mento individual para a otimização da produtividade, é alvo de uma redução: torna-se identificada com uma capacidade funcionalizada, em conformidade com a adequação ao ritmo das coisas/máquinas, impelindo identificação e comparação das capacidades humanas com as métricas do mundo dos objetos (HORKHEIMER, 1991, p. 124-125) e submetendo-as ao ritmo das forças produtivas e à rentabilidade. Se as relações interpessoais são cada vez mais mediadas (*vermittelt*) por coisas (HORKHEIMER, 1991, p. 137), tendo em vista tanto a consecução dos interesses práticos da produção de mercadorias quanto a mediação de aparatos técnicos para a socialização, quanto maior é o dispêndio de poder sobre as coisas, mais elas governam a vida humana.

Esse talvez seja o ponto culminante da dialética do esclarecimento, pois a racionalização, assumindo a forma de adaptação, sujeita não apenas a natureza externa, mas a natureza interna. A expansão da técnica e as relações sociais reificadas indicam uma nova dominação que emerge das promessas desfeitas do esclarecimento. Esse rescaldo dos componentes normativos da modernidade é fundamental para o entendimento das tensões entre as promessas carregadas pelos conceitos (autonomia, abundância, liberdade, rentabilidade, etc.) e as contradições abertas quando as ideias tentam ser efetivadas no terreno histórico (NARITA, 2021a). Retomando o texto de 1944 de Horkheimer e Adorno (2009, p. 38):

Os homens sempre tiveram de escolher entre a submissão [*Unterwerfung*] à natureza ou submetê-la ao eu. Com a ascensão [*Ausbreitung*] da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito foi clareado [*aufgehell*] pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadureceu a semente da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano procurou se afastar do mito, voltando a cair sob seu domínio, levado pela mesma dominação.

Até o final do século XVIII, nos quadros do capitalismo mercantil e do nascimento da ordem liberal, as invenções técnicas eram muito parciais e esporádicas – embora densas, espelhando uma indústria já emancipada da forma artesanal a partir da manufatura, cujas relações foram intelectualizadas pela mecânica formalizada em expressões matemáticas (BORKENAU, 1984, p. 19-20). Além disso, pesquisadores dedicados à aurora do mundo moderno, como Alfred Whitehead, Frédéric Mauro, Alexandre Koyré, Pierre Chaunu e Vitorino Magalhães Godinho, demonstram o impacto das redefinições de espaço/tempo com as técnicas de navegação, bússola, mapas, etc.

O arranque industrial, efetivado especialmente a partir dos anos 1830 e 1840, acelerou esse ritmo ao institucionalizar o discurso do progresso, *tornando-o valor normativo da modernidade* junto às políticas de modernização que deveriam induzir as transições históricas. A novidade não é o encantamento com a técnica, mas a *capilaridade* de sua penetração no mundo da vida. Esse é um processo de cientifização da técnica: o incremento técnico, em função da sofisticação e da ampliação da produção (tanto espacial quanto em quantidade e diversificação de mercadorias), ficou dependente da institucionalização de atividades profissionais especializadas na aplicação, ou seja, no predomínio da razão instrumental. A própria noção de *formação*, que pressupunha um domínio humanístico e de erudição elevado a um ideal de cultura acima da vida prática (WILLIAMS, 1959), cede às pressões da cientifização da técnica, já que a própria vida prática se tornou científica e dependente dos critérios instrumentais de mercado e de produtividade (SCHELSKY, 1961, p. 37-38).

Nesse sentido, Jürgen Habermas (1968, p. 112) destaca que os processos produtivos foram transformados pelas pressões da técnica na medida em que ela legitimou no mundo da vida uma reprodução social fiada nas promessas da administração e da ciência aplicada. A razão instrumental penetra nas esferas de reprodução cultural, via sistemas de

ensino (infraestrutura social por excelência da modernidade), indicando a prioridade de competências específicas em uma divisão do trabalho cada vez mais aguçada sob as disrupções técnicas, exigindo adequação das atitudes subjetivas ao estreitamento da formação. Essa dinâmica foi acentuada a partir do pós-1945, acompanhando o forte crescimento econômico dos "trinta gloriosos" (1945-1973), quando a ascensão social e as transformações industriais (urbanização, comunicações, medicina, "revolução verde", etc.) foram seguidas *pari passu* pela crescente especialização do trabalho (tanto material quanto imaterial) e pela ampliação da instrução técnica a fim de suprir a reprodução do mercado de trabalho.

Quando Karl Marx indica o trabalho como *sujeito* do processo social, ele ressalta um duplo desdobramento do apelo normativo do trabalho na produção social moderna. Por um lado, trabalho é sujeito não porque ele é a fonte da riqueza, pois apenas a natureza é a fonte dos valores de uso. Antes, conforme um texto de 1875, o trabalho move o processo social pois ele é a *apropriação da natureza*, ou seja, torna-se produtor dos valores de uso e da riqueza ao tratar a natureza mediante uma relação proprietária (MARX, 1987, p. 15-17). Por outro lado, trata-se de um esforço de *historicizar* o problema: ao mover o processo social e revolucionar as forças produtivas, as relações de produção são transformadas e os modos de integração aos circuitos de acumulação do capital sofrem inflexões (MARX, 2002, p. 61, p. 162-163), expandindo sobre os sujeitos produtivos novas fronteiras e necessidades para a consecução dos fins da valorização e da acumulação.

A constante revolução das forças produtivas, um dos pressupostos da expansão do capitalismo como sistema-mundo moderno (articulando as regiões assimetricamente em função da produção e do consumo), traduz a razão instrumental em lógica da produção social moderna. A própria subjetividade se torna maleável e adaptável à valorização. Nesse sentido, Marx (1983, p. 602) já reconhecia, nas categorias de crítica da

economia política, a importância do “intelecto geral” como conhecimento que se torna força produtiva imediata (*unmittelbar*) e apropriada na forma do saber aplicado em processo de trabalho revolucionado pelo capital fixo (maquinário e tecnologia). Paralelamente à produção material, portanto, há componentes intelectuais e subjetivos (cognitivos) da força socializada de trabalho engajada na valorização.

As relações sociais danificadas pela primazia da razão instrumental sinalizam a reificação das vivências. Por um lado, a reificação compromete a própria subjetividade (HORKHEIMER, 1991, p. 71) ao sujeitá-la a instrumento para consecução de tarefas e treinamentos. Por outro lado, todos os elementos dispostos para o trabalho, da produção material de objetos até a própria vida (afetos, colaboração, parceria, etc.), são convertidos em relações rentáveis e explorados como forças produtivas, de modo que a capacidade de integração estrutural antes disposta pelo mito ou pela religião é substituída pelo aparato econômico (HORKHEIMER, 1991, p. 59). Esses modos de socialização sabotam o potencial de emancipação da razão, expresso na aurora da modernidade, tornando-a vetor de uma nova dominação.

Na formação da modernidade como mercado mundial, a absorção da produção não-capitalista ou de componentes periféricos do trabalho produtivo (afetos, cuidados, trabalho reprodutivo, etc.) junto aos circuitos de modernização do capitalismo pressupunha a colonização de espaços e de modos de socialização alheios absorvidos como anteparos ou pressupostos implícitos à valorização. Em outras palavras, os elementos subjetivos, como os afetos e as competências socioemocionais, eram subsidiários da produção social na gênese da modernidade, tanto como ordenamento moral para engajamento subjetivo (retidão, obediência, etc.) (NARITA, 2017; NARITA, 2019), quanto como uma economia da atenção e seriação de disciplinas (WEIL, 1955), na lógica fordista/taylorista, em que a alienação não era apenas em relação aos produtos estranhados do trabalho, mas em relação à danifi-

cação subjetiva decorrente da subsunção de trabalho vivo pela geração de valor e pelo ritmo inumano do maquinário (MANDEL; NOVACK, 1973). As práticas disciplinares do trabalho fixavam indivíduos em instituições, diferenciando espaços (público/privado, trabalho/lazer, etc.) e capacidades subjetivas que estavam “dentro” (imediatamente ligadas ao trabalho produtivo) em relação às “de fora” (afetos).

Esse quadro foi alterado no final do século XX. Já não há mais tantas fronteiras “de fora” a serem integradas (tanto no sentido de aptidões pessoais não necessariamente envolvidas imediatamente no trabalho produtivo quanto no sentido de regiões deslocadas da produção capitalista) (HARDT; NEGRI, 2009). Além disso, embora o trabalho material ainda seja decisivo na reprodução social, tampouco a produção de bens materiais é o foco exclusivo da geração de valor. Trata-se, agora, de uma penetração das relações de mercado nos *interstícios* do mundo da vida, tornando-o permeável à lógica da rentabilidade e do cálculo por meio da gestão de afetos, colaboração, símbolos e comunicação.

No final dos anos 1970, algumas teses tentaram abarcar o início dessa mutação, como a edição ampliada da *chef d'oeuvre* redigida pelo economista Alfred Sohn-Rethel (1978, p. 73-77), que analisava os novos nexos entre capacidades cognitivas e produção de mercadorias sob a automação, sublinhando não apenas a preponderância da ciência aplicada, mas a crescente necessidade de extração de competências intelectuais (“imateriais”) do trabalho. No limite, a abordagem realça uma cisão na promessa de autonomia subjetiva da modernidade com a difusão da automação. Haveria uma *substituição* da subjetividade humana como principal força produtiva do processo de trabalho, esvaziando a autonomia e a criatividade em função da repetição de tarefas mecânicas e da abstração dos atributos pessoais do trabalho estandarizados em protocolos e em procedimentos (SOHN-RETHEL, 1978, p. 173-176). Antes de uma *substituição*, contudo, talvez seja mais preciso pensar em uma *refuncionalização* dos componentes subjetivos na produção de

valor. Diante das transformações sociotécnicas das últimas quatro décadas, os conteúdos subjetivos do mundo da vida (colaboração, afetos, responsividade, etc.) tornaram-se centrais para a valorização e para a reificação dos formatos mais flexíveis de trabalho, de modo que o consumo de serviços, mercadorias culturais e informação nos tempos livres (via capacitação, reciclagem, atualização, etc.) produz conhecimento e competências de engajamento subjetivo que retroalimentam a gramática da produção social *imiscuída agora às próprias vivências*. Outrora cooptadas de modo *extensivo* pela expansão de mercado, pois extraídas de fora do terreno do trabalho tradicional ou incorporadas a partir de modos de socialização não-capitalistas, as capacidades agora são convertidas em dinâmicas *intensivas* que, não mais se expandindo espacialmente ou externamente, amarram todas as esferas internas da própria vida em determinações produtivas (VANDENBERGHE, 2006, p. 99-102) – dinâmicas facilitadas pela mobilidade das redes e pela desterritorialização propiciada pelos modos de acesso aos conteúdos remotos.

O conhecimento é um dos grandes ativos da sociedade em rede pois, além de estar vinculado a patentes e à lógica de copyrights e de depender de sistemas científicos/educacionais eficientes, é aplicado em tecnologia e exige maior especialização mesmo em atividades menos intelectualizadas (diferentemente de ativos primários de baixa especialização) (AMSDEN, 2009), há um giro significativo na acumulação. Fatores intangíveis de produção passam a sobrepesar nos processos produtivos a partir da criatividade relacionada ao conhecimento, cooperação, gestão de projetos, pequenas unidades articuladas em rede e afetos, ou seja, processos que exigem um tipo de investimento imaterial (MOULIER-BOUTANG, 2011, p. 57-58) convertido em capital humano (competências subjetivas para a valorização) e inovação. A disrupção acentua não apenas a percepção tipicamente moderna das transições e discontinuidades cada vez mais bruscas que fragmentam nossa atualidade. Antes, ela sublinha uma condição específica do atual

modo de produção: a emergência de um tecnocapitalismo (KELLNER, 2021), em que as relações de produção não são apenas afetadas pela inovação tecnológica, mas dependem integralmente de múltiplas *assemblages* entre a ciência aplicada em automação e gestão e a total interação humana com redes digitais e dados imateriais na produção.

MODERNIDADE: DESCAMINHOS DE UM PROJETO INACABADO?

A ideia da modernidade como um "projeto inacabado" advém de um conhecido artigo de Habermas (1981), que pretende pensar a modernidade como um horizonte ainda pertinente, porém problemático. Em vez de abandonar o projeto moderno, Habermas advogava a importância de extrair lições de seus descaminhos. Sem abrir mão do discurso da modernidade, então, seria preciso aprender com seus desvios. A fragmentação das promessas de emancipação da modernidade foi uma das marcas históricas do século XX: a dominação burocrática e a expansão da razão instrumental, por exemplo, foram levadas ao limite com o terror de Estado (ditaduras, repressão política, etc.). Daí uma das apostas habermasianas consistir na reconstrução de um mundo da vida em que a praxis comunicativa seja orientada por meio da articulação de interpretações cognitivas, expectativas morais, expressões e avaliações. Em outras palavras, conforme a teoria madura na defesa do agir comunicativo, trata-se de um potencial comunicativo e de construção de entendimento, mediante razões, contra a lógica arbitrária do sistema (procedimentos e normas verticais advindas de instituições financeiras ou burocracia estatal) e a colonização da razão instrumental sobre a autonomia do mundo da vida.

No mundo contemporâneo parece ocorrer justamente o contrário da aposta habermasiana. Há uma cisão e um descompasso cada vez mais acentuados entre mundo da vida e sistema. Esses próprios pares estão sujeitos a relações cada vez mais reificadas diante das atuais crises

de representação nas democracias liberais (MORELOCK; NARITA, 2018; MORELOCK; NARITA, 2021a), com uma dinâmica social refratária e desafeita ao sistema partidário e representativo instituído nas últimas quatro décadas. Um dos sinais dessa crise das instituições modernas é um tipo específico de alienação (MORELOCK; NARITA, 2019), pois alienação é sempre perda de algo substancial, e nesse caso indica o mundo da vida privado de uma condição (representação política) que se torna estranha. Alain Touraine (1994, p. 196) tem uma boa expressão para esse fenômeno sociopolítico: a *dissociação*, ou seja, o aparato sistêmico não consegue ser conciliado com a dinâmica social e seu ritmo de demandas. A inexistência de um monopólio de sentido fiado pela tradição e a crise das instituições de integração social (partidos tradicionais e confiança no sistema político) indica que a coesão social não é mais descrita nem organizada apenas em torno de valores estabilizados fundamentalmente pelo Estado (TOURAINÉ, 1994, p. 232).

Habermas acredita no discurso da modernidade. Mas é difícil tematizar os horizontes de emancipação como se eles não estivessem irmanados com as crises e com as formas de dominação. Em outras palavras, parece difícil sustentar que um lado seja o descaminho do outro e, assim, possa ser sujeito a corretivos ou a um caminho mais autêntico. Por isso o argumento deste artigo aposta nas contradições internas ao projeto moderno, saturando as promessas à luz de um movimento vacilante em sua efetivação histórica. O discurso da modernidade, pensando no registro da primeira teoria crítica de Horkheimer e Adorno, promete emancipação mas entrega também a barbárie. As *contradições são saturações dentro de um mesmo projeto*. A negatividade, que frustra as promessas de emancipação dos valores da modernidade, é parte do empuxo que desenvolve o moderno.

Dialogando com esse horizonte, portanto, entendo que ainda estamos *dentro* do problema da modernidade. Especialmente em suas crises (sinais explícitos das transições às quais a atualidade é sujeita e

pelas quais se torna problemática), nosso horizonte é revolvido pela questão da modernidade. Quando deslocamos para o centro do debate público e para a agenda de políticas públicas temas como a desigualdade, o fracasso das promessas de ascensão social, a coesão social, a identidade como base do conflito social ou as promessas de autonomia subjetiva via políticas de redistribuição ou de reconhecimento, somos profundamente modernos.

A corrente crise, por exemplo, tensiona uma das premissas do terreno normativo da modernidade, a saber, as promessas de individualização decorrentes do consumo. Ao submeter a produção e a reprodução cultural aos ditames das formas industriais, a razão instrumental legitimou o tempo desenvolvimentista da modernidade à miragem de abundância da sociedade de consumo, tornando-o uma força produtiva e uma *contrainte* moral indispensável para as forças produtivas (BAUDRILLARD, 1970, p. 115-116). O apelo do consumo, expresso na mobilidade de mercadorias, torna-se problemático quando assistimos aos abalos sobre as cadeias produtivas (COHEN, 2020; GRAY, 2020) e à escassez de materiais na esteira do bloqueio de circulação da pandemia de covid-19 (GOODMAN; CHOKSHI, 2021). Trata-se de uma vulnerabilidade da lógica de mercado evidente em uma época de estoques limitados, decorrentes do modelo *just in time* de mobilidade e corte de custos da produção, em um sistema que promete abundância e entrega também escassez.

Expondo essas contradições, a pandemia de covid-19, aliás, talvez seja o primeiro evento realmente global: algo que afeta instantaneamente – em um intervalo de semanas – sociedades espacialmente distantes, mas integradas pela mobilidade da globalização. Desaparece o *lugar de fora* da modernidade: categorias clássicas utilizadas para explicar a mudança social, como comunidade/sociedade e mesmo as teorias da modernização do pós-guerra, podem ser repensadas em função dos novos ritmos de mudança social e da inexistência de um lugar

de fora (pré-moderno, tradicional, etc.) que será integrado ao mundo moderno. Como um discurso sem lugar, que se desloca pelas fibras das sociedades produtoras de mercadorias, o horizonte da modernidade nos engolfa como a vertigem de um projeto fadado ao inacabamento e à contradição de suas promessas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Ästhetische Theorie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2012.

ALLOWAY, Lawrence. Popular culture and pop art. **Studio International**, Londres, v. 178, n. 4, p. 17-23, 1969.

AMSDEN, Alice. **A ascensão do resto**. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARON, Raymond. **Dix-huit leçons sur la société industrielle**. Paris: Gallimard, 1962.

BARCENA, Alicia; PRADO, Antonio; ABRAMO, Laís; PÉREZ, Ricardo. **The social inequality matrix in Latin America**. Santiago: CEPAL, 2017.

BATAILLE, Georges. **La part maudite**. Paris: Minuit, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Paris: Gallimard, 1970.

BECKETT, Samuel. **Proust**. Trad. Edith Fournier. Paris: Minuit, 1990.

BELL, Daniel. **The cultural contradictions of capitalism**. Nova York: Basic Books, 1976.

BORKENAU, Franz. **La transizione dall'immagine feudale all'immagine borghese del mondo**. Milão: Mulino, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Grammaire des civilisations**. Paris: Flammarion, 1987.

CALINESCU, Matei. **Five faces of modernity: modernism, avant-garde, decadence, kitsch, postmodernism**. Durham: Duke University Press, 2003.

CHANDLER, David; REID, Julian. **The neoliberal subject: resilience, adaptation and vulnerability**. Londres: Rowman & Littlefield, 2016.

COHEN, Daniel. Le covid-19 agit comme une métaphore de la démondialisation. **Libération**, Paris, 19 mar. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Proust et les signes**. Paris: PUF, 2007.

DIAS, Manuel Nunes. **Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil**: subsídio para a história das grandes rotas do comércio marítimo. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

FOUCAULT, Michel. **Le gouvernement de soi et des autres**. Paris: Gallimard, 2008. (ed. Frederic Gros, Alessandro Fontana e François Ewald)

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les lumières? (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II**. Paris: Gallimard, 2004.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GOODMAN, Peter; CHOKSHI, Niraj. How the world ran out of everything. **New York Times**, Nova York, 1 jun. 2021.

GRAY, John. Why this crisis is a turning point in history. **New Statesman**, Londres, 1 abr. 2020.

HABERMAS, Jürgen. Die Moderne: ein unvollendetes Projekt (1980). In: HABERMAS, Jürgen. **Kleine politische Schriften I-IV**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Technik Fortschritt und soziale Lebenswelt. In: HABERMAS, Jürgen. **Technik und Wissenschaft als Ideologie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1968.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Jenaer Systementwürfe III**. Hamburgo: Felix Meiner, 1987. (ed. Rolf-Peter Horstmann)

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Phänomenologie des Geistes**. Stuttgart: Reclam, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Behind the times**: the decline and fall of the twentieth-century avant-gardes. London: Thames and Hudson, 1998.

HORKHEIMER, Max. **Zur Kritik der instrumentellen Vernunft**. Frankfurt am Main: Fischer, 1991. (Gesammelte Schriften 6, ed. Alfred Schmidt)

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialektik der Aufklärung**. Berlin: Fischer, 2009.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism or the cultural logic of late capitalism**. Nova York: Verso, 1991.

KANT, Immanuel. Beantwortung der Frage: was ist Aufklärung? (1784). In: KANT, Immanuel. **Abhandlungen nach 1781**. Berlin: De Gruyter, 1968. (Akademie-Ausgabe/ Bonner Kant-Korpus, vol. 8)

KELLNER, Douglas. **Technology and democracy**. Londres: Springer, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Das achtzehnte Jahrhundert als Beginn der Neuzeit. In: KOSELLECK, Reinhart; HERZOG, Reinhart. **Epochenschwelle und Epochenbewusstsein**. Berlin: Fink, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Vergangene Zukunft**: zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme**: Grundriss einer allgemeinen Theorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.

MAASE, Kaspar. **Was macht Populärkultur politisch?**. Berlin: VS Verlag, 2010.

MANDEL, Ernest; NOVACK, George. **The Marxist theory of alienation**. New York: Pathfinder Press, 1973.

MARX, Karl. **Ökonomische Manuskripte (1857-1858)**. Berlin: Dietz, 1983. (Marx Engels Werke, vol. 42)

MARX, Karl. **Kritik des Gothaer Programms (1875)**. Berlin: Dietz, 1987. (Marx Engels Werke, vol. 19)

MARX, Karl. **Misère de la philosophie**. Paris: Payot, 2002.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. A dialectical constellation of authoritarian populism in the United States and Brazil. In: MORELOCK, Jeremiah. **How to critique authoritarian populism**. Leiden: Brill, 2021 a.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti (orgs.). **Latency of the crisis**. Poznan: Praktyka Teoretyczna, Adam Mickiewicz University, 2021 b.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. Populism and political agitation in late capitalism: research notes. In: MENDES, Alexandre

Marques (org.). **Seminário internacional de políticas públicas e desenvolvimento social**. Franca: Edições FCHS-UNESP, 2019.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. Public sphere and world-system: theorizing populismo at the margins. In: MORELOCK, Jeremiah. **Critical theory and authoritarian populism**. Londres: University of Westminster Press, 2018.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. **The society of the selfie: social media and the crisis of liberal democracy**. Londres: University of Westminster Press, 2021c.

MOULIER-BOUTANG, Yann. **Cognitive capitalism**. Londres: Polity, 2011.

NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial**. Curitiba: Appris, 2017.

NARITA, Felipe Ziotti. **A experiência da aceleração: paisagem, infraestrutura e o imaginário da modernidade no Brasil**. 247 f. Relatório (Pós-Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Supervisor: Oswaldo Serra Truzzi.

NARITA, Felipe Ziotti. Ainda aprender com a história?. In: FONSECA, Sérgio César. **Ensinar história**. São Paulo: Millennium, 2021a.

NARITA, Felipe Ziotti. **Educação, vida urbana e moralidade: a elaboração do povo e a invenção do social no fim de século brasileiro**. 358 p. Relatório (Pós-Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Supervisor: Sérgio César da Fonseca.

NARITA, Felipe Ziotti. Morale scolaire et transculturation dans l'espace atlantique au XIXe siècle. In: FONTAINE, Alexandre. **Penser la circulation de savoirs scolaires dans le monde transatlantique**. Lormont: Le Bord de l'eau, 2021b.

NARITA, Felipe Ziotti. **O século e o império: tempo, história e religião no segundo reinado**. Curitiba: Appris, 2014.

NARITA, Felipe Ziotti. Unlimited capitalism and the politics of the common. **Praktyka Teoretyczna**, Poznan, v. 27, n. 1, 2018.

NARITA, Felipe Ziotti; KATO, Danilo Seithi. Construção democrática e educação popular: para um esquema interpretativo da América Latina. In: KATO, Danilo Seithi; NARITA, Felipe Ziotti. **Educação popular na América**

Latina: experiências e contradições de uma década em movimento. Uberaba: EdUFTM, Cadernos CIMEAC, 2020.

OTTONE, Ernesto; SOJO, Ana; EPÍNDOLA, Ernesto; FERES, Juan Carlos; HOPENHAYN, Martin; VERGARA, Carlos. **Cohesión social:** inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe. Santiago: Cepal, 2007.

PERNIOLA, Mario. **La società dei simulacri.** Milão: Agalma, 1980.

POLANYI, Karl. **The great transformation.** Boston: Beacon, 2008.

RAYNAL, Guillaume-Thomas. **Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Indes.** Genebra: Pellet, 1781. (vol. 10)

SOHN-RETHEL, Alfred. **Intellectual and manual labour.** Londres: Macmillan, 1978.

SCHELSKY, Helmut. **Der Mensch in der wissenschaftlichen Zivilisation.** Colônia: Springer, 1961.

SHUSTERMAN, Richard. **Pragmatist aesthetics:** living beauty, rethinking art. Londres: Rowman & Littlefield, 1992.

SMITH, Adam. **The wealth of nations.** Boston: Bantam, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura,** Goiânia, v. 17, n. 1, 2014.

STIEGLER, Barbara. **Il faut s'adapter.** Paris: La Découverte, 2018.

SUSEN, Simon. **The postmodern turn in the social sciences.** Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

VANDENBERGHE, Frederic. **Complexités du posthumanisme.** Paris: L'Harmattan, 2006.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft:** Grundriss der verstehenden Soziologie. Tübingen: Mohr, 1980. (vol. 1)

WEIL, Simone. **Réflexions sur les causes de la liberté et de l'oppression sociale.** Paris: Gallimard, 1955.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and society (1780-1950).** Nova York: Columbia University Press, 1959.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Neoliberalismo e o ocaso da democracia

Resenha

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.

Autor

Tiago Santos Salgado

Ano de publicação

2021

Referência

SALGADO, Tiago Santos. Neoliberalismo e o ocaso da democracia. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

NEOLIBERALISMO E O OCASO DA DEMOCRACIA

NEOLIBERALISM AND THE TWILIGHT OF DEMOCRACY

Resenha do livro: CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020.

Tiago Santos Salgado*

A obra do filósofo Grégoire Chamayou se propõe à uma tarefa fundamental nos dias atuais: compreender a relação entre liberalismo, neoliberalismo e autoritarismo. Chamayou não é o primeiro a fazer tal empreitada, uma série de pesquisas foram publicadas recentemente com o intuito semelhante ¹, uma vez que as Ciências Sociais possuem o desafio de entender os fenômenos sociais e históricos que marcam o avanço da extrema direita em diversos países do mundo. Uma extrema direita que combina a liberdade econômica, e a defesa do esvaziamento do papel do Estado enquanto provedor de garantias sociais, ao mesmo tempo que se apoia em um discurso ultraconservador, baseado em valores de religiosidade, de nacionalismo, de xenofobia, racismo e sexismo. Como diz o autor:

Nossa era certamente é neoliberal, porém de um neoliberalismo híbrido, um conjunto eclético e em muitos aspectos contraditório, cujas sínteses estranhas se

* Doutor em História pela PUC-SP e pesquisador do Centro de Estudos de História da América Latina (Cehal) da PUC-SP. Contato: tiago_salgado1986@hotmail.com

¹ Como exemplo podemos citar Andrade (2019), Weinstein (2018), Dardot e Laval (2017) e Chauí (2020).

esclarecem apenas pela história dos conflitos que marcaram sua formação (CHAMAYOU, 2020, p. 25).

Esse combinado entre liberdade econômica e conservadorismo moral e político se mostra um traço típico do neoliberalismo, categoria que já foi muito discutida em círculos acadêmicos e políticos, e que se apresentou como solução das crises capitalistas que marcaram os anos de 1970. Foi nesse contexto que os *Chicagos Boys*, herdeiros do pensamento de Friedman e Hayek, além de outras “correntes” neoliberais, como as defendidas por Mises, passaram a apontar que a responsabilidade pela crise que assolava as economias capitalistas era da relação estabelecida entre o Estado e a sociedade durante a adoção das políticas keynesianas e da construção do Estado de bem-estar social.

Para os intelectuais de direita, a crise era grave, chegando, inclusive, a colocar em risco o próprio capitalismo, sendo que a democracia apresentava contradições que colocavam em risco o próprio sistema como um todo. A culpa não era do capitalismo e de suas contradições inerentes, mas sim da política democrática² e do papel excessivo do Estado (CHAMAYOU, 2020, p.319).

Ou seja, para os neoliberais, o aumento dos gastos públicos criava distorções econômicas que transbordavam para o tecido social, ou seja, o aumento do déficit público gerava desemprego, miséria, baixa produtividade e, conseqüentemente, diminuía as taxas de lucros dos capitalistas. Combinado a essa circunstância, apontavam para o fato de que o Estado “provedor” keynesiano também gerava problemas de ordem moral, uma vez que desencorajava o perfil empreendedor das pessoas, que cientes das garantias sociais que o Estado fornecia, se

² O autor retoma os escritos de Samuel Huntington nesse sentido, em que tal teórico explicita o que ele entende como problemas inerentes a democracia.

acomodavam e não buscavam inovar e empreender, criando uma “cultura da pobreza” (CHAMAYOU, 2020, p.55)

Tudo isso, somado à ação de sindicatos, de partidos políticos e de movimentos sociais, que empoderados pelo avanço econômico, pelo baixo desemprego e pelo contexto político dos primeiros anos da Guerra Fria, passaram desde os anos de 1950 a pressionar o poder público e as empresas por melhores condições de trabalho e aumentos salariais. Para os neoliberais, todo esse ambiente era considerado prejudicial, pois significava uma ingerência indevida de fatores políticos e sociais na esfera econômica, o que impedia o livre fluxo de capitais e o avanço econômico do capitalismo³.

A discussão acerca da função que o desemprego cumpre em uma sociedade capitalista, como elemento de disciplina e de manutenção da correlação de forças e de produção já foi analisado por outros autores, entre eles Kalecki (1977), que demonstrou como a burguesia se nega a aceitar políticas de pleno emprego, mesmo que comprometa os lucros, para conservar uma taxa “natural de desemprego” que manteria o medo da demissão e a ordem nas fábricas. Chamayou também retoma esse ponto na construção do pensamento neoliberal, acenando para o fato de que “enquanto existirem dispositivos de proteção social, a ameaça do desemprego não pode desempenhar plenamente seu papel, uma vez que a existência de seguro-desemprego reduz sua penalidade” (2020, p.54).

É aí que a discussão proposta por Chamayou ganha importância. O autor aponta para o fato de que a pressão da sociedade em um Estado de bem-estar social criava uma incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo, ou seja, a democracia, para se efetivar, mesmo enquanto instrumento de manutenção da ordem capitalista,

³ A obra coloca que em 1969, a revista *Fortune* registra contração dos lucros dos capitalistas, responsabilizando como culpados a alta do custo da mão de obra, alimentada pela combatividade operária (CHAMAYOU, 2020, p. 51).

precisa de um espaço “social” (BROWN, 2019), onde as dissidências entre as classes podem ser resolvidas através de instrumentos políticos sem alterar a ordem social vigente, importante para a manutenção da hegemonia burguesa. No entanto, para os neoliberais, até mesmo esse espaço “social” é entendido como um entrave para a plena circulação de capitais, em um momento em que o capitalismo passava para sua fase financeirizada. Em outras palavras, o neoliberalismo necessita “despolitizar a sociedade” (CHAMAYOU, 2020), inviabilizando a própria democracia liberal.

O autor demonstra como os neoliberais entendiam que o excesso de democracia tornava a sociedade ingovernável, sendo necessário buscar soluções para a crise capitalista, ao mesmo tempo em que se colocava em prática a agenda neoliberal de esvaziamento do Estado.

Nesse sentido, o autor demonstra como o movimento de construção do neoliberalismo se constituiu através de um programa de “longa duração”, ou seja, tem início na década de 1970 e ainda está se concretizando, sendo desenvolvido através de um programa teórico e prático elaborado por uma série de intelectuais, vinculados às grandes empresas capitalistas⁴, ou seja, o “mundo empresarial deveria se engajar em uma guerra pela mente dos homens” (CHAMAYOU, 2020, p.137).

Dessa forma, a obra oferece uma genealogia do pensamento tido como “liberalismo autoritário”, retomando suas origens e sua relação com a democracia, retomando, com já apontado, as contradições entre o Estado de bem-estar e o neoliberalismo. Em outras palavras, para os neoliberais, os direitos sociais não cabem no orçamento do Estado, sendo necessário adotar políticas de austeridade.

⁴ Os neoliberais adotaram uma perspectiva de guerra ideológica contra intelectuais de esquerda que, segundo eles “propunham uma guerra contra a própria sociedade”, ou seja, muitos professores de esquerda foram considerados “inimigos da sociedade” (CHAMAYOU, 2020, p. 132).

No entanto, em um contexto em que as pessoas estão acostumadas a ter a segurança do Estado e dos serviços públicos, qualquer tentativa de diminuir o tamanho da intervenção estatal resultaria em revoltas e pressões, em particular com o alto nível de politização da sociedade em uma conjuntura democrática. Portanto, seria necessário adotar uma série de medidas para diminuir o poder de pressão de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que uma pesada campanha de marketing buscava reconstruir a imagem pública das empresas e do mundo privado.

Isso recebeu o belo nome de “governança”. [...] Sob a influência das teorias da agência, o termo passou a ser utilizado no fim dos anos de 1970 numa perspectiva totalmente diferente. ‘Nossa abordagem de governança corporativa’ [...] ‘formula-se claramente em termos de agência [...] Nós queremos saber como os investidores fazem para que os gestores restituam seu dinheiro. (CHAMAYOU, 2020, p. 108)

Portanto, o neoliberalismo se construiu de “dentro para fora”, ou seja, em um primeiro momento, foi se desenhando dentro das fábricas, buscando refinar as relações de poder entre gestores, acionistas e trabalhadores com o intuito de enfraquecer pressões de instituições de repressão coletiva, e, posteriormente, se espalhou para a formulação de políticas públicas, principalmente quando ficou claro para os teóricos neoliberais a incompatibilidade do neoliberalismo e da democracia, uma vez que ao defender que a sociedade se organize como uma empresa, os indivíduos passam a ser subordinados por autoridades privadas e não mais o poder público ou o bem comum. “Em suma, a empresa começa a parecer um imenso e proliferativo *governo da vida privada*, muito mais hábil e invasivo que o poder de Estado.” (CHAMAYOU, 2020)

Ou seja, o neoliberalismo é, além de um programa econômico, um programa político que busca controlar o Estado e a elaboração de políticas públicas visando operacionalizar o funcionamento da sociedade e dos indivíduos. Em outras palavras, o discurso e a prática neoliberal se equilibram, no que diz respeito ao Estado, em uma dualidade: Estado mínimo na economia e Estado máximo no que diz respeito a adoção de políticas de desregulamentação financeira e de repressão social, que se expressaria em um “misto” da *hard law* (repressão) e da *soft law* (permissividade com o capital) (CHAMAYOU, 2020, p. 251).

Portanto, para além do cara a cara entre empresas e ativistas, havia um jogo de três elementos, incluindo o poder estatal, com a captura do legislador como desafio central. Se os dirigentes empresariais, por sua vez, tinham de se tornar militantes, não era só para repelir os ataques adversários, mas igualmente para impor uma agenda própria, fazer com que ‘as escolhas das políticas públicas fossem influenciadas pelo setor privado’ (CHAMAYOU, 2020, p. 209).

Dessa forma, buscou-se construir um arcabouço teórico que contrapunha o liberalismo ao totalitarismo e a democracia ao autoritarismo. Ou seja, dentre as alternativas possíveis, a única que não poderia ser aceita era o totalitarismo, sendo que a democracia só teria validade caso adotasse uma política econômica liberal.

Em 1981, quando lhe perguntaram sobre sua posição diante dos regimes totalitários na América do Sul, Hayek retruca que isso não existe. Não confundamos totalitarismo e autoritarismo. E esclarece que o único governo ‘totalitário’ que existira até recentemente na América Latina havia sido o Chile de Allende. Sem dúvida, um caso extremo de ‘democracia totalitária’. Totalitária? Mas em que sentido? É ‘totalitário’, Hayek responde, um sistema que, diferentemente do liberalismo e do individualismo, ‘pretende organizar o conjunto da sociedade e de todos

os seus recursos', tendo em mira um 'fim unitário' (CHAMAYOU, 2020, p. 331).

Como se percebe, para Hayek o governo democrático de Allende era inaceitável, o considerando uma “democracia totalitária”, enquanto a ditadura sanguinária de Pinochet era entendida como um regime liberal, já que defendia a liberdade dos mercados. Essa é a moralidade neoliberal. E mais, acusa a democracia e a *via chilena* ao socialismo de pretender “organizar o conjunto da sociedade e de seus recursos”, como se o neoliberalismo não fizesse exatamente o mesmo. Com uma diferença, enquanto o governo democrático de Allende buscava organizar a sociedade através da ação coletiva, de forma democrática, buscando romper os laços de subordinação e dependência que marcam o Chile, o neoliberalismo busca reproduzir e aprofundar essas mesmas características, mesmo que para isso tenha que apoiar golpes de Estado, tortura e assassinato.

Aqui cabe um comentário acerca da teoria liberal do totalitarismo: Como sabemos, seu principal expoente, Hannah Arendt (2013), também operou uma manobra teórica semelhante ao selecionar características políticas do nazismo e do stalinismo com o objetivo de enquadrá-los como regimes totalitários. Assim, ao mesmo tempo em que condenou o comunismo, eternizou a liberal democracia como única alternativa às sociedades modernas. Além das muitas críticas à essa leitura (CHASIN, 2000, COTRIM, 1999), caberia mais uma: Se o neoliberalismo se propõe, como foi colocado pelo autor, a ser um *governo da vida privada*, muito mais invasivo que o Estado, não seria o neoliberalismo uma forma de totalitarismo? Tal postura teórica inverteria a teoria liberal do totalitarismo, que foi utilizado de forma politicista para condenar as experiências comunistas e passaria a ser uma categoria capaz de analisar criticamente não apenas os autoritarismos, mas além disso, as formas

econômicas e ideológicas pelas quais o capitalismo se efetiva e exercita sua dominação e constrói hegemonias⁵.

A ginástica teórica operada pelos neoliberais guarda raízes nos escritos de autores como Carl Schmitt e que posteriormente foram reapropriados pelos paladinos neoliberais, particularmente, Hayek, que se apropriaram da análise do pensador alemão sobre a conjuntura pré-nazista nos anos de 1920 e sua crítica à democracia. Para Schmitt, o conceito chave era o de “Estado total”, fazendo referência à possibilidade de a democracia parlamentar construir práticas tidas como totalitárias. Essa tese é apropriada por Hayek através da equação “Estado neutro”, liberal do século XIX está se transformando em “Estado total”, ou seja, as contradições da expansão democrática estariam acabando com a neutralidade do Estado e prejudicando seu pleno funcionamento.

Dessa forma, os neoliberais acreditam que para acabar com o “Estado total” típico de democracias excessivas, como a do Estado de bem-estar social, seria necessário um Estado ainda mais forte, mas que atuasse no sentido de destruir as relações inerentes à democracia através de forte repressão e atividades propagandistas, mobilizando o que existe de mais moderno para controlar corpos e mentes. A liberdade, portanto, ficaria restrita às atividades do mercado.

Ora, fica claro nesse ponto o que Mises queria dizer quando afirmou que o “fascismo e todos os impulsos similares salvaram a civilização europeia”. Para os neoliberais, o fascismo foi a solução para desemaranhar as contradições e as pressões sociais resultantes da democracia. Para Hayek, por exemplo, foi a República de Weimar a responsável pelo nazismo na Alemanha, uma vez que a democracia do

⁵ Chamayou não chega a fazer tal operação, mas indica a existência de um “capitalismo fascista”, que se caracterizaria como um capitalismo desenfreado, como o desejado pelos neoliberais, mantido por um regime político de força brutal, como aconteceu durante a ditadura de Pinochet no Chile (2020,p.325).

bem-estar “alimenta um socialismo que conduz diretamente ao fascismo”. Quer dizer, retira-se a reponsabilidade dos próprios nazistas e culpabiliza aqueles que foram as vítimas. Como aponta Chamayou, é um “continuísmo grosseiro que só pode ser enunciado à custa da negação das relações políticas e sociais” (2020, p.346).

Assim, o liberalismo autoritário defendido pelos neoliberais, além de atacar a democracia, também é composto por um profundo anticomunismo, o que justifica, em casos particulares, a instalação de ditaduras, contanto que adotassem a liberdade para o capital. Dessa forma, ao apoiar ditaduras, abre-se uma outra contradição, dessa vez no que diz respeito ao conceito de liberdade, ou seja, como ser liberal e defender um regime autoritário que nega os direitos civis, prende, censura, tortura e mata?

Para os neoliberais, essa engenharia é possível pois a liberdade se relacionaria exclusivamente à liberdade de mercado, que se sobrepõem à liberdade individual. Portanto, é possível, para os neoliberais, existirem regimes autoritários muito mais liberais do que democracias, que estariam sujeitas a pressões de grupos específicos que inviabilizariam o livre mercado. Ora, como muitos grupos de pressão se vinculam às demandas de minorias, essas passam a ser relacionadas como inimigas da liberdade e do crescimento econômico nacional. Até mesmo questões relacionadas a preservação do meio ambiente são tidas como medidas autoritárias que diminuem o direito e a liberdade de empreender e lucrar. Pronto, estão dadas as condições para a junção entre neoliberalismo e extrema direita.

Mas que conteúdo resta em uma noção de liberdade tão rasa? Apenas a liberdade econômica, compreendida como livre disposição de sua propriedade. “Quando madame Thatcher afirma que a livre escola deve se exercer mais no mercado do que nas urnas, ela se limita a lembrar” endossa Hayek, “que nesse primeiro tipo de escolha é indispensável à liberdade individual, enquanto

o segundo não é: a livre escolha pode, aliás, existir sob uma ditadura capaz de limitar a si mesma, mas não sob o governo de uma democracia ilimitada." Não poderia ser mais claro: a liberdade econômica, a do individualismo possessivo, não é negociável, enquanto a liberdade política é opcional (CHAMAYOU, 2020, p. 330).

Para melhor exemplificar, o autor demonstra como, em condições de crise, os neoliberais responsabilizam pela miséria, pelo desemprego e pela piora das condições de vida, minorias que acabariam tendo direitos demais, enquanto as majorias seriam violentadas por esses grupos que se aproveitariam do Estado benfeitor para se aproveitarem dos esforços coletivos. Portanto, o discurso neoliberal se utiliza de uma suposta relação entre o Estado e grupos específicos, para defender o livre mercado e a diminuição do Estado, ao mesmo tempo que passa a se expressar através do nacionalismo, da xenofobia, do sexismo, do racismo.

A otimização social e da economia passaria, portanto, pela necessidade de despolitizar a sociedade e o Estado, o que resultaria em um processo de racionalização baseado em pressupostos de gestão empresarial. Ou seja, a ideia é que a sociedade abandonasse qualquer organização de caráter coletivo para adotar pressupostos meritocráticos e individualistas, que teriam como objetivo emular em todos os aspectos sociais, econômicos e políticos a dinâmica dos mercados.

Assim, melhor do que uma "ditadura dos generais", como aconteceu no Chile, seria uma "ditadura dos mercados", em que o entrelaçamento das relações entre o Estado e os mercados financeiros geraria uma dependência do primeiro em relação aos ditames do mercado, tornando a política cada vez mais limitada aos interesses privados. Assim, o mercado não seria mais apenas aquilo sobre o que a política não deveria avançar, "mas também aquilo que ela devia se subordinar a partir de então". (CHAMAYOU, 2020, p.359)

Aqui reside um outro problema para os neoliberais, uma vez que na democracia, quem votaria em candidatos que buscam diminuir os

direitos sociais em prol de uma agenda ultra-individualista e pró-mercado? A solução encontrada foi o desenvolvimento de uma estratégia que busca intervir na “micropolítica”, em que o objetivo é criar condições particulares em que os indivíduos são levados a tomar decisões que acreditam ser benéficas, mas que na verdade acabam por diminuir seus direitos no longo e médio prazo.

Nesse sentido, a obra deixa claro a importância das políticas de privatização. A questão aqui é clara: a privatização tem como objetivo diminuir as atribuições do poder público, repassando-as para a iniciativa privada. Ou seja, saúde, educação, segurança, previdência seriam atribuições de empresas. No entanto, fazer tais reformas de forma brusca, de uma só vez, encontraria resistência política e social, o que as inviabiliza e acaba politizando as questões, o que os neoliberais não querem.

Portanto, a solução seria realizar as privatizações aos poucos, buscando uma passagem suave do Estado de bem-estar para o Estado privatizado, mas ajustando os custos da privatização para o futuro. O autor lembra que as reformas previdenciárias, por exemplo, não incidem sobre os já aposentados, mas sobre os que ainda vão se aposentar, jogando o custo social para as gerações futuras, o que as torna mais palatáveis no presente. A ideia é que “privatizando a oferta, busca despolitizar a demanda”, ou seja, “uma vez protocolada a liberalização, são os próprios indivíduos por meio de suas microescolhas de consumidores que se tornam os motores da mudança”. (CHAMAYOU, 2020, p.377)

O autor também chama especial atenção para as consequências ambientais que as políticas neoliberais causam, em particular em sociedades de capitalismo tardio, como é o caso da América Latina, onde o projeto neoliberal se torna ainda mais dramático, uma vez que, como lembra o autor, em sociedades desiguais “confiar ao mercado a tarefa de redistribuir direitos ambientais inalienáveis resulta,

necessariamente, em deixar os mais ricos transferirem o custo social para os mais pobres. [...] E isso em um ciclo vicioso em que a desigualdade econômica atrai uma desigualdade ambiental que agrava ainda mais a miséria real dos pobres" (CHMAYOU, 2020, p. 285).

Assim, o projeto privatizante neoliberal é de gerações, sendo elaborado de forma racional, com rigor metodológico e natureza revolucionária, já que buscam alterar a própria sociedade e a forma como os indivíduos se relacionam. Para tal, se comportam como se estivessem em um campo de batalha, adotando estratégias, inclusive, do campo militar para derrotar seus inimigos (a democracia, a classe trabalhadora, os movimentos sociais). No entanto, o fato de ainda estarmos enfrentando as privatizações demonstra que a batalha ainda não acabou. Para o autor essa é uma boa notícia.

A obra termina nesse ponto, se mostrando fundamental para o entendimento da sociedade atual e dos desafios que os movimentos sociais, partidos e militantes de esquerda precisam enfrentar para conter o avanço da extrema direita e do neoliberalismo. Parece que por enquanto estamos perdendo guerra, mas ainda não acabou. O autor acredita que ainda é possível reverter esse quadro. Essa também é uma importante contribuição da obra de Grégoire Chamayou.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHASIN, José. **Ensaio ad hominem, tomo III (política)**. São Paulo: Ensaio, 2000.

COTRIM, Lívia. **O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH-Unicamp, Campinas, 1999.

CHAUI, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

WEINSTEIN, Marc. Pensar el totalitarismo neoliberal: seis tesis sobre el totalitarismo. **Constelaciones**, n. 10, p. 74-115, 2018.

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

A Venezuela no século XXI: práticas imperialistas, democracia e neoliberalismo em perspectiva

Resenha

SALGADO, Tiago Santos. **Democracy delivers**: a intervenção dos EUA na Venezuela chavista. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

Autor

Bruno César Cursini

Ano de publicação

2021

Referência

CURSINI, Bruno César. A Venezuela no século XXI: práticas imperialistas, democracia e neoliberalismo em perspectiva. **Transições**, Ribeirão Preto, v.2, n. 1, 2021.

Recebimento: 12/06/2021

Aprovação: 02/07/2021

A VENEZUELA NO SÉCULO XXI: PRÁTICAS IMPERIALISTAS, DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO EM PERSPECTIVA

VENEZUELA IN THE 21ST CENTURY: IMPERIAL PRACTICES, DEMOCRACY AND NEOLIBERALISM IN PERSPECTIVE

Resenha do livro: SALGADO, Tiago Santos. **Democracy delivers**: a intervenção dos EUA na Venezuela chavista. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

Bruno Cesar Cursini*

Ao elaborar sua narrativa da visita de Fidel Castro ao Chile de Allende, transcorrida em novembro de 1971, Alberto Aggio (2015, p. 128) apressa-se em advertir o leitor que “não corresponde a uma análise correta atribuir à visita em si a ruptura do equilíbrio que anteriormente havia caracterizado a vida institucional chilena”. A este comentário, entretanto, segue-se grande quantidade de “poréns” levantados pelo autor que colocam em dúvida sua mesma afirmação. As coisas terem se desdobrado como se desdobraram – Golpe militar, com um presidente acossado e induzido ao suicídio - sem a visita de Castro é, para Aggio (2015), uma mera possibilidade, já que “é inegável que a visita produziu um efeito nesse sentido ou acentuou essa tendência de confrontação e de questionamento da solidez do sistema político chileno”. No cerne de sua argumentação, Aggio (2015) tenta, ao manusear discursos e entrevistas de Castro, de fato convencer seu leitor de que o mandatário Cubano procurou levar instabilidade a um país governado por um grande entusiasta da via democrática ao socialismo; via

* Doutorando em História pela USP, com pesquisa financiada pelo CNPq. Mestre em História pela UFU e graduação pela UNESP. Contato: bcursini@usp.br

que não teria se efetivado em decorrência das cisões e conflitos na própria esquerda chilena. O extremismo de direita, que se preparava para assumir o comando do Chile pelos 17 anos subsequentes, surge em *Um lugar no mundo* como uma força tímida e desarticulada, que Castro anabolizou com suas exortações à radicalização.

Roger Chartier (1990) é da opinião de que “as representações do social [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, um lembrete conveniente de que o conhecimento nunca é neutro. No afã de produzir uma historiografia que atribua à América Latina suas responsabilidades como ator histórico, o trabalho de Aggio resvala na naturalização das práticas imperialistas: a interferência norte-americana é parcamente mencionada como um dos fatores que catalisou a queda de Allende. Talvez o objetivo de seus textos seja mesmo fazer com que se esqueça que uma tal ingerência existiu. A culpa foi do Fidel.

Servimo-nos deste exemplo como ponto de partida para refletir sobre um trabalho diferente, não apenas por ter como objeto outra nação latino-americana, em outro período - a Venezuela de Chavez – mas também por privilegiar outra orientação analítica. *Democracy Delivers*, de Tiago Salgado, é um livro que não se constrange em servir-se de fontes não oficiais – os vazamentos de Julian Assange no caso Wikileaks - para documentar a clara interferência estadunidense no sentido de minar o fôlego e estabilidade da revolução bolivariana em curso, ao mesmo tempo em que municionava a oposição.

O livro demonstra que reconhecer o impacto das ações norte-americanas a fim de preservar e fazer perseverar seus interesses na América Latina não é sinônimo de negligenciar as particularidades históricas da Venezuela, sua autonomia e o peso de suas interações com outros países. Na verdade, o que o trabalho de Salgado demonstra é que grande parte da responsabilidade pelas crises venezuelanas – tanto as que Chávez conseguiu superar quanto as que hoje sobram para Nicolás Maduro – deve ser atribuído às elites financeiras daquele país, que buscam sempre se

beneficiar de um capitalismo dependente e periférico, ao invés de superá-lo em nome do desenvolvimento e da geração de riqueza. Para tanto, porém, foi essencial que tais elites mantivessem uma estreita parceria com forças políticas e econômicas norte-americanas. Os vazamentos da correspondência diplomática e de relatórios especiais elencados por Salgado deixam evidente que a já bastante conhecida e documentada estratégia dos EU de apoiar e sustentar regimes autoritários em países como o Chile e o Brasil se transfigurou, mas continuou a existir, e de forma bastante intensa. Esta transfiguração pode mesmo ser relativizada, já que não houve qualquer pudor no apoio ao golpe de Pedro Carmona em 2002.

Salgado mostra como a formação do capitalismo Venezuelano está profundamente enraizada nos recursos naturais, sobretudo no petróleo. Na segunda metade do século XX, a Venezuela transforma-se numa ilha de estabilidade democrática em um continente assolado por ditaduras. O motivo, de acordo com Salgado, foi que o *Pacto de Puntofijo* assegurou a manutenção de uma democracia representativa nos moldes sancionados pelos EU. Tal regime era simpático aos interesses norte-americanos, favorecendo-os. Não havia, portanto, necessidade de ruptura da ordem democrática para assegurar, no contexto da guerra fria, o alinhamento da Venezuela ao bloco capitalista.

A ascensão de Chavez em 1998, com a posterior instituição das Leis Habilitantes, marca uma reviravolta após a qual as ingerências norte-americanas na Pátria de Bolívar passam a ser incisivas e frequentes. A documentação levantada em *Democracy Delivers* atesta isso. As interpretações do autor a respeito de tal documentação, entretanto, merecem alguns apontamentos nossos.

Duas expressões que surgem frequentemente no livro de Salgado são “democracia” e “direitos humanos”. Nicolas Guilhot (2005) diz que estes outrora instrumentos de crítica e confronto do poder se transformaram, hoje, na linguagem principal do poder, sendo exportados como commodities. Alerta, entretanto, que encarar sua defesa como meros disfarces para a

dominação é problemático, já que tende-se a esquecer que tais valores estão imbuídos de conteúdo - um conteúdo que pode ser alterado para se tornar conveniente a determinados interesses. Salgado atenta para isto, observando que a democracia que os EUA procuram exportar tem uma conotação bastante específica; separando a esfera econômica da política, garantindo igualdade jurídica sem preocupar com a de renda. Isto vai de encontro à descrição que Guilhot elabora a respeito da transformação do cenário intelectual no final da Guerra Fria, no qual a democracia passa a ser cada vez mais percebida como um jogo de elites, e não como projeto de transformação social. Mas alguns pontos da análise de Salgado merecem aprofundamento. A respeito de um de seus documentos vazados, ele diz que seu teor

Complementa os benefícios da democracia, apontando que esses [países democráticos] não se envolvem em guerras e criam oportunidades para o livre mercado e para a ação da iniciativa privada. Assim, com assertiva de que a democracia liberal era o sistema político ideal para evitar ataques terroristas, guerras e atingir o desenvolvimento econômico (SALGADO, 2021, p. 145-146).

De acordo com Guilhot, o discurso da democracia e dos direitos humanos emerge, nos anos 1980, como substituto e crítico da Teoria da Modernização. Esta última foi criada para se opor aos regimes socialistas, preconizando um progresso institucional e moral inevitável a todos os países que adotassem práticas modernas. Acabou, porém, rejeitada por neoconservadores e por progressistas: os primeiros a viam como um ramo da teoria marxista - já que a modernização das forças produtivas pode ser encarada como etapa fundamental do processo revolucionário -, e os segundos como a causa de experimentos autoritários - haja visto o que ocorreu em diversos países da América Latina e da África, em que a "modernização" foi eficiente para mantê-los afastados da influência do bloco soviético, mas também em engendrar neles ditaduras e guerras civis.

Para Guilhot, esta inflexão intelectual também estaria ligada, nas análises e interpretações mais recentes, a uma crescente valorização dos atores políticos em detrimento das estruturas; ou seja, a uma oposição ao estruturalismo.

Outro ponto que merece destaque é que a visão de Salgado do neoliberalismo como instrumento de dominação norte americano pode ser ampliada. Ele evoca Dardot e Laval (2016) para, acertadamente, apontar que o neoliberalismo é, além de um sistema econômico, uma razão de mundo; entretanto não se atenta para todas as implicações disto. Michel Foucault “afirma, com efeito, que o conceito central da abordagem neoliberal não é o de liberdade, mas o de pluralidade. Embora naturalmente o valor de liberdade desempenhe um papel importante, trata-se de um papel subordinado, secundário, comparado à noção de pluralidade” (LAGASNERIE, 2013). Por conseguinte, nos diz ainda Lagasnerie (2013), os neoliberais veem como perigosas quaisquer teorias totalizantes ou unificadoras, incluindo nisto a própria noção de sociedade (mas não a existência do social). Sob tal prisma, no mundo contemporâneo, incrivelmente diversificado, a utopia da pluralidade levada às últimas consequências – e não mônadas como “o Estado”, “a Sociedade” - seria a sistemática mais adequada para lidar com a crescente diversidade de reivindicações e interesses. O neoliberalismo não é como é - difundido, hegemônico e extremamente resiliente - apenas por imposição de uma cartilha imperialista. Trata-se de uma razão de mundo de fato, que acomoda sem dificuldade uma enorme variedade de pautas e de modos de viver. Através da retórica da conciliação e da aceitação da diversidade, o neoliberalismo absorve até mesmo as lutas de esquerda, tendo sido ao próprio Chávez impossível livrar-se dele, como admite Salgado. Se Chávez e seu sucessor, Nicolás Maduro, lideram de fato uma ruptura com as práticas neoliberais, é uma questão que gostaríamos de ver melhor contemplada em *Democracy Delivers*.

Como *Democracy Delivers* delimita claramente a era de Hugo Chávez como seu objeto, é compreensível que os comentários a respeito de seu legado, Nicolás Maduro e as crises da Venezuela nos dias atuais estejam circunscritos às considerações finais. Ali é dito que

A crise atual enfrentada pela Venezuela deve ser entendida através não apenas da ação dos EUA no país, mas também levando em consideração aspectos estruturais que compõe o capitalismo venezuelano, assim como o próprio padrão das lutas de classe no país (SALGADO, 2021, p. 239).

Assim, a escassez de produtos não perecíveis de necessidade básica - creme dental, papel higiênico, leite em pó, etc. – apresenta-se como uma estratégia planejada pela própria burguesia venezuelana para, com o apoio do governo dos EUA, inviabilizar o socialismo democrático do século XXI. Deve-se admitir que, de fato, Maduro e o chavismo têm uma base de sustentação mais sólida e coesa do que qualquer um poderia afirmar fiando-se nas informações que recebemos através dos grandes conglomerados de imprensa no Brasil.¹ A julgar pelo entusiasmo de nossos principais meios de comunicação, Juan Guaidó deveria ser há muito presidente da nação que concentra as maiores reservas de petróleo do mundo em seu território. Entretanto, sua aventura fracassou a despeito do apoio massivo que recebeu, não apenas do EUA, mas também da União Europeia. Seguindo os passos de seu antecessor, Maduro mantém pactos bilaterais com Rússia e China, talvez tendo em seu horizonte a “ordem multipolar”, mencionada mais uma vez em *Democracy Delivers* como um dos objetivos de longo prazo de Chávez.

Como demonstramos, a pesquisa de Salgado abre muitas vias e, embora ilumine diversos pontos, lança outros na obscuridade. Ainda assim, não se percebe no texto a intenção de entregar ao leitor uma versão

¹ Para uma análise mais detalhada sobre a cobertura da imprensa brasileira ao governo de Hugo Chávez, recomendamos a leitura do trabalho do mesmo autor que resenhamos aqui (SALGADO, 2015).

deliberadamente incompleta ou desvirtuada do passado, com o objetivo de reescrevê-lo. Acreditamos que os países da América Latina não devem se furtar às suas responsabilidades quando olham para trás, mas persistir em ignorar o jugo sob o qual se desenvolveram e sob o qual ainda lutam suas instituições é mutilar a história.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **Um lugar no mundo**: estudos de história política latino-americana. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUILHOT, Nicolas. **The democracy makers**: human rights and the politics of global order. New York: Columbia University Press, 2005.

LAGASNERIE, Geffroy de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

SALGADO, Tiago Santos. **A Folha de São Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-5)**. Jundiaí: Paco, 2015.

SALGADO, Tiago Santos. **Democracy delivers**: a intervenção dos EUA na Venezuela chavista. Rio de Janeiro: Telha, 2021.